Lei nº 41, de 30 - 11 - 1949.

Código Tributário de Pedralva

A Câmara Municipal de Pedralva decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Parte Geral

Título I

Dos impostos e taxas

Art. 1º - A parte geral dêste Codigo contém as disposições gerais do sistema tributário municipal e, a especial, as que se referem particularmente a cada tributo.

Art. 2º - São os seguintes os impostos do Municipio:

I - predial e territorial urbano;

II - de licença;

III - de indústrias e Profissões;

IV - Sobre diversões publicas;

V - Sobre atos de sua economia e assuntos de sua competencia.

Art. 3º - Compete ainda ao Municipio cobrar:

I - Contribuição de melhoria, nas termos da Constituição Estadual (art. 110);

II - taxa rodoviária;
III - taxa de fiscalização e serviços diversos;
IV - taxa de limpeza pública;
V - taxa de viação;
VI - taxa de ocupação de terrenos municipais;
VII - taxa de água;
VIII - taxa de esgotos;
IX - taxa de mercado;
X - taxa de Feiras;
XI - taxa de matadouro;
XII - taxa de cemitério;

Título II
Das autoridades fiscais

Art. 4º - São autoridades fiscais, para os efeitos deste Codigo as que forem mencionadas em leis e tiverem a sua jurisdição definidas em regulamentos.

Art. 5º - São exatores todos quantos estiverem investidos da função de arrecadar; e, representantes da Fazenda Publica, não só os exatores, como todos os que tiverem a seu cargo representação dos interêsses fiscais do Municipio.

Título III
Das exatorias

Art. 6º - Exatorias municipais são as repartições que, por lei, têm a função de arrecadar os tributos municipais, diretamente ou por preposto.

Título VI
Da competência

Art. 7º - Os tributos municipais são arrecadados ou exigidos pela tesouraria, seus agentes, auxiliares ou prepostos, em todo o Municipio.

Parágrafo único - Nos casos de contratos sôbre a arrecadação, cessará o disposto neste artigo, sendo feita nos termos do contrato, observados porem os normas e preceitos fixa-

dos neste codigo.

Art. 8º - Os lancamentos dos tributos municipais serão feitos pelos funcionarios da repartição competente (art. 7º) e por auxiliares de lancamentos, para tal fim designado.

Titulo V

Dos autos de infração

Art. 9º - A lavratura de autos de infração desta lei terá lugar sempre que alguem for surpreendido por autoridade fiscal do Municipio, na prática de ato de que resulte evasão de renda municipal.

§ 1º - O auto de infração será lavrado, ainda que pagos impostos e multas sem relutância, sempre que não se encontrar em poder da autoridade fiscal, ou da repartição, prova bastante da infração, ou quando se presumir que a prova desta não se poderá alterar posteriormente com facilidade.

§ 2º - Satisfeita a exigência fiscal, não será necessaria a lavratura de auto de infração, se esta se puder provar por meio de certidões fornecidas por qualquer repartição publica, escrita comercial, ou fiscal, reconhecida, ou outro meio legalmente habil.

Art. 10º - Será lavrado auto de infração nos seguintes casos:

I - prática de atos e atividades tributaveis, sem prévia regularização da licença e pagamentos dos tributos devidos, dentro dos prazos estabelecidos em lei;

II - apresentação de documentos infieis para o efeito de reduzir o valor locativo do imóvel sujeito a impostos;

III - Outros atos de que possa resultar evasão de rendas.

Parágrafo unico - No caso da alinea I, tratando-se de atividade sujeita a prévio licenciamento, além da lavratura de auto de infração, far-se-á, sempre que possivel, comunicação à repartição que esteja entregue sua fiscalização.

Art. 11: — Em caso de infração, o representante da Fazenda Municipal notificará o infrator a pagar os impostos e multas devidos.

§ 1º — Recusando-se o infrator, e não se tratando de contribuinte estabelecido, a referida autoridade lavrará auto de infração, apreensão e depósito, do qual constarão o dispositivo legal infringido, as características da infração e o seu objetivo, bem como os bens apreendidos e o seu depósito em mãos do depositário público ou pessoa idônea, sempre mediante o competente auto de depósito.

§ 2º — No caso de recusa do infrator em assinar o auto de infração, consignará a autoridade fiscal a recusa, que deverá ser confirmada, por duas testemunhas, no mínimo, estranhas ao serviço público municipal, e que subscreverão o auto, juntamente com o autuante, salvo a hipótese que será declarada, da ausência de testemunhas.

§ 3º — É assegurada ao infrator ampla defesa, e não satisfeita sua responsabilidade perante o Fisco, dentro do prazo de cinco dias, poderá dentro dos 20 dias subsequentes a este, apresentar defesa, mediante prova documental ou testemunhas, sendo estas inquiridas pelo representante da Fazenda e reduzidos a termo, e anexados ao processo os seus depoimentos, com os documentos oferecidos.

§ 4º — Esgotado o prazo do parágrafo anterior, em que o infrator se defenda, o representando da Fazenda certificá-lo-á no processo.

Art. 12 — Os Autos de infração, apreensão e depósito serão lavrados pelo representante da Fazenda que descobrir a fraude, ou por quem for designado para servir como escrivão, e obedecerão aos modelos aprovados para cada caso.

§ 1º — O auto poderá ter impressas as indicações invariáveis, devendo os claros ser preenchidos a mão.

§ 2º — A inobservância do modelo aprovado não será condição para a validade do auto, desde que contenha os requisitos essen-

ciais.

Art. 13 - Salvas as hipóteses de contrabando ou indivisibilidade dos bens que constituirem objeto da fraude por contribuinte não estabelecido (art. 11, § 1º), será apreendido apenas o essencial ao pagamento da dívida e custas.

Art. 14 - Não sendo pago o imposto com as multas no prazo de quarenta e oito horas, o representante da Fazenda remeterá o processo, com os esclarecimentos necessários, ao Prefeito Municipal, a fim de ser submetido á sua apreciação e aprovação.

Art. 15 - Aprovado o auto e decorridos os prazos legais para reclamação ou recurso será inscrita a dívida para cobrança executiva e demais fins de direito.

Art. 16 - Se o infrator escapar á ação fiscal, consumada a fraude, não caberá mais o auto de infração, devendo o representante da Fazenda abrir inquérito administrativo.

Art. 17 - Nas fraudes consumadas bem como nas tentativas de fraude, os cumplices responderão solidariamente com os autores, ficando sujeitos as mesmas penas.

Art. 18 - O modêlo da notificação a ser usado, quando da verificação pessoal da fraude ou infração, redigir-se-á de tal modo que, não sendo atendida, seja tida como auto de infração, para os efeitos dêste Código, considerando-se citado o infrator pelo comprovado recebimento da notificação.

Titulo VI

Dos inquéritos administrativos

Art. 19 - O Prefeito Municipal, sempre que tiver conhecimento de fraudes consumadas contra os interêsses da Fazenda do Município, escapando o infrator á ação fiscal, mandará abrir inquérito administrativo para apuração da falta.

Art. 20 - São fraudes consumadas:

I - A sonegação de recibos de alugueis, ou a sua falsificação para reduzir a importância do imposto;

II - O exercício de atos ou atividades tributá-

veis, sem prévia licença;

III - emprêgo de meios ardilosos para eximir-se de pagamento de tributos;

IV - a prática de outros atos prejudiciais aos interêsses da Fazenda Pública Municipal.

Art. 21 - Ao inquérito administrativo deverá sempre preceder sindicância discreta pelo representante da Fazenda sôbre o fato considerado fraudulento, ou sôbre os têrmos da denúncia recebida.

Art. 22 - A autoridade, ou funcionário, que instaurar qualquer inquérito, deverá coligir, sempre que possível, prova documental que constitua demonstração objetiva do ato ilícito, ou início de sua prova, a ser completada, por meio permitido em direito.

Art. 23 - O representante da Fazenda Municipal nomeará um escrivão para servir no inquérito, de preferência funcionário fiscal e, em sua falta, qualquer pessoa idônea e dará início ao inquérito referido, por uma portaria da qual constem o fato, objeto do inquérito e a menção dos indícios e testemunhas, se o representante do fisco já as puder indicar.

§ 1º - Tal portaria será autuada pelo escrivão, devendo, sempre que possível, ser acompanhada de documentos ou elementos que concorram para positivar a infração.

§ 2º - Em seguida, o escrivão intimará os infratores e as testemunhas referidas na portaria, a prestarem suas declarações e depoimentos, aqueles no prazo de quarenta e oito horas, se residirem no local onde se proceder ao inquérito, e de cinco dias, se fora; estas, nos prazos que as circunstâncias aconselharem, devendo as intimações ser certificadas no processo.

§ 3º - Os infratores, perante o representante da Fazenda, que presidir ao inquérito, e em presença de duas testemunhas estranhas ao fisco, prestarão suas declarações, que serão tomadas por têrmo, por todos assinado. Não sabendo, ou não podendo o infrator escrever

admitir-se-á a sua assinatura a rôgo, em sua presença e na das testemunhas ou a sua impressão digital.

§ 4º - Se não puderem, comprovadamente, comparecer em pessoa, falo-ão por procurador com poderes especiais e menção expressa de todos os pontos sôbre que tenham de ser ouvidos, devendo a procuração ser anexada ao processo.

§ 5º - Em qualquer caso, ser-lhes-á lícito fazerem-se acompanhar de advogado, a quem é permitido requerer ao presidente do inquérito as perguntas que julgar úteis a defesa dos acusados.

§ 6º - Se o infrator não comparecer, ou, comparecendo, se recusar a depor, será tido como confesso, para efeitos fiscais, presumindo-se verdadeiros os fatos alegados contra êle, desde que verossímeis e coerentes com as demais provas do inquérito, devendo o escrivão, ao intimá-lo, dar-lhe ciência dessa condição.

§ 7º - No caso de moléstia provada, poderão ser tomadas as declarações na residência dos infratores, ou onde estiverem, observado o disposto no parágrafo terceiro.

§ 8º - Quando um dos culpados confessar, ou alguns confessarem, e outros negarem o fato, a confissão valerá como prova plena, apenas quanto aqueles, devendo ser tida, no entanto, como presunção veemente da culpa dos demais salvo se ficar provado que só o confesso é o responsável.

§ 9º - O dolo, a fraude, a simulação e, em geral, todos os atos de má fé, poderão ser provados por indícios e circunstâncias.

§ 10º - Nas apreciações, a autoridade superior considerará livremente a natureza a fraude, a reputação dos indiciados e a verosimilhança dos fatos alegados na portaria inicial e na defesa.

§ 11º - Sendo a confissão vaga ou equívoca, o representante da Fazenda fará as inquirições necessárias ao seu esclarecimento, não podendo a parte se furtar a elucidação de que houver dito, sob pena de ser a confissão interpretada contra ela.

§ 12º - Negado o fato pelo infrator ou infratores, o inquérito prosseguirá com o depoimento das testemunhas arroladas, observando-se os requisitos dos artigos seguintes.

Art. 24 - Podem depor como testemunhas nos inquéritos administrativos todos os que não estão proibidos, por lei, de fazê-lo, excluídos:

I - os interessados no objeto do inquérito;

II - os cônjuges;

III - os parentes, por consaguinidade ou afinidade, dos infratores ou do representante da Fazenda empenhado em fazer a prova;

IV - os funcionários fiscais, salvo em inquéritos instaurados contra funcionarios.

Art. 25 - As testemunhas, arguidas de suspeição por uma das partes, poderão depor, sem que tais circunstancias prejudiquem a fé de seu depoimento, se êste for coerente com as demais provas ou depoimentos.

Art. 26 - Para todas as inquirições de testemunhas será citado o infrator, com designação do dia, hora e local, devendo mediar o mínimo de vinte e quatro horas entre a citação e os depoimentos.

Art. 27 - Antes de iniciar a inquirição, será lavrado o termo de assentada, no qual as partes poderão reclamar quanto à identidade das testemunhas, decidindo o presidente do inquérito como lhe parecer de direito.

Art. 28 - Em seguida, serão as testemunhas qualificadas, devendo declarar seu nome por direito, idade, profissão, estado civil, domicilio residência, e, se tem, com as partes interessadas, em que grau, relações de parentesco, amizade ou dependência.

Art. 29 - Não estando impedida de depor, a testemunha prestará compromisso solene de dizer a verdade acerca do que souber, com relação aos fatos constantes da portaria e será inquirida

pelo representante do Fisco sôbre as circunstâncias que os esclareçam, devendo dar as razões de sua ciência, bem como o modo por que soube do fato, quando e onde, indicando ainda outras pessoas, quando as houver, que dele tenham conhecimento.

Parágrafo único - As testemunhas que não puderem comparecer ao local do inquérito, por motivo de fôrça maior, devidamente comprovado, serão inquiridas onde se encontrarem.

Art. 30 - Nos inquérito administrativos, deverão ser inqueridas, pelos menos, três testemunhas, não podendo o seu numero ultrapassar de cinco para cada parte.

Art. 31 - O infrator ou seu advogado poderão perguntar e contestar, fundamentadamente, as testemunhas arroladas pelo representante da Fazenda, como apresentar testemunhas, até o máximo de cinco, que serão perguntados por ele e pelo representante do fisco, sôbre os itens da portaria e o alegado pelo infrator e sua defesa.

Parágrafo único - Ao representante fiscal será facultado contestá-las, contraditá-las ou arguir os defeitos que tiverem.

Art. 32 - Reduzido a termo cada depoimento, será lido em voz alta, e achado conforme ou retificado nos pontos em que o não estiver, será assinado pelo representante da Fazenda, infrator e testemunhas. Terminada a instrução, será o processo concluso ao presidente do inquérito que, dentro do prazo de quarenta e oito horas, ordenará as diligências que julgar necessarias ou mandará sanar as faltas existentes.

Art. 33 - Nada havendo que ordenar, o presidente mandará abrir vista do processo, na repartição fiscal, ao infrator, por dez dias, para apresentar defesa e documentos, se julgar conveniente.

Art. 34 - Expirado o prazo para as alegações dos infratores, será o processo concluso ao representante da Fazenda, que, no prazo de dez dias, submeterá o inquérito, acompanhado de relatório minucioso, a consideração do Prefeito Municipal, para as providências ulteriores.

Art. 35 - Quanto aos processos administrativos, suspensão e prisão preventiva de Funcionários, obedecer-se-á, no que couber, ao disposto no Estatuto dos Funcionarios Públicos do Município, ou em falta diste, no Estatuto dos Funcionarios Públicos do Estado.

Art. 36 - Os cumplices ou co-autores das infrações ou das faltas cometidas, por funcionários em função de cargo, deverão ter sua responsabilidade, atuação bem caracterizada no inquérito, para a aplicação da penalidade que couber, a fim de serem responsabilizados, como em cada caso couber.

Art. 37 - Provada a infração ou falta, a autoridade competente imporá a pena que for aplicável.

Art. 38 - Se a falta apurada, cometida por funcionário nomeado em virtude de concurso e que conte mais de dois anos de serviço, ou ainda por funcionário que conte mais de cinco anos ininterruptos de serviços, embora sem concurso, lhe puder acarretar a pena de demissão, o Prefeito promoverá o necessário processo administrativo, para o qual o inquérito servirá de base.

Art. 39 - No caso de infração, cuja pena consista em multa, será inscrita a divida e remetida a certidão respectiva ao encarregado da cobrança para as providências que se fizerem mister, ficando o inquérito arquivado.

Art. 40 - Tratando-se de inquérito para apurar fraude em pagamento de imposto, este poderá ser sustado em qualquer fase, desde que o infrator se prontifique ao pagamento dos impostos e multas devidos e desista de recurso em documento, assinado tambem por duas testemunhas. Nesse caso, o presidente do inquérito aplicará a multa de acôrdo com a lei, expedindo guia para o recolhimento da exatoria municipal.

Art. 41 - Quando o infrator incorrer em crime previsto no Código Penal da República, o inquérito será remetido ao Promotor de Justiça da comarca, onde a infração se tiver perpetrado, para o procedimento criminal.

Titulo VII

Dos Conhecimentos

Art. 42 - Nenhum arrecadação de impôsto, taxa ou outra contribuição qualquer, será feita sem que se expeça o conhecimento previsto neste Código, salvo a arrecadação mecanizada, que adotará sistema proprio.

Art. 43 - Para êsse efeito, a Prefeitura terá sempre em depósito cadernos de conhecimentos, impressos de acôrdo com as prescrições traçadas nos artigos seguintes.

Art. 44 - Os cadernos de conhecimentos serão impressos em forma retangular, no mínimo em três vias, numeradas seguida e tipograficamente, constando de cada conhecimento, que será assinado pelo agente arrecadador, com a designação do respectivo cargo, além do nome da Prefeitura, o exercício financeiro e a discriminação dos impostos, taxas e multas.

Paragrafo unico - A 1ª via, será entregue ao contribuinte, como documento seu; a 2ª via constituirá documento de tesouraria; e a 3ª via, indestacavel do caderno, constituirá documento do arrecadador, e, posteriormente, do arquivo da Prefeitura.

Art. 45 - Os conhecimentos de impostos serão redigidos de forma que contenham todos os elementos necessarios a verificação do cálculo do impôsto.

Art. 46 - Os cadernos serão autenticados com a chancela ou rubrica do Prefeito e sua remessa as exatorias obedecerá aos seguintes preceitos:

I - proporcionalmente ao movimento de cada exatoria, mediante registo em conta de cada exator, em livro proprio da Tesouraria Geral, devendo o registo conter a data da remessa, a quantidade de cadernos remetidos e numeração de cada caderno;

II - Dar-se-á no registro baixa parcial dos conhecimentos, á medida que forem utilizados; esgotado o caderno com a remessa do ultimo talão, será dada a baixa do mesmo;

III – O Tesoureiro fornecerá aos agentes e auxiliares de arrecadação os cadernos de que necessitarem.

Art. 47 – Nenhum exator poderá utilizar-se de caderno de conhecimentos que não o seu.

Paragrafo único – Nos casos legais de passagem de exatoria a outro funcionario, poderá êste usar os conhecimentos ali existentes, pelos quais será responsavel, a partir da data em que assumir o exercicio.

Art. 48 – Os conhecimentos serão escritos de maneira legivel, sem emendas, rasuras ou borrões. Os que contiverem tais defeitos serão devolvidos, devendo escrever-se em diagonal, a palavra – "Inutilizado".

Art. 49 – Mediante conhecimentos denominados "Diversos" serão arrecadados os impostos e taxas não especificados, as multas por infração e tôdas as demais rendas eventuais.

Parágrafo único – Para a arrecadação da dívida ativa haverá conhecimentos proprios.

Titulo VIII

Das Restituições

Art. 50 – Os pedidos de restituição de tributos ou multas indevidamente arrecadados, ou que se tornem indevidos, obedecerão, quanto ao prazo, ao disposto no Codigo Civil.

Art. 51 – Os pedidos de restituição serão instruidos com conhecimentos, certidão, expedida pela repartição que houver arrecadado o tributo, fotocopia ou simples copia autenticada pela repartição municipal competente.

Art. 52 – Deferida a restituição, será anotada a autorização na 3ª via do conhecimento. No caso de extravio, se o conhecimento for exibido posteriormente, será o mesmo inutilizado e colocado no talão respectivo.

Art. 53 – As restituições, em geral, sòmente se fazem, no todo ou em parte, no caso de pagamento em duplicata, isenção legal, engano aritmetico, cobrança excessiva, indevida, ou que se tor-

ne indevida, bem como execução, retenção anulatória ou inadimplimento de condição relativamente a atividades, utilizações, contratos e atos sujeitos a tributação.

Art. 54 - O Prefeito Municipal determinará a restituição, sempre que verificar pagamento indevido, ou em excesso.

Título IX

Dos recursos

Art. 55 - Qualquer ato fiscal poderá sofrer impugnação, desde que fundamentada.

Art. 56 - Haverá duas instâncias para conhecimento das impugnações, referentes a contribuições tributárias e multas:

I - Prefeito Municipal;

II - Justiça Fiscal do Estado e dos Municípios (art. 113 da Constituição Estadual).

Parágrafo único - A Fazenda Municipal poderá ser representada, em segunda instância, por procurador credenciado pelo Prefeito Municipal.

Art. 57 - Haverá recurso "ex-ofício", da decisão contraria á Fazenda Pública, proferida em 1ª. instância, nas questões de valor superior a Cr$ 1.000,00 (mil cruzeiros)

Parágrafo único - Se a decisão for desfavorável ao reclamante, poderá ele recorrer para a instância superior, dentro de 20 dias, a contar do recebimento da notificação direta da decisão, desde que deposite o "quantum" da condenação.

Art. 58 - Apresentado o recurso, devidamente instruido, e cumprida a exigência do artigo anterior, será ele, dentro de dez dias, encaminhado á instância superior.

Parágrafo único - Em caso contrário, a autoridade que o receber ordenará, em diligência, sejam sanadas as faltas no prazo de quinze dias, a contar da data em que for proferido o respectivo despacho, sob pena de arquivamento sumário do processo.

Art. 59 - Dentro do prazo de trinta dias, contados da

data em que o contribuinte tiver ciência do lançamento, diretamente ou por edital se se encontrar em lugar ignorado, poderá êle reclamar, requerendo sua modificação ou cancelamento.

Art. 60 - Recebida administrativamente a reclamação, terá ela efeito suspensivo.

Título X
Do arbitramento

Art. 61 - Sempre que o Fisco Municipal e a parte não chegarem a acôrdo quanto ao valor, sôbre o qual tenha de incidir o imposto ou a taxa, poderá o contribuinte recorrer ao arbitramento extra-judicial, que se processará nos têrmos dêste título, caso não prefira discutir sua pretensão de direito, perante a justiça fiscal instituida pelo art. 113 da Constituição Mineira.

§ 1º - O arbitramento será precedido de compromisso por escrito particular, no qual o Fisco e o contribuinte darão os motivos da divergência e se lavrarão em dois arbitros e dois suplentes, de comprovada idoneidade, aos quais conferirão a competência de eleger um terceiro para solucionar a divergência, adotando um ou outro dos laudos proferidos, caso ocorra êsse dissidio entre os arbitradores.

§ 2º - O recurso ao arbitramento obriga ambas as partes, nas esfera administrativa, à decisão proferida, que vigorará durante o exercicio financeiro.

Art. 62 - Nos casos em que para o arbitramento se exijam conhecimentos técnicos ou especializados, os árbitros e o desempatador devem ser escolhidos, obedecido êsse critério.

Art. 63 - Quanto diligência do arbitramento houver de ser feita na sede do Municipio, o prazo para sua realização se contará do termo de compromisso e será de cinco dias; quando fora da sede, êsse prazo poderá ser dilatado até quinze dias improrrogáveis.

Parágrafo único - Se, por culpa do contribuinte ou

de seus árbitros, a diligência do arbitramento não se fizer, ou não se concluir, nos prazos acima declarados, prevalecerá o valor dado pelo agente do Fisco, no têrmo de compromisso, e por êsse valor se cobrará o imposto ou taxa em causa.

Art. 64 – Os árbitros perceberão as vantagens contadas no regimento de custas do Estado, para arbitramentos judiciais, as quais serão pagas pela parte vencida.

Parte Especial
Título I
Do imposto sôbre Indústrias e Profissões
Capítulo I
Da incidência

Art. 65 – O imposto de indústrias e profissões é devido ao Município por tôdas as pessoas naturais, ou jurídicas, que nela exerçam atividades industriais, ou profissionais, como arte, ofício, comércio ou qualquer função lucrativa.

Art. 66 – Estão sujeitas ao imposto de indústrias e profissões, as atividades das firmas individuais e das sociedades civis e comerciais, exercidas neste Município, ainda que sediadas fora dele.

Art. 67 – O imposto se compõe de uma parte progressiva, por classes, tendo como base, a natureza e a importância das atividades referidas nos artigos anteriores, e de outra proporcional, com base no valor locativo de prédio ou local onde se exerçam.

§ 1º – A importância das atividades é determinada pelos seguintes elementos, tomados em conjunto ou isoladamente, segundo a natureza daquelas:

a) movimento econômico;
b) capital empregado;
c) mercadorias em depósito;
d) valor locativo do prédio, parte do prédio ou local onde for exercida a atividade;

e) despesa com o estabelecimento;

f) localização do estabelecimento;

g) número de operários e auxiliares, maquinismos empregados e capacidade produtiva do estabelecimento.

§ 2º - A parte progressiva será lançada e arrecadada de conformidade com as tabelas Especial e geral, segundo as especificações constantes das séries Especial e A, B, C e D, anexas, e à vista da população absoluta da localidade em que se exerça a atividade do contribuinte, constante do último anuário demográfico organizado pelo órgão competente, do Estado, observado o disposto no artigo 116, letra g. Se, do anuário demográfico, constar o número de habitantes englobadamente, para mais de um distrito, obter-se-á a discriminação, relativamente a cada um, face aos elementos estatísticos que houver.

§ 3º - A parte proporcional é de 20% (vinte por cento) sôbre o valor locativo anual.

Art. 68 - Ficam instituídas categorias especiais de tributação para comércio, fabrico ou exploração de:

I - bebidas alcoólicas.

II - automóveis, ou seus acessórios.

III - fogos de artifício.

IV - artigos de carnaval e de natal.

V - jogos permitidos.

Parágrafo único - O imposto especial a que se refere êste artigo será devido, ainda que o contribuinte já esteja tributado pela venda ou fabricação de outros artigos no mesmo estabelecimento.

Art. 69 - Os comerciantes estabelecidos nos mercados municipais e as pessoas que venderem ou fabricarem produtos, sem estabelecimento ou localização fixa, pagarão apenas a parte progressiva do imposto, excluindo-se, dêsse impôsto, os pequenos produtores que ali fazem suas vendas diretamente.

Art. 70 - Para o lançamento da parte progressiva

dos grandes estabelecimentos comerciais, ou industriais, e dos bancos e casas bancárias, não será observado o critério do número de habitantes, tomando-se, neste caso, a contribuição que lhes competir, da Tabela Especial, de mais de 40.000, habitantes.

Parágrafo único - Quando não houver especificação na Tabela Especial, o lançamento a que se refere êste artigo será feito na Tabela Geral, de mais de 40.000, habitantes.

Art. 71 - Para o lançamento da parte proporcional, ter-se-á em vista o que constar dos contratos de arrendamento, dos recibos de aluguel, ou de outro documento que mereça fé.

Parágrafo único - Na falta dêsses documentos, o lançador arbitrará o valor locativo, atendendo á estimativa comum e aos preços de aluguel dos prédios visinhos, ou pedirá ao orgão competente, se ainda não houver sido feito, para que promova o arbitramento de que trata a lei do inquilinato.

Art. 72 - O lançador poderá recusar qualquer dos documentos a que se refere o artigo anterior:

a) quando tiver fundadas suspeitas de que são falsos ou infiéis;

b) quando deles constarem valores em contradicção com a estimativa comum;

c) quando êles atestarem preços de aluguéis sensivelmente abaixo dos conhecidos para os prédios visinhos, verificada a necessária proporcionalidade;

d) quando os prédios tiverem sido melhorados ou aumentados com benfeitorias feitas posteriormente ás datas que dos mesmos documentos constarem.

Art. 73 - Quando o contribuinte não ocupar todo o prédio com o exercício de seu comércio ou profissão, a parte proporcional incidirá sôbre 3/5 (três quintos) do valor locativo total, excetuados os hotéis, pensões ou sanatórios.

Art. 74 - A parte proporcional nunca será inferior a cr$ 24,00.

Art. 75 - O valor locativo compreenderá, além dos armazens onde se efetuarem as operações comerciais, os que servirem para simples depósitos de mercadorias.

Parágrafo único - Se nesses depósitos, forem, se efetuarem operações comerciais, entrega ou despachos de mercadorias, ficarão os proprietários dos mesmos sujeitos à respectiva contribuição progressiva.

Art. 76 - O contribuinte que no mesmo estabelecimento exercer o comércio que compreenda mais de um dos números constantes das especificações das séries "Especial" e "A", será lançado pelo que constituir o comércio de maior tributação, fazendo-se os demais lançamentos como anexos.

Tratando-se de industria, terá aplicação o mesmo critério.

Parágrafo único - Em tais casos, o contribuinte pagará por inteiro as partes progressiva e proporcional da industria e do comércio principal do estabelecimento; a parte progressiva, também por inteiro, do primeiro anexo, que será aquele que tiver taxa mais elevada e por metade a contribuição progressiva dos demais até 10, nada se cobrando sôbre os anexos excedentes de 10. Excetuam-se as categorias especiais, do artigo 68 que, por serem consideradas distintas, serão sempre lançadas por inteiro.

Art. 77 - O exercício de mais de uma industria ou profissão sujeita o contribuinte ao imposto correspondente a cada uma.

Art. 78 - Os estabelecimentos comerciais que, além de outros artigos, venderem bebidas alcoolicas ou artificiais, conservando-se abertos depois das 24 horas, exceto nos dias de Carnaval, natal, semana santa e passagem do ano, ficarão sujeitos ao pagamento de mais 50% (cinquenta por cento) sôbre o imposto progressivo que lhes competir.

Art. 79 - Quando as fabricantes, no mesmo estabelecimento ou em depósitos externos, venderem a varejo produtos de suas fábricas, ficarão obrigados ao pagamentos do imposto a

que estão sujeitos os comerciantes, além do de fabricantes.

Parágrafo único - Neste artigo não estão compreendidas as pequenas indústrias que venderem só a consumidores os produtos de sua fábricas, as quais ficarão sujeitas sómente ao imposto da série "B".

Art. 80 - Os armazens e estabelecimentos comerciais de empreiteiros, ou administradores de construções de estradas de ferro ou de rodagem, ou de outras emprezas congêneres, ficam sujeitos ao imposto que, pela série e especificações respectivas, lhes competir, ainda que façam comércio exclusivamente com seus empregados.

Art. 81 - Ao imposto de advogado fica sujeito todo aquele que, no uso de mandato, requerer frequentemente perante o Juizo, embora não tenha escritório de advocacia e nem se anuncie como profissional.

Art. 82 - Estará igualmente sujeito ao imposto todo medico que, embora ocupe cargo público ou outra profissão qualquer, faça clínica particular.

Art. 83 - O lançador só fará o lançamento de estabelecimento, indústria ou profissão sujeitos á licença da Saude Pública, Policia ou órgãos da Segurança Nacional, mediante exibição de alvará ou documento equivalente.

Art. 84 - Ao imposto incidente sôbre o Comércio de gado, qualquer que seja a sua espécie, fica sujeito aquele que comprar tropa ou manada, por conta própria ou de outrem.

Art. 85 - Pagarão igualmente a parte progressiva que lhes competir, os emprestadores de dinheiro a qualquer titulo.

Art. 86 - Para a venda de artigos carnavalescos, por ocasião dêsses festejos, os comerciantes já estabelecidos ou que se estabeleçam, sómente para aquele fim, ficam sujeitos ao imposto constante da série "D".

Art. 87 - Os profissionais que não tiverem estabelecimento e os ambulantes, pagarão apenas a parte progressiva que lhes for aplicável.

Parágrafo único - Os negociantes que se estabelecerem nas romarias, Jubileus e outras festas semelhantes, que funcionem até 30 dias, pagarão a contribuição progressiva integral do trimestre, ficando dispensados do pagamento da contribuição proporcional sôbre o valor locativo. Tratando-se de barraquinhas ou quermesse e semelhantes, que funcionem até 3 dias e não estiverem compreendidas no caso anterior, cobra-se-á o imposto relativo a um mês.

Art. 88 - Os contribuintes especificados nas séries "C" e "D", anexas, não estão sujeitos ao pagamento da parte proporcional.

Capitulo II
Do lançamento

Art. 89 - O lançamento do imposto de indústrias e profissões, será feito anualmente, por funcionários do Serviço competente, na época adiante fixada.

Parágrafo único - Far-se-á lançamento, ainda, no decorrer do exercício, ao iniciar-se a atividade licenciada e, suplementarmente, quando o contribuinte adicionar nova atividade ou ampliar a atividade inicial.

Art. 90 - Os avisos de lançamento se constituirão de duas vias e serão datadas e assinados pelos lançadores, ou lançador, ficando a primeira via com o contribuinte.

Art. 91 - O lançamento do imposto de indústrias e profissões far-se-á vista de prévias declarações feitas pelos contribuintes, na forma adiante especificada.

Art. 92 - A coleta de declarações do contribuintes, começará no dia 1º de dezembro de cada ano, devendo estar encerrada até 20 de janeiro do ano seguinte.

§ 1º - O órgão competente, dez dias antes do início da coleta de declarações, afixará, nos locais de costume e publicará pela imprensa, se houver, editais comunicando o

início da mesma coleta, os prazos para a apresentação das declarações, para pagamento do imposto e as multas regulamentares.

§ 2º — As declarações mencionadas no parágrafo anterior conterão os seguintes requisitos:

a) nome do contribuinte;

b) localidade em que for exercida a profissão, indústria ou comércio;

c) discriminação de todos os artigos existentes no estabelecimento;

d) Valor locativo do prédio ou local ocupado, abrangendo aquele os depósitos em separado;

e) esclarecimento de ser ou não propriedade do contribuinte o prédio ocupado;

f) escala do comércio exercício pelo declarante;

g) Capital empregado no Comercio ou industria;

h) Valor das mercadorias em depósito;

i) Valor dos maquinismos e instalações;

j) despesa com o estabelecimento no ano anterior;

k) numeros de operários e auxiliares;

l) Valor da produção do ano anterior, em se tratando de estabelecimento industrial;

m) Volume de Vendas no ano anterior, em se tratando de estabelecimento comercial.

§ 3º — Os lançadores visitarão os estabelecimentos industriais e comerciais, escritórios, gabinetes, ou quaisquer outra dependência onde se exerça atividade tributável, a começar pelos da séde, colhendo notas e as declarações já referidas, após detido exame de tôdas as circunstâncias que puderem influir na classificação dos contribuintes.

§ 4º — Visitados, pessoalmente, todos os contribuintes da séde, das vilas e povoados, inclusive os da zona rural; reunido o maior número possível de declarações, para o que empregarão os lançadores os esforços a seu alcance; Conveniente-

mente confrontados os lançamentos ora feitos, com os do exercício anterior e consideradas as causas de ter havido omissões, para se adotar a conseqüente providência, isto é, abrir-se o lançamento não feito, desde que o contribuinte esteja exercendo atividade tributável, farão os lancadores a classificação de todos os contribuintes, assinalando aqueles que não houverem apresentado declaração.

§ 5º - Terminado o expediente recomendado no parágrafo anterior e dispostas alfabeticamente, em relação a cada distrito as declarações apresentadas e as notas substitutivas colhidas pelos lançadores quanto aos contribuintes faltosos, serão preparados, em duas vias, os competentes avisos de lançamentos e entregues até 20 de janeiro, mediante recibo, as primeiras vias ao contribuintes ou a quem suas vezes fizer nos estabelecimentos. Se o contribuinte se recusar a passar recibo, mesmo assim o aviso lhe será entregue, mediante registro desta circunstância no espaço destinado a sua assinatura. As declarações apresentadas depois de visita pessoal do representantes a Fazenda Municipal, mas dentro do prazo hábil (até 20 de janeiro), serão conferidas com as notas colhidas pelo lançado, expedindo-se o respectivo aviso de lançamento, dentro do mesmo prazo.

§ 6º - A partir de 20 de fevereiro far-se-á a inscrição dos lançamentos nos livros próprios e em fichas, por distrito, a começar do da sede do Município, contendo enumerados seguidamente, e em ordem alfabética, os nomes dos contribuintes, endereços, especificações, impostos e o mais que dela deva constar. As importâncias serão somadas e transportadas até que se obtenha o total lançado por distritos, ficando espaço, a seguir, para o lancamentos suplementares.

§ 7º - Para o lançamento dos construtores, empreiteiros ou sub-empreitairos de obras, deverão êstes apresentara os contratos das obras empreitadas ou de administração, fornecendo, por escrito e separadamente, os seus valores. Tratando-se de obra a ser executada em mais de um exercício, será tomado o valor

total da mesma, dividido pelo número de exercícios (vide "nota" ao número ... da série "C" anexa).

§ 8º - As Companhias ou empresas concessionárias de serviços públicos serão lançadas para o pagamento do imposto, de acôrdo com as normas desta lei.

Art. 93 - Não será permitida a transposição de lançamento de um exercício para outro, sem que o contribuinte esteja no efetivo exercício da atividade tributada.

Art. 94 - Dos contribuintes ambulantes (Série "D") os impostos serão exigidos antecipadamente.

Art. 95 - Estão sujeitos às classificações respectivas os mercadores de minérios.

Art. 96 - Os contribuintes da zona rural serão coletados no mínimo da respectiva classe, excetuados os estabelecimentos de auctoso movimento anual, que justifique o lançamento como se fosse situado na sede.

Parágrafo único - Por estabelecimento de auctoso movimento anual se entende o que tiver volume de venda ou produção, conforme se tratar de comércio ou de indústria, superior a Cr$ 1.000.000,00.

Art. 97 - O prazo para apresentação de recursos contra os lançamentos é de 20 dias, a contar da data de recebimento do aviso.

§ 1º - O Serviço respectivo providenciará de modo que até 20 de janeiro de cada ano, todos os coletados estejam de posse dos avisos de lançamento.

§ 2º - Os recursos sôbre lançamentos só serão recebidos quando formulados por escrito, e serão dirigidos ao Prefeito, para despacho, depois de devidamente informados pelo órgão ou órgãos competentes ou serviço respectivo, com todos os esclarecimentos necessários ao julgamento do assunto.

§ 3º - Das decisões do Prefeito cabe recurso para a Justiça Fiscal do Estado, nos têrmos dos artigos 57 e 58 deste Có-

digo.

Art. 98 – A existência de recurso ou a falta de decisão no mesmo, não impede que a inscrição seja feita no prazo previsto, nas condições constantes do aviso de lançamento. Se o lançamento for diminuido em virtude de julgamento ou despacho do Prefeito, a redução será feita como abatimento ou cancelamento, no livro respectivo.

Art. 99 – O Serviço respectivo, ou o lançador, tendo conhecimento de que alguém exerce ou esteja exercendo profissão ou industria sujeita a imposto, sem que haja apresentado a devida declaração, colherá a respeito informes positivos e procederá, de ofício, ao lançamento provisório, expedindo aviso que será entregue mediante recibo e, na falta deste, mediante registro desta circunstancia no espaço destinado à sua assinatura.

Parágrafo único – Far-se-á a inscrição do lançamento definitivamente, decorrido o prazo de 30 dias, se não houver sido proferida a decisão em recurso apresentado contra o lançamento provisório.

Art. 100 – O preceito contido no artigo anterior não exonera o contribuinte da obrigação de participar, por escrito, ao lançador, a sua pretensão de continuar ou não a exercer a sua industria ou profissão no exercicio seguinte.

Parágrafo único – Na mesma ocasião da visita ao estabelecimento, poderá o lançador receber do contribuinte a declaração, que deverá conter a indicação do local e do ramo da industria ou profissão do declarante, bem como o capital da firma, o valor locativo do prédio ocupado e demais esclarecimentos.

Art. 101 – Os coletados ficam obrigados a participar, por escrito, á Prefeitura, tôdas as alterações que se derem durante o ano, em relação á industria ou profissão que exerçam, como sejam: transferência do estabelecimento, mudança de profissão ou industria, mudança de local, modificações de firma ou quaisquer outras, para que sejam feitas as devidas anotações nos lançamentos.

Parágrafo único – As communicações de transferências

deverão ser assinadas pelos dois interessados.

Art. 102 - Será permitida a transferência do conhecimento do imposto, ficando o adquirente do estabelecimento sujeito ao pagamento da contribuição de 10% (dez por cento) sôbre a soma do imposto pago pelo transmitente.

§ 1º - Essa contribuição será paga mediante conhecimento, com anotação da transferência na communicação e no conhecimento transferido.

§ 2º - Os adquirentes de estabelecimentos comerciais ou industriais ficarão sujeitos a novo lançamento, com a tributação respectiva, quando não efetuarem o pagamento das contribuições acima mencionadas, dentro de 5 dias, quando situados na cidade e 15 nas demais localidades.

Art. 103 - Nenhuma modificação será feita em qualquer lançamento, como nenhuma baixa será concedida sem que o requerente se mostre quite com o fisco municipal, o que, entretanto, não impedirá que seja aberto o lançamento em nome de adquirentes, no caso de transferência do estabelecimento ou de nova firma que ofereça maiores garantias.

Art. 104 - Sempre que qualquer contribuinte requerer modificação ou baixa de lançamento, sem estar quite com o fisco, o órgão competente exigirá por escrito, no requerimento, o pagamento do débito, ficando o andamento do pedido dependendo da satisfação dessa exigência.

Art. 105 - O contribuinte que exercer indústria ou profissão em qualquer período de cada trimestre, ficará obrigado ao pagamento do imposto correspondente aos meses que faltarem para completar o trimestre ou ano contando-se por inteiro, a fração de mês, e devendo êsse pagamento ser efetuado dentro de 5 dias, a contar da data da expedição do aviso de lançamento, quanto aos contribuintes estabelecidos na cidade, e de 15 dias quanto aos demais.

Art. 106 - A mudança de profissão ou indústria para localidade onde seja devida maior parte progressiva, sujeitará

o contribuinte ao pagamento da diferença do imposto.

Parágrafo único - Somente à vista de requerimento do contribuinte, deferido pelo Prefeito, poderá a nova classificação, para efeito do imposto no segundo semestre, ser feita para menos.

Art. 107 - O fato de o contribuinte passar a exercer a industria ou profissão em casa de maior ou menor aluguel, no decurso do ano financeiro, não o sujeitará em relação a êsse ano ao aumento da contribuição proporcional, nem lhe dará direito a diminuição da mesma, salvo se o lançamento tiver sido feito em desacôrdo com êste Código.

Art. 108 - A falta de lançamento não isenta o contribuinte do pagamento do imposto e das multas.

Art. 109 - Quando for encontrado alguém que tenha exercido ou esteja exercendo profissão ou atividade, ou tenha praticado ou esteja praticando ato sujeito à tributação sem que seja regularizada a sua situação perante a Fazenda Municipal, a autoridade fiscal se não for competente para proceder a arrecadação, notificará essa pessôas para efetuar o pagamento na repartição respectiva, no prazo de cinco dias. Se decorrido êsse prazo marcado, não for efetuado o pagamento, a pessoa notificada ficará convidada a apresentar defesa dentro de 20 dias, contados a partir do término do período acima referido.

Parágrafo único - O serviço competente organizará modelo de notificação de modo que, não sendo atendido o que nele se comunica ao devedor, seja automaticamente transformado em auto de infração.

Art. 110 - Os emprestadores de dinheiro só serão lançados para pagamento do imposto de industrias e profissões quando estiverem, efetiva e habitualmente no exercício dessa profissão.

Art. 111 - Os mercadores e industriais ambulantes e empresários de divertimentos publicos de qualquer natureza não poderão exercer sua industria ou profissão antes do pagamento do imposto a que estejam sujeitos, o qual será efetuado em uma só

prestação, correspondente a todo o exercício, excetuando-se os empresários de divertimentos públicos, quando estabelecidos permanentemente, os quais poderão efetuar o pagamento em duas prestações.

Parágrafo único – Se, porém, o exercício da indústria ou profissão tiver começado depois de 30 de junho, as contribuições a serem pagas no exercício ou ano financeiro corresponderão a um semestre sòmente.

Capítulo III
Da arrecadação

Art. 112 – O pagamento do imposto de indústrias e profissões será feito á Tesouraria Municipal, ou órgão equivalente, em quatro prestações iguais, até 31 de março, 30 de junho, 31 de outubro e 31 de dezembro.

§ 1º – O contribuinte de importância até cr$ 50,00, pagará o imposto de uma só vez, até 31 de março, sem desconto.

§ 2º – Os contribuintes lançados nas séries, A, B, C e Especial, anexas, que pagarem até 31 de março de cada ano, de uma só vez, o total de seu imposto de indústrias e profissões, gozarão de um desconto de dez por cento (10%), sôbre a quantia paga, salvo o caso de parágrafo 1º.

Art. 113 – Não será permitido o pagamento de qualquer prestação de impostos antes de feito o pagamento das anteriores, relativas aos estabelecimentos ou profissões do contribuinte, inclusive as multas, ainda que se tenham convertido em dívida ativa.

Art. 114 – Os contribuintes faltosos ficarão sujeitos á multa de 20% (vinte por cento) sôbre a importância devida, podendo ser inscrita a extraída a certidão, que será remetida ao encarregado da cobrança executiva.

Art. 115 – A multa estipulada no artigo anterior, no caso de contribuintes referidos no parágrafo 1º, do artigo 112 recái sobre o debito do primeiro semestre se o imposto não fôr pago até 31 de março.

Capítulo IV

Disposições especiais

Art. 116 - Para aplicação dos diversos dispositivos dêste Capítulo, entendem-se:

a) por estabelecimento - as oficinas e emprêsas, seja qual for a forma pela qual forem exploradas, as instalações ou organizações comerciais ou industriais exploradas por pessoas físicas ou jurídicas;

b) por grandes estabelecimentos comerciais ou industriais - os que tiverem, respectivamente, volume de venda ou produção bruta, superior a Cr$ 1.000.000,00;

c) por atacadista - aqueles que façam vendas em grosso ou a outras casas comerciais;

d) por varejistas - aqueles que façam vendas somente a consumidores ou a retalho;

e) por ambulantes - aqueles que não tenham estabelecimento;

f) por caixeiro viajante - aquele que faz sòmente o comércio de vendas por meio de faturas ou amostras, por conta de terceiros;

g) por localidades - as sedes da cidade, vilas ou distritos, com suas populações rurais, inclusive considerando-se como uma localidade a cidade, ainda que se componha de mais de um distrito de paz.

Art. 117 - As industrias e profissões novas e as não compreendidas nas tabelas serão classificadas por semelhança com algumas tributadas, além de outros pontos característicos da indústria ou profissão, sua importância, o modo por que é exercida, sua localização e, finalmente, qual a série em que tenham enquadramento para a tributação.

Art. 118 - Sempre que, possível, o imposto de industrias e profissões terá caráter pessoal e será graduado conforme a capacidade econômica do contribuinte.

Art. 119 - Aos funcionários que forem designados para efetuar os serviços de lançamentos nas vilas e povoados, ou na zona rural, caberá receber diárias fixadas pelo Prefeito, para alimentação e pousa-

da, durante os dias de viagem e estada, bem assim as despesas feitas com a sua condução, devidamente comprovadas.

Titulo II
Do Imposto de Licença
Capitulo I
Da incidência Geral

Art. 120 - O imposto de licença, exigivel sòmente em relação aos atos que dependem de autorização do poder público municipal, incide sobre as licenças para instalação e localização de atividades comerciais, industriais, agro-pecuárias e similares, bem como sobre os atos ou realizações praticados que temporárias, que permanentemente, que possam interesar ao sosego, a tranquilidade, á segurança ou saúde da população, ou estetica urbana.

Parágrafo unico - Não será concedida licença para instalação ou localização a atividades sujeitas a licenças da Saude Pública, policia ou orgãos da Segurança Nacional, sem prévia exibição do alvará ou documento equivalente.

Art. 121 - Para a Cobrança do imposto de licença ter-se-á em vista:

a) tabela progressiva, no tocante á localização e instalação das atividades licenciáveis em geral;

b) tabela fixa, no que se refira a publicidades (localização), circos, matança de gado fora do matadouro municipal e atos temporários que interessem ao sossêgo, à tranquilidade, á segurança ou saúde da população, ou à etética urbana.

Capitulo II
Do imposto de licença para instalação de estabelecimento e inicio de atividades
Secção I
Da incidência

Art. 122 - As licenças para instalação de estabelecimentos ou exercício de atividades comerciais, industriais, agro-pecuárias e similares, incidirão por ocasião da abertura de ditos es-

tabelecimentos ou do início das atividades.

§ 1º — Para a cobrança do imposto de que trata este artigo, aplicar-se-á, pela metade, a tabela "A" anexa ao Imposto de Licença sôbre localização.

§ 2º — As licenças serão requeridas ao Prefeito, antes da abertura do estabelecimento ou início da atividade, devendo ser negadas ou cassadas as que puzerem em risco a vida dos habitantes e as que forem julgadas prejudiciais ao sossêgo, à tranquilidade, à segurança ou saúde da população e aos bons costumes, bem como as que não estiverem previamente licenciadas na forma prevista no parágrafo único do art. 120. O estabelecimento que se abrir ou a atividade que se iniciar sem o requerimento respectivo à Prefeitura, ficará incurso na penalidade adiante estabelecida, sem prejuizo de outras sanções aplicáveis.

Art. 123 — Sem prejuizo da obrigatoriedade de serem as licenças previamente requeridas à Prefeitura, ficam isentas do imposto de que trata êste Capitulo, a instalação de estabelecimentos e o exercício das atividades que não estiverem especificadas em a tabela "A", acima referida.

Secção II
Do lançamento

Art. 124 — O lançamento do imposto a que se refere este Capitulo, será feito no ocasião em que for deferido o requerimento de que trata o art. 122, § 2º, tendo-se em vista a tabela "A", mencionada, pela metade da taxa.

Art. 125 — O lançamento do imposto devido pela instalação de estabelecimento ou início de atividade será escriturado em livro especial e conterá o nome, endereço, natureza da licença, escala e a importância do imposto a ser pago.

Secção III
Da arrecadação

Art. 126 — O imposto de licença de que trata êste Capítulo, será arrecadado dentro em 60 dias da data do de-

ferimento da licença, ou até 20 de dezembro se esse deferimento houver sido concedido depois do dia 1º de novembro.

Capítulo III

Do imposto de licença sôbre localização

Secção I

Da incidência

Art. 127 - O imposto de licença sôbre localização incide sôbre os estabelecimentos e atividades comerciais, industriais, agro-pecuárias e similares, cuja instalação ou início hajam sido préviamente licenciadas na forma prevista no Capítulo II, dêste Título, e será cobrado por ano ou por período menor, inicial, de acôrdo com a tabela "A", anexa.

Secção II

Do lançamento

Art. 128 - O lançamento do imposto de licença sôbre localização será feito:

I - No exercício em curso, na ocasião em que fôr deferido o requerimento a que se refere o artigo 122, dêste Código, calculando-se o imposto proporcionalmente aos meses que faltarem para completa-lo;

II - Nos exercícios seguintes, independentemente de novo requerimento, caso não haja modificação de atividade, na ocasião em que se proceder ao lançamento do imposto sôbre indústrias e profissões.

Art. 129 - Os avisos de lançamento consignarão o quantum do imposto a ser pago, a classe em que foi incluido e o prazo de pagamento.

Art. 130 - O lançamento do imposto sôbre localização será escriturado no mesmo livro de que trata o art. 125, dêste Código.

Secção III

Da arrecadação

Art. 131 - O imposto sôbre localização dos estabe-

lecimentos ou atividades será arrecadado.

I – Dentro ou no prazo de 60 dias, da data de deferimento da licença para instalação do estabelecimento ou início da atividade, no exercício em curso, ou até 20 de dezembro, se esse deferimento houver sido concedido depois do dia 1º de novembro.

II – Até o dia 20 do mês de janeiro o que resultar de lançamento feito de acôrdo com o item II. do art. 128.

Capítulo IV

Do imposto de licença sôbre ambulantes

Secção I

Da incidência

Art. 132 – O imposto de licença sôbre ambulantes incide sôbre todos aqueles que exerçam atividades lucrativas no território do Município, não localizadas em estabelecimentos fixos.

Secção II

Do lançamento e da arrecadação

Art. 133 – O imposto de licença dos ambulantes será pago mediante apresentação da licença do ano anterior e, havendo dúvida sôbre a identidade da apresentação da carteira respectiva, documentos esses que deverão acompanhar o licenciado, para todos os efeitos.

Art. 134 – Tratando-se de ambulante que exerça sua atividade em várias localidades, ou que aleatoriamente transite pelo Município, o imposto será devido cada vez que o mesmo passe pelo seu território, no exercício da atividade, de acôrdo com a especificação respectiva, fixada pela metade.

Art. 135 – O imposto a que se refere êste Capítulo será lançado de acôrdo com a tabela "B" anexa e arrecadado na ocasião em que for concedida a licença.

Capítulo V

Do imposto de licença sobre atos diversos

Secção I
Da incidência

Art. 136 - Incidirá, ainda, o imposto de licença, sôbre atos temporários ou permanentes que possam interessar ao sossêgo, a tranquilidade, a segurança ou a saúde da população, ou estética urbana.

Secção II
Do lançamento e da arrecadação

Art. 137 - O imposto de que trata êste capitulo será lançado, nos casos em que seja exigivel o lançamento, e será calculado de acôrdo com a tabela "C", anexa, e suas especificações.

Art. 138 - A arrecadação de imposto não lançado far-se-á no ato da concessão da licença e do imposto lançado, nos prasos estabelecidos nos Capitulos II e III, dêste Titulo.

Titulo III
Do imposto territorial urbano
Capitulo I
Da incidência

Art. 139 - O imposto territorial urbano incide sôbre os terrenos não edificados, nos perimetros urbanos e suburbanos da cidades, vilas e povoados.

Art. 140 - O imposto grava tambem os terrenos edificados, nos seguintes casos:

a) quando houver construção paralizada, ainda que parcialmente ocupada, só se incorporando o valor do terreno ao prédio depois de concluida a obra.

b) quando houver edificação em ruinas, interditada ou condenada.

Parágrafo único - O imposto incidirá, ainda, sôbre terreno excedente do dôbro da area edificada, salvo quando ajardinado e situado na frente do prédio, nos termos da lei municipal, caso em que será considerado edificado.

Art. 141 - O imposto será cobrado com o acréscimo de % , no caso de não serem os terrenos murados ou cercados, conforme as exigências da legislação própria.

Art. 142 - O imposto territorial será progressivo, de conformidade com o parágrafo único do art. 109, da Constituição Estadual, sendo limitada sua contribuição mínima, e cobrado anualmente, sôbre o valor venal do terreno, de acôrdo com a tabela anexa.

Art. 143 - Nas áreas centrais e noutras em que exista terreno não edificado, por tempo superior a dois anos e que prejudique o desenvolvimento urbanístico, poderá o imposto ser agravado, anualmente, de 20% sôbre o lançamento respectivo, até o máximo de 10% "ad-valorem".

Art. 144 - No caso de loteamento de terrenos, será mantido o imposto lançado sôbre a área total, enquanto não se verificar alienação de lotes.

Parágrafo único - Sempre que ocorrer a alienação prevista neste artigo, será feito o lançamento de lote como terreno autonomo, nas condições dêste título, procedendo-se, no exercício seguinte, ao desconto da área desmembrada, para efeito de redução do imposto lançado sobre a área total.

Art. 145 - É de Cr$ 15,00 a contribuição mínima do imposto territorial urbano.

Art. 146 - O imposto será exigido do proprietário, adquirente ou possuidor, a qualquer título, do terreno gravado.

Capítulo II
Do lançamento

Art. 147 - O lançamento do imposto territorial urbano será feito:

I - Por declaração escrita do proprietário, enfiteuta, ocupante, condômino ou representante legal do contribuinte, contendo nome do proprietário, número do lote, área em metros quadrados, quarteirão, secção onde a houver, localização, metros das testadas com indicação dos respectivos logradouros, áreas edificada, valor venal do

terreno total, existência ou não de cerca, muro, passeio, meio-fio, sargeta, calçamento, iluminação elétrica, água e esgôto; circunstância de tratar-se de chácara ou granja, área loteada ou não e existência de condôminos.

II - ex-officio, quando a declaração não for feita no tempo oportuno ou quando se recuse o proprietário, enfiteuta, ocupante, condômino ou representante legal do contribuinte, a fazê-lo.

III - por funcionário especialmente designado quando for passível de suspeita a declaração referida.

IV - em face de transmissão "inter-vivos", a qualquer título, para ser modificado ou cancelado o lançamento do transmitente, aberto ou aumentado o do adquirente, fazendo-se o novo lançamento de acôrdo com o título de transmissão, salvo fraude presuntiva ou objetiva.

V - à vista das estatísticas de transmissão "causa mortis", obtidas nas repartições estadnais respectivas.

II - em face de divisão de propriedade em comum, para ser anotada a cessação do condomínio e retificados os êrros que o processo divisório apontar.

Art. 148 - Na fixação do valor venal tomar-se-ão por base a sempre que possível, as últimas avaliações judiciais de terrenos situados no local ou nas proximidades, bem como as transmissões que porventura se efetivem, com relação aos terrenos referidos, ao tempo do lançamento.

Art. 149 - Os adquirentes a título sucessório, nos inventários, ou outro título, de bens sujeitos ao imposto territorial urbano, ficam obrigados a apresentar á Prefeitura o formal de partilha ou instrumento público ou particular respectivos, dentro de 30 dias da data de sua assinatura, ficando incursos nas penalidades adiante estabelecidas, caso não o façam.

Parágrafo único - Feita a apresentação, proceder-se-á ao lançamento ou á sua correção, de acôrdo com os dados que do título constarem, salvo prova de fraude.

Art. 150 - O lançamento dos terrenos pertencentes a espólios, cujo inventário estejam sobrestado, será feito em nome dosmesmos, que responderão pelo imposto até que, julgado o inventário, se façam as necessárias modificações.

Art. 151 - No caso de condomínio, cada condômino será lançado pelo imposto proporcionalmente à parte que lhe pertencer.

Art. 152 - Não serão recebidos nem providos recursos contra lançamento vigorante, desde que o valor do terreno prove do respectivo título de propriedade, salvo se forem decorridos mais de cinco anos da data da aquisição.

Art. 153 - A notificação dos lançamentos dos terrenos pertencentes a massas falidas ou sociedades em liquidação será feita em nome dos respectivos representantes legais.

Art. 154 - Os valores venais dos terrenos, base para os lançamentos, deverão ser revistos de cinco em cinco anos, na forma da lei.

Art. 155 - Serão lançados, apenas para efeito estatístico, os terrenos que gozarem das isenções de que trata o art. 96, da Lei de Organização Municipal.

Capítulo III

Da arrecadação

Art. 156 - A arrecadação do imposto territorial urbano será feita em duas prestações vencíveis em 31 de março e 31 de julho de cada ano, excluídas as gravações inferiores a Cr$ 100,00, cujo pagamento deverá ser feito de uma só vez, até o dia 31 de março.

(Este artigo poderá ser substituído pelo seguinte:
"Art. A arrecadação do imposto territorial urbano será feita de de abril a 31 de maio de cada ano).

Art. 157 - Quando, na transmissão da propriedade verificar-se, para o terreno, área maior que a lançada, será cobrada a diferença do imposto, proporcionalmente à unidade, salvo tolerância.

Tabela A que se Refere o Art. 142

Valor Venal do Terreno				Taxa proporcional e progressiva
Até	Cr$	1.000,00		1,00%
De	Cr$	1.000,00	até Cr$ 5.000,00	1,01%
De	Cr$	5.000,10	até Cr$ 10.000,00	1,02%
De	Cr$	10.000,10	até Cr$ 15.000,00	1,03%
De	Cr$	15.000,10	até Cr$ 20.000,00	1,04%
De	Cr$	20.000,10	até Cr$ 25.000,00	1.05%
De	Cr$	25.000,10	até Cr$ 30.000,00	1.06%
De	Cr$	30.000,10	até Cr$ 35.000,00	1.07%
De	Cr$	35.000,10	até Cr$ 40.000,00	1.08%
De	Cr$	40.000,10	até Cr$ 45.000,00	1.09%
De	Cr$	45.000,10	até Cr$ 50.000,00	1.10%
De	Cr$	50.000,10	até Cr$ 55.000,00	1.12%
De	Cr$	55.000,10	até Cr$ 60.000,00	1.14%
De	Cr$	60.000,10	até Cr$ 65.000,00	1.16%
De	Cr$	65.000,10	até Cr$ 70.000,00	1.18%
De	Cr$	70.000,10	até Cr$ 75.000,00	1.20%
De	Cr$	75.000,10	até Cr$ 80.000,00	1.22%
De	Cr$	80.000,10	até Cr$ 85.000,00	1.24%
De	Cr$	85.000,10	até Cr$ 90.000,00	1.26%
De	Cr$	90.000,10	até Cr$ 95.000,00	1.28%
De	Cr$	95.000,10	até Cr$ 100.000,00	1.30%

Nota: Acima de Cr$ 100.000,00, majorar-se-á a taxa em mais 0,03 (três centésimos), cada Cr$ 5.000,00 ou fração que acrescer.

Título III
Do Imposto Predial
Capítulo I
Da incidência

Art. 158 - O imposto predial incide sôbre as edificações situadas nas zonas urbanas e suburbanas da cidade e vilas, bem como sôbre as situadas em povoações, ainda que ocupadas gratuitamente ou provisòriamente desocupadas.

§ 1º - Para efeito da gravação, compreendem-se como povoações todos os aglomerados de mais de trinta (30) casas arruadas, mesmo quando localizadas em terras de um único proprietário, Salvo quando se tratar de residências de colonos, em propriedades agrícolas ou agro - pecuárias.

§ 2º - São consideradas edificações e, consequentemente, sujeitas ao imposto, todas as que possam servir de habitação, uso ou recreio, como: Casas, Chacaras, garages, barracões, armazens ou quaisquer outros edificios, seja qual for a sua denominação, forma ou destino, ainda mesmo que em construção, mas ocupados parcialmente.

Art. 159 - O imposto será calculado sôbre o valor locativo do prédio, nas seguintes bases:

I - Quando o edificio se destinar unicamente a residência do proprietário, a gravação será de 4% sôbre o valor locativo.

II - Quando o edificio se destinar á residência do proprietário, havendo parte alugada, ou quando, embora não haja parte alugada, houver instalação industrial ou comercial em funcionamento, a gravação será de 4,5%, sôbre o valor locativo.

III - Quando o edificio for locado, a gravação será de 5%.

Art. 160 - O valor locativo é representado pela importância anual do aluguel efetivo ou estimativo, conforme se trata de prédio alugado ou não, levando-se em conta, no primeiro caso, a renda produzida pelo imóvel, ainda que motivada por subrogação.

§ 1º - Essa importância será verificada mediante a exibição do contrato de locação, e, na inexistência dêste, embora locado o prédio ou parte dele, através dos seguintes elementos:

a) declarações do inquilino;
b) recibos de alugueis;
c) situação do prédio e seu valor venal;
d) arbitramento.

§ 2º - Tratando-se de prédio de residência de seu proprietário, ou habitado gratuitamente por concessão sua, ou ainda, provisóriamente desocupado, a importância do aluguel estimativo será representada pela percentagem de 10% (dez por cento) calculada sôbre o valor venal do prédio.

Art. 161 - O aluguel efetivo dos prédios de apartamentos será o total dos alugueis dêstes, salvo quando constituirem propriedades independentes.

Art. 162 - Para o calculo de valor locativo do imóvel, tomar-se-á por base, além do valor do edificio, também o valor do terreno onde estiver situado.

Parágrafo único - Se o prédio for construido em terreno alheio, não se incorporará ao valor do prédio o do terreno.

Art. 163 - Os prédios condemados, incendiados ou em ruinas, enquanto não desocupados, ficarão sujeitos ao imposto predial com o augmento de 20% (vinte por cento) sôbre o valor locativo.

Capitulo II
Do lançamento

Art. 164 - O lançamento do imposto predial se fará da seguinte forma:

I - Por declaração escrita do proprietário, enfiteuta, possuidor ou representante legal do contribuinte, contendo o nome do proprietário do Prédio, área total do lote em metros quadrados, área construida, quarteirão, secção onde a houver, distrito, metros de testada com indicação do respectivo logradouro, numero, estado em que se acha, se em ruinas, em construção, alugado ou habitado pelo próprio dono, valor estimativo, valor da aquisição e o valor locativo annual, espécie da construção, se de

alvenaria, concreto armado ou outros materiais, pavimentos e fins; existência de barracões anexos, servidos ou não de água, luz e telefone, e se o logradouro em que está localizado é servido de redes de água, esgotos e iluminação e com os serviços de calçamento, coleta de lixo e transportes.

II – "Ex-officio", quando a declaração não for feita no tempo oportuno, ou quando se recuse o proprietário, enfiteuta, ocupante, possuidor ou representante legal do contribuinte a fazê-lo.

III – Por funcionário especialmente designado, quando for passível de suspeita a declaração referida.

IV – Em face de transmissão "inter-vivos", a qualquer título, para ser modificado ou cancelado o lançamento do transmitente, aberto ou ammentado o do adquirente, fazendo-se novo lançamento de acôrdo com o valor locativo resultante do título de transmissão, no caso de prédio destinado á habitação do adquirente, salvo fande presuntiva ou objetiva.

V – A vista das estatísticas de transmissão "causa mortis", obtidas nas repartições estaduais respectivas.

Art. 165 – Os prédios serão lançados em nome de seus proprietários, ou possuidores a qualquer título, que responderão pelos respectivos impostos.

§ 1º – Quando sujeitos a inventários, far-se-á o lançamento em nome do espólio. Feita a partilha, será transferida para o nome dos respectivos sucessores, que serão obrigados a promover a transferência, na Prefeitura, dentro de prazo de 30 dias, a contar do encerramento do inventário, quando houver um só herdeiro, e a partir do julgamento definitivo da partilha, se houver mais de um.

§ 2º – A notificação do lançamento de prédios pertencentes a massas falidas ou a sociedades em liquidação, se fará em nome dos respectivos representantes legais.

Art. 166 – Os adquirentes, por título particular, de prédios sujeitos ao imposto predial, deverão apresentar os títulos a Pre-

leitura dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da sua assinatura, ficando incursos nas penalidades adiante estabelecidas, caso não o façam.

Parágrafo único - Feita a apresentação, proceder-se-á ao lançamento ou à sua correção, de acôrdo com os dados que do título constarem, salvo prova de fraude.

Art. 167 - A falta de comunicação de qualquer aumento no valor locativo, obrigará o proprietário ao pagamento da multa estabelecida no Título XV dêste Código, sem prejuizo das em que incorrer por falta de pagamento nas épocas próprias.

Art. 168 - Do lançamento, que deverá ser entregue ao contribuinte, por avisos, logo após conferidos e aprovados pelas secções competentes, deverão constar:

I - o nome do proprietário, rua e distrito em que estiver situado o prédio.

II - o número de ordem do prédio e o estado em que se achar - se em ruina, em construção, alugado ou habitado pelo próprio dono.

III - Favores fiscais, se existirem.

IV - o valor locativo annual, o valor do prédio, e, finalmente, tudo o mais que servir de base para a boa organização do lançamento.

V - o imposto a ser pago e as épocas de pagamento.

Art. 169 - Far-se-á, ainda, o lançamento "ex-officio" quando o morador não justificar cabalmente o valor do aluguer ou se morar gratuitamente, ou se, exibindo contrato de locação ou recibos de aluguel, êstes forem suscetiveis de suspeitas em sua legalidade, veracidade ou exatidão.

Art. 170 - Concluido o lançamento e esgotado o prazo para reclamações, nenhuma modificação se fará dentro do exercício.

Art. 171 - Os prédios novos e não coletados, na

ocasião de lançamento, ficam sujeitos ao imposto desde o dia em que obtiverem a licença de habitação, e deverão pagá-lo dentro de quinze dias, a contar da data do lançamento, quanto aos contribuintes residentes na sede do Município, e, de 30 dias, quanto aos demais.

Art. 172 – Os valores venais do prédio, base para o valor locativo estimativo, deverão ser revistos de cinco e cinco anos.

Art. 173 – Serão lançados, apenas para efeito estatístico, os prédios que gozarem das isenções de que trata o art. 96 da Lei de Organização Municipal.

Capítulo III

Da arrecadação

Art. 174 – A arrecadação do imposto predial se fará em duas prestações, a serem pagas até 31 de março e até 31 de agosto de cada ano, excluídas as gravações inferiores a Cr$ 100,00, cujo pagamento deverá ser feito de uma só vez, até o dia 31 de Março.

Art. 175 – O imposto será cobrado proporcionalmente aos meses que faltarem para terminar o ano, quanto às edificações feitas no decorrer do exercício, cobrando-se por inteiro a fração de mês.

(O penúltimo artigo poderá ser substituído pelo seguinte:
"Art. – A arrecadação do imposto predial será feita de 1 de Abril até 31 de maio de cada ano")

Título V

Do imposto sôbre diversões

Capítulo I

Da incidência

Art. 176 – O imposto sôbre diversões públicas recai sôbre todos os espetáculos, reuniões, jogos desportivos e quaisquer divertimentos públicos que produzam rendas.

§ 1º – O imposto incidirá na base de 10% sôbre o valor do ingresso, no caso em que seja êste cobrado, integralizando-se em favor do fisco, as frações de centavos.

§ 2º – Nas casas de diversões em que não seja cobra-

do ingresso, será o imposto cobrado de acôrdo com tábela progressiva, que tenha em vista sua localização, o movimento, a renda auferida e outros elementos especiais definidos neste Código.

Art. 177 – Responsabilizar-se-á pelo pagamento de tributo, como contribuinte direto, o proprietário da diversão pública.

Capítulo II
Da arrecadação

Art. 178 – O imposto de diversões será cobrado em selos municipais e, na falta dêstes, por meio de conhecimento expedido depois da contagem das entradas vendidas, que deverão ser depositadas em urna apropriada, colocada á entrada da casa ou local das diversões.

§ 1º – Os selos terão formato, côres, dimensões e características determinadas pelo Prefeito, em portaria.

§ 2º – Tratando-se de casa, estabelecimento ou semelhante, que funcione em caráter permanente, a arrecadação por meio de conhecimento poderá ser feita pelo seguinte modo:

a) periódicamente ou quando necessário, o proprietário ou responsavel apresentará á secção competente, da Prefeitura, acompanhados de guia em duas vias, talões de cem (100) ingressos, em que constem em caracteres impressos seu nome ou da emprêsa e o valor de cada um, a fim de serem carimbados e rubricados;

b) em livro especial, escriturar-se-ão, a débito do proprietário ou da emprêsa, as quantidades de ingressos, seu valor, e o do imposto devido, devolvendo-se-lhe uma via de guia devidamente anotada e visada pelo respectivo encarregado, acompanhada dos talões carimbados e rubricados;

c) diária ou semanalmente, o proprietário ou responsavel, recolherá á Tesouraria Municipal, mediante guia em duas vias, o imposto correspondente aos ingressos vendidos no periodo, extraindo-se-lhe conhecimento em que constem as quantidades, valor total e o imposto recolhido, acompanhado de uma via da guia, devi-

damente rubricada;

d) A Tesouraria Municipal encaminhará á secção competente a guia mencionada, para basear a baixa no débito referido na letra b, dos ingressos utilizados, demonstrando-se o saldo devedor.

Art. 179 - Os selos para os bilhetes de ingresso, quando a cobrança do imposto seja feita por este modo, serão adquiridos na repartição competente da Prefeitura, mediante guia assinada pelo responsavel pela Casa de diversões.

§ 1º - Essa guia deverá ser apresentada em duplicata, ficando uma na estação fiscal, sendo a outra devolvida ao portador com o visto do encarregado e declaração em ambas da quantidade e valores dos selos vendidos.

§ 2º - Sempre que tiver de ser feita nova aquisição de selos, os empresários de diversões ou seus representantes, deverão apresentar os canhotos dos bilhetes de ingressos, contendo a parte dos selos inutilizados, anteriormente vendidos, a fim de serem conferidos com as guias de sua aquisição, e arquivados na repartição fiscal, até que possam ser incinerados.

Art. 180 - Os funcionário fiscais, além do exame das bilheterias, farão a verificação "de visu" de que o número de espectadores presentes corresponde ao dos bilhetes de ingresso vendidos, a fim de facilitar a conferência da urna no caso de falta de selos.

§ 1º - No caso do § 2º, do art. 178, os funcionários fiscais, além do exame das bilheterias, verificarão se todos os ingressos que estão sendo vendidos e inutilizados ao serem depositados na urna referidas, acham-se carimbados e rubricados pela autoridade municipal competente.

§ 2º - Para os fins dêste artigo é facultado aos funcionários fiscais em serviço o livre ingresso em todas as casas de diversões, parques, salões, hipódromos, campos de jogos e quaisquer outras em que haja rendas a fiscalizar.

Art. 181 - Quando a cobrança do imposto se fizer

por conhecimento, o funcionário fiscal, designado para o local onde se realiza o divertimento público, contará o número de entradas vendidas e extrairá o conhecimento correspondente, em que se declararão, além do número de ingressos vendidos, a importância paga, a data e a natureza da diversão.

Art. 182 – O imposto de diversões, para as casas, parques, salões e semelhantes, onde não seja cobrado ingresso, será cobrado de acôrdo com a seguinte tabela: cr$

a) de grande movimento, por dia ou função 500,00
b) de médio movimento, idem, idem 250,00
c) de pequeno movimento, idem, idem 100,00
d) de mínimo movimento, idem, idem 50,00
e) de ínfimo movimento, idem, idem 20,00.

Parágrafo único – A classificação dêste artigo será feita, tendo-se em vista o capital aplicado, as instalações, o movimento econômico, a localização e os preços cobrados nos aparelhos de diversões.

Art. 183 – É permitido aos empresários de diversões devolver à estação fiscal, mediante indenização da importância com dedução da percentagem que couber ao estado Municipal, os selos não utilizados e em perfeito estado de conservação, quando por qualquer motivo, venha a cessar o funcionamento da sua emprêsa ou casa.

Capítulo III

Disposições especiais

Art. 184 – Os infratores de quaisquer das disposições dêste título incorrerão, em cada infração, na multa adiante estabelecida.

Art. 185 – Os proprietários ou responsáveis por casas de diversões incorrerão na multa adiante estabelecida, quando se negarem, por si ou por seus representantes, a franquear ingresso aos funcionários fiscais em serviço, a fim de se verificar a fiel execução das disposições dêste título. A mesma multa será imposta a todos aquêles que, por qualquer motivo, se opuserem á fiscalização ou a

embaraçarem.

Art. 186 - Uma vez constatada a fraude fiscal, deverão os funcionários encarregados da fiscalização apreender os bilhetes não selados, ou deficientemente selados ou utilizados pela segunda vez, com falta de carimbo ou rubrica do encarregado da secção municipal respectiva, ou de outra qualquer formalidade substancial, e autuar a infração perante duas testemunhas, nos têrmos do que dispõe a Parte Geral deste Código.

Título VI

Do imposto sôbre atos da economia do Município

Capítulo I

Da incidência

Art. 187 - O imposto sôbre atos da economia do Município será cobrado em relação a todos os papeis que transitarem pela Prefeitura, sujeitos a despacho de qualquer autoridade municipal, desde que relativos a serviços do Município e regulados por lei Municipal.

Parágrafo único - Será ainda o imposto sôbre atos da economia do Município cobrado, sôbre todos os conhecimentos expedidos à razão de Cr$ 5,00 por conhecimento, excluidos os relativos às rendas industriais ou patrimoniais.

Capítulo II

Da arrecadação

Art. 188 - O imposto sôbre atos da economia do Município será arrecadado como sêlo ou por conhecimento, na ocasião em que os papeis a ele sujeitos forem protocolados, lavrados, expedidos, visados, anexados a processo, desentranhados ou entregues ao contribuinte, e de acôrdo com a tabela abaixo.

Parágrafo único - Preferindo-se a cobrança por meio de sêlos, terão estes o formato, côres, dimensões e características determinadas pelo Prefeito, em portaria.

Tabela a que se Refere o Art. 188

a) Prorrogação de prazos de contratos com o Município

— sôbre o valor da prorrogação 2%

b) Concessão de privilégios individuais ou a emprêsa, pelo Município - Sôbre o valor arbitrado 5%

c) Transferência de contratos municipais de qualquer natureza, idem 3%

e) Relevação de multas e impostos por autoridade municipal em que as partes hajam incorrido por culpa própria - Sôbre o valor da multa 10%

f) Atos do Prefeito, concedendo favores em virtude de leis municipais:

1 - até o valor de Cr$ 1.000,00 Cr$ 50,00

2 - sôbre o valor excedente 2%

g) Termo de transferência de títulos de dívida municipal, por Cr$ 1.000,00 ou fração Cr$ 2,00

h) Têrmos de qualquer natureza lavrados em livros municipais, por folha do livro Cr$ 10,00

i) Guias apresentadas às repartições municipais, para qualquer fim Cr$ 2,00

j) Títulos de ligitimação de posse de terrenos municipais concedidos por lei:

1 - até 600 m² Cr$ 20,00

2 - por mais de 600 m² ou fração Cr$ 20,00

k) Título de perpetuidade de sepulturas, jazigos, carneiros, mausoleus ou ossários. Cr$ 19,00

l) Requerimentos, memoriais e outras petições dirigidas á autoridade municipal:

1 - por lauda até 33 linhas Cr$ 2,00

2 - sôbre o que exceder, por lauda ou fração Cr$ 1,00

m) Títulos e documentos juntados a requerimentos ou memoriais dirigidos a qualquer autoridade municipal, por folha Cr$ 1,00

n) Atestados passados por autoridades municipais, pa-

na qualquer fim, menos eleitoral, militar ou de caráter funcional dos servidores municipais:

1 - por lauda até 33 linhas Cr$ 10,00

2 - sôbre o que exceder, por lauda ou fração Cr$ 5,00

9) Certidões extraídas de livros, documentos ou processos municipais de qualquer natureza, para qualquer fim, exceto militar, eleitoral ou de caráter funcional, dos servidores municipais:

1 - por lauda até 33 linhas Cr$ 10,00

2 - sôbre o que exceder, por lauda ou fração Cr$ 10,00

3 - busca, por ano, além da taxa das ns. 1 e 2 Cr$ 2,00

10) Conhecimento expedido, excluídos os relativos às rendas industriais ou patrimoniais, cada um Cr$ 5,00

Título VII

Da Contribuição de Melhoria

Capítulo Único

Art. 189 - A contribuição de melhoria, prevista no art. 30 e parágrafo único da Constituição Federal, salvo lei especial que lhe permita a exigência em outros casos, cobrar-se-á, quando resulte valorisação de imóvel de propriedade particular, em virtude de qualquer das seguintes obras realizadas pelo Município:

a) de abertura ou alargamento, de praças, parques, campos de desportos, logradouros e vias públicas, inclusivo pontes, túneis e viadutos;

b) de nivelamento, retificação, pavimentação, iluminação e instalação de esgotos pluviais ou sanitários;

c) de proteção contra secas, inundações, erosão e de saneamento em geral, diques, drenagens, cais, desobstruções de portos e canais, retificação e regularização de cursos d'agua; extinção de pragas prejudiciais a qualquer atividade econômica;

d) de canalização de água potável e instalação de rêde elétrica, telefônica, telegráfica, transportes e comunicações em geral, ou supri-

mento de gás, funiculares, ascensores e instalações de comodidades públicas;

e) de aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagísticos;

f) de sistema de trânsito rápido, estações ferroviárias ou de tração elétrica, inclusive subterrâneas;

g) aeródromos e aeroportos.

Art. 190 – Responde pelo pagamento da contribuição de melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do respectivo lançamento e passa a responsabilidade dos adquirentes ou successores a qualquer título.

§ 1º – Em caso de enfiteuse responde pela contribuição de melhoria o enfiteuta.

§ 2º – Em caso de locação por prazo superior a dois anos, é lícito ao locador exigir aumento de aluguel proporcionalmente á valorização, quer sôbre os imóveis adjacentes à obra, ainda que distantes, quer sôbre outros, desde que beneficiados pelo melhoramento público (lei federal n. 854, de 10 de outubro de 1949).

Art. 191 – A iniciativa de obra ou melhoramento, que justifique a exigência da contribuição de melhoria, poderá caber:

a) á própria administração que organizar o plano;

b) aos proprietários que venham a ser beneficiados pela obras ou melhoramento, desde que o terço deles o requeira á autoridade competente.

§ 1º – Para cobrança da contribuição, a administração deverá:

a) publicar o plano especificado da obra e orçamento respectivo;

b) estabelecer os limites das zonas a serem beneficiadas, direta ou indiretamente;

c) publicar o cálculo provisório da contribuição de melhoria e de sua gradual distribuição entre os contribuintes, expressos em percentagens sôbre o valor atual e futuro dos imóveis a serem presumivelmente beneficiados.

§ 2º – Dentro de prazo não inferior a quinze dias, recebera

a administração quaisquer reclamações dos interessados, redigidas em duas vias, uma das quais, se não houver provimento, será arquivada, devolvida ao reclamante a segunda via, com o despacho respectivo, devidamente autenticada, para usar dela como pretexto, na ocasião do lançamento definitivo.

§ 3º – Se não houver acôrdo entre a administração e o contribuinte acerca do valor do imóvel, antes da obra ou melhoria, prevalecerá o último lançamento, salvo o disposto no § 5º.

§ 4º – Executada a obra, ou melhoramento, na sua totalidade, ou em parte suficiente para justificar a exigência da contribuição de melhoria sôbre determinados imóveis, proceder-se-á ao respectivo lançamento, depois de publicado o demonstrativo das despesas, assinando-se prazo não inferior a quinze dias, para as impugnações do contribuinte, que será intimado pelo Correio, sob registro, com aviso de recepção, sem prejuízo da publicação de editais, se houver imprensa diária.

§ 5º – Se o contribuinte não concordar com o valor fixado pela administração, depois da obra, e não for deferida a revisão pretendida, poderá exigir que lhe compre a Prefeitura pelo preço que esta insistir em atribuir ao imóvel beneficiado (lei federal citada, art. 3º, § 5º).

§ 6º – É assegurado também à administração o direito de preferência, para adquirir o imóvel pelo valor que lhe atribuir o contribuinte, acrescido de dez por cento (10%), se não houver acôrdo na fixação dêsse valor para o previsto no § 4º, ou para a prévia estimação de que trata o § 3º. Nêsse caso, far-se-á a imissão de posse, desde que a administração pública efetue o depósito com a prova da circunstância indicada neste parágrafo (idem, idem, § 6º).

§ 7º – A avaliação judicial prevalecerá, sôbre a da administração repartindo-se as custas na proporção do vencido (idem, idem, § 7º).

§ 8º – Serão admitidas deduções por concessão ou benfeitorias devidamente comprovadas e, quanto a terrenos baldios, também dos juros de 6% ao ano entre a avaliação prévia e o lançamento definitivo.

Art. 192 – A contribuição de melhoria será cobrada sôbre

a valorização obtida pelo imóvel, na base seguinte:

Pela que exceder de 20% até 30% do Vab anterior	7%
Pelo excesso de 30% até 50%	10%
Pelo excesso de 50% até 70%	12%
Pelo excesso de 70% até 100%	15%
Pelo excesso de 100% até 130%	20%
Pelo excesso de 130% até 150%	25%
Pelo excesso de 150% até 170%	30%
Pelo excesso de 170% até 200%	35%
Pelo excesso de 200% até 300%	40%
Pelo excesso de 300% até 400%	45%
Pelo excesso de 400%	50%

§ 1º - Em caso algum, o lançamento total excederá o custo da obra ou melhoramento, nem se cobrará a contribuição de melhoria que não exceder de 100,00 (cem cruzeiros), nem quando o valor do imóvel, que seja o único pertencente a contribuinte isento do imposto sôbre a renda por não ganhar o mínimo tributável, não atingir depois de beneficiada, a propriedade, trinta mil cruzeiros (cr$ 30.000,00).

§ 2º - Quando a obra ou melhoramento beneficiar outros imóveis além dos adjacentes, a administração estabelecerá duas ou mais tomas de valorização decrescente e aplicará a tabela dêste artigo com o abatimento de 20 a 50% na razão inversa do benefício verificado.

§ 3º - Serão concedidos os mesmos abatimentos do parágrafo anterior, se da obra ou melhoramento resultar para a administração direito de cobrar preços e taxas, inclusive pedágios, aos usuário de instalação ou serviço.

§ 4º - No custo da obra, ou melhoramento, serão computadas as despesas de administração, fiscalização, riscos, desapropriações e financiamento, inclusive comissões, diferenças de tipo do empréstimo, ou prêmio de reembôlso, e outras de praxe.

§ 5º - Será arrecadada em prestações anuais, com juros não superiores a seis por cento (6%) ao ano, a contribuição de melhoria que exceder de cinco por cento (5%) o valor do imóvel, antes de beneficiado.

§ 6º - É lícito ao contribuinte pagar o débito previsto nesta lei

com títulos da dívida pública, pelo valor nominal, emitidos especialmente para o financiamento da obra, ou melhoramento, em virtude da qual fôr lançado.

Art. 193 - É assegurada aos contribuintes interessados em cada obra ou melhoramento, sob o regime desta lei, eleger uma junta de fiscalização, não excedente de cinco membros, a qual poderá delegar poderes a um técnico. Reputar-se-á eleito membro da junta qualquer contribuinte que receber 1/5 (um quinto) dos sufrágios com um mínimo só, na falta pelo critério majoritário.

Art. 194 - Quando a obra ou melhoramento fôr iniciado ou ultimado entre 18 de setembro de 1946 e 10 de outubro de 1949, cobrar-se-á a contribuição de melhoria, independente das formalidades iniciais (artigo 191, § 1º e 2º), mas será concedida dedução de cinquenta por cento (50%), regulado o valor anterior do imóvel na forma do artigo 191, § 3º, combinado com o § 5º do mesmo artigo.

Art. 195 - Se houver apreciável perda de poder aquisitivo da moeda, ou outros fatores estranhos à obra ou melhoramento, que tenham contribuido para a valorização, entre a avaliação prévia do imóvel e o lançamento definitivo, é lícito, ao contribuinte, exigir a dedução, através de indices corretivos, se a administração não se antecipar a calculá-las.

Art. 196 - A dívida fiscal, oriunda de contribuição de melhoria terá preferência sôbre outras dívidas fiscais, quando ao imóvel beneficiado ou seu preço, e prescreverá em cinco anos, contados da notificação ou publicação do lançamento definitivo.

Art. 197 - As multas, em caso de fraude ou declaração não verdadeira, não poderão exceder de 100% de tributo devido, observado o limite do art. 19 nº XLV, da lei nº 28, de 22 de novembro de 1947.

Título XIII
Da taxa rodoviária
Capítulo I
Da incidência

Art. 198 - A taxa rodoviária, instituida no art. 3º dis-

te Código, destina-se exclusivamente a indenizar as despesas feitas pelo Município com a construção, conservação e melhoramento de estradas. (Constituição Federal, art. 27).

Art. 199 — A taxa rodoviária compreende as contribuições exigíveis:

I — Dos proprietários de terrenos marginais, fronteiriços, lindeiros, ou adjacentes a obras de construção, de estradas na zona rural, e, dos proprietários de terrenos rurais pelas obras e serviços de conservação e melhoramentos das estradas municipais.

II — Dos possuidores de veículos licenciados no Município, pelo uso das estradas municipais e para indenização das despesas de conservação e melhoramento destas.

Art. 200 — O proprietário de terreno marginal pagará metade do custo total das obras de construção da estrada, calculado proporcionalmente á área do imóvel diretamente beneficiado.

Art. 201 — O proprietário de terreno adjacente, próximo ou distante das margens da estrada construida, cuja propriedade passe mediante ou imediatamente a ser servida pela mesma, pagará a contribuição do artigo anterior, com 30% de abatimento.

Art. 202 — A taxa rodoviária, destinada á indenização das despesas de conservação e melhoramento das estradas municipais será cobrada proporcionalmente á área das propriedades rurais na base de dois terços da despesa feita no exercicio anterior.

Art. 203 — Responde pela taxa o proprietário do imóvel ao tempo do respectivo lançamento, passando a responsabilidade ao adquirente, no caso de alienação.

Capitulo II
Do Lançamento

Art. 204 — O lançamento da taxa rodoviária será feito:

I — Quando á indenização das despesas feitas com a construção de estradas, mediante divisão prévia da metade das despesas referidas pela área total, em hectares, das propriedades direta ou indiretamente servidas. O resultado será a taxa por hectare,

exigível integralmente do proprietário do terreno servido diretamente e, com 30% de abatimento, do proprietário do terreno servido indiretamente.

II — Quanto á indenização das despesas feitas com a conservação e melhoramento de estradas, mediante divisão prévia de dois terços das despesas feitas pela área total, do Município. O resultado será a taxa por hectare, exigível de todos os proprietários de terrenos rurais.

III — De acôrdo com a tabela anexa, para a contribuição exigível dos veículos licenciados no Município.

Parágrafo único — O total da taxa lançada e exigível dos veículos licenciados no Município será préviamente descontado dos dois terços da despesa a que se refere o item II, em proporção à despesa de conservação e melhoramento de cada estrada.

Art. 205 — Apurada a taxa exigível por hectare, na forma prevista no artigo anterior, far-se-á o lançamento:

I — Por declaração escrita do proprietário ou seu representante legal, do enfiteuta, ocupante ou condômino, contendo o nome do proprietário, denominação do imóvel, localização, distrito, área em hectares, valor venal, indicação da estrada que serve direta ou indiretamente o imóvel, e outros elementos cadastrais estabelecidos em lei ou regulamento.

II — Ex-officio, e á vista de elementos obtidos na repartição estadual respectiva, se possível, ou por outros meios, quando a declaração não for feita no prazo marcado, ou quando se recuse a fazê-la o proprietário ou seu representante.

III — Por funcionário especialmente designado, quando fôr passível de suspeita a declaração referida.

IV — Em face de transmissão "inter-vivos", a qualquer título, para ser modificado ou cancelado o lançamento do transmitente, aberto ou aumentado o do adquirente, fazendo-se novo lançamento de acôrdo com o título de transmissão, salvo fraude presuntiva ou objetiva.

V — A vista das estatísticas de transmissão "Causa Mortis", obtidas nas repartições estaduais respectivas.

VI — Em face da divisão da propriedade em comum, para ser averbada a cessão do condomínio e retificados os êrros que o pro-

cesso divisório apontar.

Art. 206 – Os adquirentes a título sucessório, nos inventários, ou por outros títulos, de terrenos situados na zona rural, ficam obrigados a apresentar à Prefeitura o formal de partilha ou instrumento público ou particular respectivos, dentro de 30 dias da data de sua assinatura, ficando incursos nas penalidades adiante estabelecidas, caso não o façam.

Art. 207 – O lançamento da taxa rodoviária, de indenização das despesas de construção de estradas será feito imediatamente após a conclusão das obras, e da taxa de conservação e melhoramento, até 31 de março de cada ano.

Art. 208 – O lançamento da taxa rodoviária será feito em livro especial, dando-se aviso individual aos contribuintes.

Art. 209 – Dividir-se-á em dez prestações iguais o total da taxa rodoviária, de indenização das despesas de construção de estradas, quando superior a Cr$ 500,00, ou, em cinco prestações iguais, quando inferior a esta quantia.

Capítulo III

Da arrecadação

Art. 210 – O pagamento das prestações da taxa rodoviária para indenização das despesas de construção de estradas, será feito em épocas determinadas pela Prefeitura, dentro de prazo nunca inferior a vinte meses, quando o total lançado for igual ou superior a Cr$ 500,00 e, dentro de prazo nunca inferior a dez meses, quando menor de Cr$ 500,00.

Parágrafo único – O pagamento das prestações a que se refere o artigo anterior se iniciará 60 dias após a data do edital de lançamento definitivo da taxa.

Art. 211 – É facultado ao interessado o pagamento integral e antecipado da contribuição que lhe couber, Conceder-se-á, neste caso, ao mesmo, o desconto de 20% sôbre o total da quota.

Art. 212 – A arrecadação da taxa rodoviária, para indenização de despesas com a conservação de melhoramento de estradas

será feita em duas prestações iguais, a serem pagas até 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, quando o lançamento for superior a Cr$ 100,00. Sendo igual ao inferior a esta quantia, será paga de uma só vez, até 30 de junho.

Parágrafo único - A taxa rodoviária, cobrável dos veículos licenciados pelo Município, será arrecadada na mesma época de arrecadação do respectivo imposto de licença.

Capítulo IV

Disposições especiais

Art. 213 - Resolvida a execução das obras de construção da estrada, dez dias após a concorrência, o Prefeito fará publicar por edital, a contribuição de cada proprietário proporcional à área do imóvel beneficiado, e os prazos de pagamento das quotas.

Art. 214 - Quando não concordar com a quota fixada pela Prefeitura, poderá o proprietário beneficiado promover, dentro de 30 dias após a conclusão da obra, a avaliação judicial respectiva. De acôrdo com o vencido em juízo, a Administração cobrará ou restituirá as diferenças que se verificarem.

§ 1º - Em tal caso, deverá o interessado recolher, preliminarmente, a sua contribuição na Tesouraria da Prefeitura, com protesto de avaliação judicial.

§ 2º - Efetuado o pagamento sem protestos, ou decorrido o prazo constante dêste artigo, sem que se verifique recolhimento prévio da contribuição e sem que o proprietário promova a avaliação, prevalecerá a contribuição lançada.

Art. 215 - A repartição ou serviço municipal respectivo manterá registos completos das despesas realizadas com a construção e com a conservação e melhoramento anuais de cada estrada.

Art. 216 - As despesas de construção, conservação e melhoramento de estradas, indenizáveis nas condições desta lei, são as que constarem da prestação de contas do exercício anterior, aprovada na forma da lei.

Art. 217 - A lei orçamentária consignará dotações

específicas para as obras e serviços de construção e de conservação e melhoramento de estradas.

Art. 218 - Os proprietários que contribuirem com a taxa rodoviária de construção de estradas, gozarão de isenção da taxa rodoviária de conservação e melhoramento durante os exercícios em que estiverem sujeitos àquela taxa

Parágrafo único - A isenção de que trata este artigo não se estende aos foreiros dos imóveis, nem aos adquirentes, no caso de alienação, tornando-se extinta, para ser devida e lançada no exercício, quando o proprietário deixar de pagar nas épocas determinadas, qualquer das prestações devidas.

Art. 219 - A contribuição do proprietário de terreno rural, inferior a Cr$ 10,00, por propriedade, não será exigível.

Art. 220 - A taxa rodoviária, destinada a indenizar as despesas de construção de estradas, não poderá ser superior a 15% do valor do imóvel, computada neste a valorização adquirida em virtude do melhoramento.

Tabela A Que se Refere o Art. 204

	Cr$
1 - Jardineira ou ônibus, por ano	100,00
2 - Automóvel particular	60,00
3 - Automovel de Aluguel, com lotação até 5 pessoas	50,00
4 - Automovel de Aluguel, com lotação de mais de 5 pessoas	60,00
5 - Automóvel de carga, particular, de menos de uma tonelada	40,00
6 - Automovel de carga, particular, de uma tonelada	60,00
7 - Automovel de carga, particular, de mais de 1 tonelada	120,00
8 - Automovel de carga, á frete	150,00
9 - Bicicleta	10,00
10 - Carro de Bois	100,00
11 - Carroças	30,00
12 - Carretão ou carroção	80,00
13 - Charretes	50,00
14 - Motocicleta	20,00

Título IX

Da taxa de fiscalização e serviços diversos

Capítulo único

Da incidência e da arrecadação

Art. 221 — A taxa de fiscalização e serviços diversos, observadas as disposições estabelecidas no Código de Posturas Municipais, será cobrada mediante conhecimento, pela numeração de casas, arrecadação de bens moveis e semoventes ao Depósito Municipal, guarda e manutenção destes, alinhamento, nivelamento e verificações, aprovação ou modificação de planta, fiscalização de obras, vistorias de predios, matricula de cães e outros animais e extinção de insetos nocivos de acôrdo com à tabela abaixo:

	Cr$
I — Taxa de numeração de casas:	
por ano, inclusive custo da placa	15,00
II — Taxa de arrecadação de bens moveis e semoventes ao Depósito Municipal:	
a) depósito de animal cavalar, muar ou bovino, por dia	20,00
b) idem, idem, lanigero ou caprino, idem	10,00
c) idem idem, suino, idem	10,00
d) idem, idem, canino, idem	5,00
e) idem, de qualquer outro animal, idem	5,00
f) estada de qualquer veiculo de duas rodas, por dia	10,00
g) idem, de quadro rodas, idem	15,00
h) idem, de qualquer outros objetos que possam, sem inconvenientes, ser superpostos, por dia e por metro quadrado ou fração	5,00
i) idem, de objetos que não possam ser superpostos, por dia e por metro quadrado ou fração	10,00
III — Taxa de extinção de insetos nocivos:	
a) extinção de formigas:	
— de cada formigueiro, no perimetro urbano	300,00
— idem, no perimetro urbano	350,00

B1

— idem, nas vilas e povoados 380,00
— idem, na zona rural 400,00

Nota - Além da taxa fixada neste item III, cobrar-se-ão, pelo custo, os materiais empregados e o transporte do pessoal e material, neste caso sómente quando a extenção tiver de ser feita nas vilas e povoados e na zona rural, se os interessados não o fizerem por sua conta.

b) extinção de insetos diversos:
— por metro quadrado dedetizado, de predio urbano ou suburbano da cidade 10,00
— idem, idem, das vilas 15,00

IV - Taxa de alinhamentos, nivelamento e verificações:
a) alinhamentos para frehos ou prédios:
— até 20 metros, taxa minima 5,00
— pelo que exceder de 20 metros, por metro linear 0,20
b) nivelamentos para predios:
— até 15 metros, taxa mínima 10,00
— pelo que exceder de 15 metros, por metros linear 0,80
c) nivelamento para frehos:
— até 20 metros lineares, taxa mínima 5,00
— por metro linear, que exceder 0,20
d) verificação de projetos de sub-divisão:
— por hectare 50,00
— por hectare ou fração, que exceder 20,00
e) abertura de estradas para propriedades que devam ser retalhadas:
— até 20 hectares 100,00
— por 10 hectares de fração que exceder 50,00

V — Taxa de aprovação ou modificação de plantas:
a) de cada planta aprovada ou modificada 15,00

b) de cada planta de sub-divisão de terreno 150,00

Nota – além da taxa fixa acima, da letra a, estão sujeitas as aprovações de plantas, do pagamento da taxa proporcional sôbre a área, a saber:

a – por metro quadrado de coberta de prédio de um pavimento. 0,20

b) idem, idem, prédio de dois pavimento 0,30

c) idem, idem, prédio de mais de dois pavimentos 0,40

Nota – As fábricas, barracões sem divisões, estabulos, cocheiras, galinheiros e garages, pagarão 30% das taxas proporcionais. As habitações abaixo do nivel da rua pagarão mais 20% das taxas estabelecidas.

VI – Taxas de fiscalização de obras durante o período de Construção:

a) – sôbre prédio de um pavimento, até 100 metros quadrados. 10,00

b) idem, idem, de mais de 100 metros quadrados, por fração dessa área. 5,00

c) idem, idem, de 2 ou mais pavimentos, até 100 metros quadrados de área coberta 15,00

d) idem, idem, de mais de 100 metros quadrados, por fração dessa área 5,00

VII – Taxa de vistorias de prédios:

a) na Zona central 20,00

b) na Zona urbana 15,00

c) na Zona suburbana 10,00

d) de prédio reconstruido na Zona central 15,00

e) idem, idem, na Zona urbana 10,00

f) idem, idem, na Zona suburbana 5,00

VIII – Taxa de matricula de cães e outros animais:

a) por especie, inclusive vacina 10,00

b) chapa numerada, por unidade 5,00

Titulo X
Da taxa de Limpeza Publica
Capitulo I
Da incidencia

Art. 222 – A taxa de limpeza publica será cobrada pela coleta e remoção do lixo das habitações, observadas as disposições a respeito constantes do Código de Posturas Municipais, a todos os proprietarios de prédios urbanos e suburbanos situados onde a Prefeitura mantiver serviço regular de coleta.

Capitulo II
Do lançamento e da arrecadação

Art. 223 – A taxa de limpeza publica será lançada proporcionalmente ao valor locativo anual do prédio, ou de parte dele, com economia distinta, de acôrdo com a seguinte tabela:

	Cr$
a) até Cr$ 1.200,00	20,00
b) acima de Cr$ 1.200,00 até Cr$ 2.400,00	40,00
c) mais de Cr$ 2.400,00 até Cr$ 6.000,00	70,00
d) mais de Cr$ 6.000,00 até Cr$ 12.000,00	100,00
e) mais de Cr$ 12000,00 até Cr$ 18.000,00	130,00
f) mais de Cr$ 18.000,00 até Cr$ 30.000,00	160,00
g) mais de Cr$ 30.000,00 até Cr$ 60.000,00	200,00
h) mais de Cr$ 60.000,0	250,00

Parágrafo unico – As taxas especificadas nesta tabela serão lançadas com 50% de aumento, tratando-se de prédios, ou parte deles, com economia distinta, ocupados com hoteis, pensões, colégios, estabelecimentos industriais, comerciais ou de diversões, cafés, restaurantes, garages de aluguel e cocheiras.

Art. 224 – A taxa de limpeza publica será lançada em livro destinado ao lançamento do imposto predial e arrecadada nos mesmos prazos estabelecidos para a arrecadação deste imposto.

Titulo XI
Da taxa de Viação
Capitulo I

Da incidência

Art. 225 – A taxa de viação compreende todas as contribuições exigíveis dos proprietários marginais, fronteiriços e lindeiros a obras de pavimentação executadas pela Prefeitura, quais sejam as de calçamento nos passeios, sargetas e passeios, observadas as disposições constantes do Código de Posturas Municipais.

Art. 226 – Incidirá a taxa sôbre os proprietários referidos no artigo anterior em razão proporcional ao custo da obra, na forma estabelecida nos capítulos seguintes dêste título

Art. 227 – É ainda a taxa de viação, e como tal exigível dos proprietários já referidos a contribuição imposta a título de conservação dos serviços de pavimentação, contribuição essa que incidirá, também, com base no custo da obra e tendo sempre em vista não ultrapassar, no seu montante arrecadado, o que realmente despende a Prefeitura com o custeio da referida conserva.

Art. 228 – Responde pela taxa o proprietário do imóvel ao tempo do respectivo lançamento, passando a responsabilidade ao respectivo adquirente, no caso de alienação.

Capítulo II

Da taxa de calçamento e sua conservação

Art. 229 – A taxa de calçamento e conservação dêste, obedecerá as seguintes disposições:

I – O serviço de calçamento, quando orçado em mais de cr$ 10.000,00, se a Prefeitura não executá-lo por administração, será feito por concorrencia pública ou administrativa, reservando-se à Prefeitura o direito de recusar as propostas apresentadas, desde que não atendam ao interêsse coletivo. Não aparecendo pretendente, ou anulada a concorrência, por despacho fundamentado do Prefeito, poderá ser executado o serviço por administração.

II – No caso de concorrência pública, deverão ser observadas as seguintes condições:

a) publicação de editais, em que se convoquem concorrentes, com o prazo mínimo de 30 dias, e dos quais constem a área, por

calçar, o tipo de pavimentação e o dia de abertura das propostas. Os editais serão afixados em lugar próprio, no edifício da Prefeitura, e publicados na imprensa local, se houver, sendo obrigatório a publicação no órgão oficial do Estado, quando esta se impuzha pelo vulto de serviço;

b) os concorrentes deverão fazer prova de sua capacidade profissional e de sua idoneidade, bem como de que se acham quites com os impostos federais, estaduais e municipais a que estiverem sujeitos com os institutos sociais a que se subordine a sua atividade;

c) as propostas, que não deverão conter rasuras ou emendas, trarão por algarismos e por extenso as quantias relativas ao custo dos serviços, a discriminação dêstes, e o prazo para entrega dos mesmos. Deverão, igualmente, ser assinadas e postas em envólucros fechados.

d) os concorrentes farão préviamente, na tesouraria da Prefeitura, em dinheiro ou em apólices, a caução que for arbitrada pelo Prefeito, e que só lhes será restituida depois de terem cumprido tôdas as cláusulas contratuais.

III - Resolvida a execução do serviço de calçamento, o Prefeito fará publicar por edital, onde se fixarão a contribuição de cada proprietário, a área correspondente e os prazos para o pagamento das quotas.

IV - O proprietário beneficiado pelas obras de pavimentação pagará um têrço do custo do serviço realizado na testada do imóvel, e mais o meio-fio e seu assentamento. Correrão, ainda, por conta do mesmo, as despesas com a construção do passeio sempre que, do projeto, resulte modificação dêste.

V - Será facultado aos interessados, pelo prazo de 30 (trinta) dias, o exame do orçamento do serviço, e, nesse período, receber-se-ão reclamações. Findo o prazo e proferida decisão sôbre as reclamações apresentadas, serão os proprietários lançados pela quota respectiva, em livro especial, havendo lançamento em separado, para cada imóvel.

VI - Dividir-se-á em dez prestações iguais a quota que caiber a cada proprietário, devendo o pagamento das mesmas efetuar-se em épocas determinadas pela Prefeitura, dentro do prazo nunca inferior a dezoito meses.

Art. 230 – O pagamento das prestações a que se refere o artigo anterior, se iniciará logo após a conclusão das obras de calçamento da parte do logradouro em que se localizar o imóvel lançado.

Art. 231 – É facultado ao interessado o pagamento integral e antecipado da contribuição que lhe couber. Conceder-se-á, neste caso, ao mesmo, o desconto de 20% sôbre o total da quota.

Art. 232 – O proprietário que não pagar a prestação na época de terminada incorrerá na multa de 20%.

Art. 233 – Quando não concordar com o orçamento da Prefeitura, poderá o proprietário beneficiado promover, dentro de 30 dias, após a conclusão da obra, a avaliação judicial do serviço. De acôrdo com o vencido em juizo, a administração cobrará ou restituirá as diferenças que se verificarem.

§ 1º – Em tal caso, deverá o interessado recolher, préviamente, a sua contribuição, na tesouraria da Prefeitura, sob protesto de avaliação judicial.

§ 2º – Efetuado o pagamento sem protesto, ou decorrido o prazo constante dêste artigo, sem que se verifique recolhimento prévio da contribuição e sem que o proprietário promova a avaliação, prevalecerá a contribuição lançada.

Art. 234 – Os proprietários que contribuirem para o calçamento, nos termos do artigo 231, gosarão de isenção por cinco (5) anos, da taxa de calçamento (Conservação).

Parágrafo único – A isenção de que trata êste artigo não se estende aos foreiros dos imóveis, nem aos adquirentes dos mesmos, no caso de alienação.

Art. 235 – Desde que dois terços dos proprietários, cujos imoveis estiverem localizados em um mesmo logradouro publico, requeiram o calçamento dêste, depositando préviamente a sua contribuição, a Prefeitura os atenderá, se disso não resultar prejuizo para o plano geral de pavimentação.

Art. 236 – Para efeito do artigo anterior só serão tomados em consideração os pedidos de calçamento que se refiram a trechos cuja dimen-

não corresponda, no mínimo, a porção compreendida entre duas ruas transversais.

Art. 237 – Os proprietários de imoveis situados em esquinas pagarão as contribuições relativas ás duas frentes.

Art. 238 – Os proprietários de imóveis situados em praças não ajardinadas pagarão suas contribuições como se as mesmas se localizassem nas ruas mais próximas.

Art. 239 – Terminado o calçamento, os proprietários dos imóveis beneficiados serão obrigados a contribuir para a conservação do mesmo.

Parágrafo único – A taxa de calçamento, destinada á conservação, será cobrada dos proprietários marginais, em seu terço, na seguinte base:

Asfalto, por m², por ano	cr$ 1,00
Paralelepipedos, idem, idem	cr$ 0,50
Alvenaria	cr$ 0,30

Art. 240 – Ficam sujeitos desde logo, á taxa de calçamento (conservação), os proprietários dos imóveis localizados em trecho já beneficiado por esse serviço.

Art. 241 – A taxa de calçamento, destinada á conservação deste, será lançada conjuntamente com o imposto predial e arrecadada nas mesma épocas de pagamento desse imposto.

Capitulo III

Dos meios-fios, sargetas e passeios

Art. 242 – A construção de meios-fios, sargetas e passeios dos logradouros públicos da cidade e Vilas correrá por conta dos proprietários de terrenos ou prédios, situados nas ruas e avenidas, ficando o movimento de terra a cargo da Prefeitura.

Art. 243 – A quota de contribuição de cada propriedade, será calculada, tomando-se por base o custo do metro linear, ou o metro quadrado, de construção, conforme se trate de meio-fio, sargeta ou passeio.

Art. 244 – Antes de se iniciar a construção de meios-fios, sargetas e passeios, publicar-se-a a quota de contribuição de cada proprietário.

Art. 245 – Essa quota será paga dentro do prazo de dez

(12) meses, em seis prestações iguais, efetuando-se o respectivo pagamento de dois em dois meses, à boca do cofre, a contar-se da data da assinatura contrato para execução do serviço, ou da data da publicação do orçamento, se a Prefeitura tiver de executá-lo por administração.

Parágrafo único - Taxada a contribuição de cada proprietário, de conformidade com o disposto neste artigo, será a mesma inscrita no livro próprio e, como Dívida Ativa da Prefeitura, para os efeitos da cobrança judicial em caso de mora. Esta inscrição abrangerá apenas as prestações devidas e exigíveis.

Título XII

Da Taxa de ocupação de terrenos municipais

Capítulo único

Art. 246 – A taxa de ocupação de terrenos municipais, será cobrada por aforamento, e será de 2% (dois por cento) sôbre o valor venal da propriedade.

Art. 247 – A arrecadação da taxa de ocupação de terrenos municipais será feita de uma só vez, até o dia 31 de março, de cada ano.

Título XIII

Das taxas industriais

Capítulo I

Da taxa de água

Art. 248 – A taxa de agua decorrente do serviço de abastecimento d'água explorado diretamente pelo Município nas condições prescritas no Código de Posturas Municipais, será cobrada de acôrdo com o volume d'água fornecido a cada prédio ou parte de prédio constituindo economia distinta, ou por pena, nas mesmas condições, conforme a tabela seguinte:

I – Por hidrometros:

a) taxa mínima, por 30 m³. de água consumida mensalmente Cr$ 8,00

b) por m³. que exceder Cr$ 2,50

II – Por pena:

c) de cada pena ligada, com a vasão máxima de 1.000 litros diários, por ano Cr$ 90,00

Art. 249 – Além da taxa de consumo, cobrar-se-ão as seguintes taxas de ligação, correspondentes à construção do ramal domiciliário e conservação de hidrômetros:

I – ligação de hidrômetros Cr$ 40,00

II – Conservação de hidrometros, mensalmente:

De 10 m/m Cr$ 1,00
De 12 m/m Cr$ 1,00
De 15 m/m Cr$ 1,00
De 20 m/m Cr$ 2,00
De 25 m/m Cr$ 3,00
De 30 m/m Cr$ 4,00
De 40 m/m Cr$ 5,00

III – ligação de pena Cr$ 30,00

§ 1º – Cobrar-se-á, ainda, a taxa de Cr$ 50,00, correspondente a caixa de proteção do aparelho, além da taxa de ligação do hidrômetro.

§ 2º – De cada aferição de hidrômetro, solicitada pelo consumidor, cobrar-se-á a taxa de Cr$ 15,00.

§ 3º – Cobrar-se-á, outrossim, a construção, reparos ou alterações da rêde externa, quando pedidos ou de interêsses do consumidor, inclusive demolição e recomposição do calçamento e do passeio, dependendo a execução dêsses serviços de prévio depósito, na Tesouraria Municipal, da importância do orçamento das obras, organizado pela Prefeitura, conforme estabelece o Código de Posturas Municipais.

Art. 250 – A taxa de agua será lançada:

I – Conjuntamente com os lançamentos dos impostos predial e territorial urbano, quando cobrada por pena.

Parágrafo único – Os predios que contiverem mais de uma residencia ou estabelecimentos comerciais e industriais pagarão os seus proprietarios uma pena para cada residencia ou estabelecimento.

II – Mensalmente, em livro próprio, quando cobrada por hidrometro.

Art. 251 – As medições do consumo serão feitas nas condições previstas no Código de Posturas Municipais.

Art. 252 – A arrecadação da taxa de água será feita mensalmente quando fornecida por meio de hidrômetro ou por meio de pena, ficando facultativo o pagamento por trimestres adiantadamente.

Art. 253 – As taxas não pagas no vencimento, serão acrescidas de 20% (vinte por cento) interrompendo-se o fornecimento nos prazos fixados no Codigo de Posturas Municipais.

Art. 254 – Estão sujeitos ao pagamento da taxa de pena dagua, á vista do que dispõe o Código de Posturas Municipais, os proprietarios de terrenos não edificados, situados em vias publicas onde exista rede distribuidora.

Capitulo II

Da taxa de esgotos

Art. 255 – A taxa de esgotos será cobrada por ligação da rede domiciliaria ao coletor da rede de esgotos, decorrente da exploração direta do serviço pelo Município, nas condições estabelecidas no Código de Posturas Municipais, e de acôrdo com a seguinte tabela:

I – Por ligação inicial Cr$ 40,00

II – Pelo ramal ligado, por ano:

a) até 2 privadas Cr$ 60,00

b) por privadas que exceder, mais Cr$ 10,00

Art. 256 – Os proprietários de imóveis situados em via publica pela qual passe a rede, ficam obrigados a requerer a ligação dentro de trinta dias, após o termino das obras, ficando sujeitos as taxas respectivas, como se a ligação houvessem solicitado, além da multa estabelecida.

Art. 257 – Cobrar-se-á, ainda, a construção, reparos ou alterações no ramal, quando pedidos ou de interesse do proprietário ou habitante, inclusive demolição e recomposição do calçamento e do passeio, dependendo a execução dêsses serviços, de prévio depósito na Tesouraria

Municipal, da importância do orçamento das obras, organizado pela Prefeitura.

Art. 258 — A taxa de esgôtos será lançada conjuntamente com o imposto predial e arrecadada nas mesmas épocas do pagamento dêsse imposto, ficando facultativo o pagamento mensal.

Art. 259 — A taxa de esgôtos não paga nos prazos estabelecidos, será acrescida da multa de 20% (vinte por cento).

Título XIV

Das Receitas Diversas

Capítulo I

Da receita de mercados

Art. 260 — A taxa de mercado, observadas as disposições a respeito estabelecidas no Código de Posturas Municipais, será cobrada pela locação de cômodos, concessão de áreas, armazenagem de mercadorias, aves e animais e ocupação ou utilização de frigorífico, de acôrdo com a seguinte tabela:

	Cr$
I — Cômodo para comércio fixo:	
a) por metro quadrado de área construída, por ano, pagável mensalmente	20,00
b) por metro quadrado de área construída, por dia	2,00
II — Espaço no recinto:	
a) por metro quadrado, por mês, pagável mensalmente	10,00
b) idem, idem, por dia	1,00
III — Espaço externo:	
Por metro quadrado, por dia	0,50
IV — Armazenagem:	
a) por volume, por 24 horas ou parte, por quilo (mínimo de Cr$ 0,10)	0,10
b) gaiola para aves, por 24 horas ou parte	0,50
c) animais de grande porte, por unidade, por 24 horas ou parte	5,00
d) animais de pequeno porte, idem, idem	2,00

IV - Ocupação, ou utilização, de frigorífico:

Por litro ou quilo, por 12 horas ou fração 2,50

Capítulo II

Da receita de Feiras

Art. 261 - A taxa de Feira, observadas as disposições a respeito estabelecidas no Código de Posturas Municipais, será cobrada pela ocupação de áreas de limitadas em local designado para a realização de feiras na base de Cr$ 1,00 por metro quadrado ou fração e por dia, de área ocupada pelo feirante.

Capítulo III

Da receita de matadouros

Art. 262 - A taxa de matadouro, observadas as disposições estabelecidas no Código de Posturas Municipais, será cobrada pelo serviço de matança de gado e de armazenagem, nos matadouros municipais, de acôrdo com a tabela seguinte:

	Cr$
I - Taxa de matança:	
a) gado bovino, por cabeça, qualquer que seja o seu pêso	15,00
b) idem, idem, quando destinado ao preparo de carne seca ou ao vento	8,00
c) por vitela	10,00
d) gado suino, por cabeça	10,00
e) gado lanigero ou caprino, por cabeça	5,00
f) por leitão até 15 quilos	5,00
II - Taxa de transporte, por quilo	0,05
III - Taxa de armazenagem:	
a) por quilo de sêbo apurado até o fim do mês seguinte ao da apuração e, dai em diante, por por mês ou fração	1,00
b) por couro de qualquer espécie até o fim do mês seguinte ao da entrada e dai em diante por mês ou fração	5,00
c) por quilo de qualquer outro produto ou ma-	

terial, exceptuando-se os necessários ao	cr$
preparo do gado abatido, por mês ou fração	0,50

Capítulo IV

Da receita de cemitérios

Art. 263 - A taxa de cemitérios, observadas as disposições estabelecidas no Código de Posturas Municipais, a respeito, será cobrada de acôrdo com a seguinte tabela:

I - Inumações em sepulturas rasas, por 5 anos:	cr$
a) de adultos	120,00
b) de infantes	80,00
II - Inumações em sepulturas rasas, por 20 anos:	
a) de adultos	260,00
b) de infantes	140,00
III - Inumações em carneiros, por 5 anos:	
a) de adultos	220,00
b) de infantes	160,00
IV - Inumações em carneiros, por 20 anos:	
a) de adultos	360,00
b) de infantes	240,00
V - Prorrogação de prazo, por 5 anos:	
a) sepultura rasa, de adultos	100,00
b) sepultura rasa, de infantes	80,00
c) carneiro, de adultos	200,00
d) carneiro, de infantes	150,00
VI - Prorrogação de prazo, por 20 anos:	
a) sepultura rasa, de adultos	300,00
b) sepultura rasa, de infantes	200,00
c) carneiros, de adultos	360,00
d) carneiros, de infantes	300,00
VII - Perpetuidades:	
a) sepultura rasa	400,00
b) carneiros	600,00
c) jazigos	620,00

d) mausoléus 1/2 700,00

e) ossuários, com primeiro depósito de ossos 1/2 100,00

VIII - Exumações: 1/2

a) a requerimento do interessado, de sepultura rasa 50,00

b) idem, idem, de carneiro 100,00

c) idem, idem, de sepultura rasa, antes do prazos regulamentar 80,00

d) idem, idem, de carneiro, idem, idem. 160,00

IX - Diversos:

a) abertura de sepultura perpétua, para nova inumação 60,00

b) abertura de carneiro perpétuo, idem idem. 120,00

c) retirada de ossada, do cemitério 80,00

d) entrada de ossada no cemitério, panicho ou jazigo 50,00

e) remoção de ossada no interior do cemitério 40,00

f) licença para construção de canteiros 20,00

g) idem, para colocação de inscrição 10,00

h) idem, para outras obras 10,00

i) idem, para obras artísticas 10,00

j) idem, para construção de jazigos 20,00

k) emplacamento 10,00

l) transformação de sepultura rasa, perpétua, em carneiro ou dêste em jazigo 350,00

Título XV

Das penas

Art. 264 - Sem prejuízo das disposições relativas ás infrações e penas definidas no Código de Posturas, ou estabelecidas em outras leis municipais, os infratores das disposições dêste Código ficam sujeitos as seguintes penas:

I - Multa moratória.

II – Multa por infração de leis ou regulamentos.

III – Revalidação.

IV – Proibição de transacionar com repartições do Municipalidade.

V – Sujeição a um sistema especial de fiscalização.

Art. 265 – A multa de mora é aplicada no caso de não pagamento de imposto ou taxa nos prazos marcados, e é de 20% (vinte por cento) sôbre o valor devido, salvo percentagem menor especialmente fixada neste código.

Art. 266 – Fica sujeito á multa de Cr$ 50,00 a Cr$ 500,00 o contribuinte de qualquer imposto ou taxa que:

I – Sonegar área ou valor da propriedade ao fazer-se o seu lançamento, revisão ou reajustamento.

II – Subtrair ao fisco municipal atos ou contratos sôbre que incida imposto ou taxa Municipal.

III – Exercer atos de comércio, industria ou atividade sujeito a imposto sem prévia licença da autoridade municipal competente, bem como o que deixar de communicar, no correr do exercício, as transferências de local e modificação da firma.

IV – Falsificar ou adulterar conhecimentos, guias ou outros quaisquer documentos relativos ao serviço fiscal do Municipio.

V – Obstar, por qualquer meio a verificação do pêso, qualidade ou quantidade dos produtos sujeitos a imposto ou taxa do Municipio.

VI – Iludir ou tentar iludir o fisco em proveito próprio ou de outrem, com falsas declarações ou informações, no sentido de obstar a cobrança do tributo ou reduzir-lhe a importância.

VII – Não apresentar ao "visto" da autoridade fiscal o conhecimento, livros, blocos de notas, alvarás e outros documentos comprobatórios ou elementares ao pagamento dos impostos e taxas.

Art. 267 – Incidirão na multa a que se refere o artigo anterior os contribuintes que cometerem infrações para as quais não esteja cominada pena especial.

Art. 268 – Além das multas cominadas nos artigos ante-

riores, serão aplicadas aos funcionários em falta, as penas estabelecidas no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 269 – Fica sujeito á multa de Cr$ 20,00 a Cr$ 200,00 o funcionário que:

a) tomar, para incidência dos impostos e taxas municipais, valores inferiores aos reais dos imóveis;

b) fizer lançamento, empregar sêlo ou expedir conhecimento de impostos com deficiencia, em face das tabelas e prescrições constantes dêste Código.

c) não recolher pontualmente os saldos da arrecadação a seu cargo.

Parágrafo único – Além das penas cominadas nêste artigo, os exatores municipais, compreendidos ai todos aqueles que arrecadam impostos e taxas municipais, serão punidos com multa de Cr$ 20,00 a Cr$ 200,00, por infração não enumerada nêste artigo.

Art. 270 – Na imposição da multa, e para gradual-a, ter-se-á em vista:

a) a maior ou menor gravidade da infração;

b) as suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;

c) os antecedentes do infrator, com relação ás disposições dêste Código e do Codigo de Posturas Municipais.

Art. 271 – Nas reincidências, as multas serão aplicadas em dôbro, não podendo, porem, exceder ao limite legal (art. 1º, n. XLV, da Lei de Organização Municipal).

Art. 272 – As penalidades referidas nêste Titulo não isentam o infrator da obrigação de pagar os impostos e taxas devidos, nem de cumprir as exigências dêste Código.

Art. 273 – A' pena de pagamento com revalidação ficarão sujeitos os contribuintes que não empregarem os sêlos devidos, ou os empregarem deficientemente, em titulos, documentos ou outros papeis.

Parágrafo único – A revalidação, que importará em outro tanto do sêlo devido, será exigida por qualquer funcionário fiscal,

não podendo ter andamento nas repartições administrativas o papel em que não fôr satisfeita, salvo nos referentes a pedido de pagamento ou de restituição, casos em que será restituida afinal.

Art. 274 — Não podem transacionar com as repartições municipais aquelles que estiverem em delito de impostos, taxas ou multas.

Art. 275 — Todos aquele que houver cometido infração punida em grão maximo, poderá ficar sujeito a um regime especial de fiscalização, determinado pelo Prefeito, independentemente da aplicação da pena, em grau maximo, pelas violações da lei ou regulamento, que cometer ou continuar cometendo.

Art. 276 — No caso de recusar-se o infrator a pagar os impostos e multas a que estiver sujeito, será apreendida a causa, objeto do ato de comércio ou industria clandestinos.

Paragrafo unico — Tambem serão apreendidos os documentos de natureza fiscal, ou que devam produzir efeito perante a autoridade civil e administrativa, quando falsificados, ou nos quais hajam sido empregados selos falsos ou já usados.

Art. 277 — Como medida preventiva será preso administrativamente, a requisição do Prefeito Municipal à autoridade policial competente, aquele que ilegalmente, retiver em seu poder ou desviar dinheiro do Municipio, ou dêle se apropriar, seja ou não funcionário publico.

Art. 278 — A autoridade competente determinará a pena aplicável quando mais de uma for prevista para a mesma infração.

Art. 279 — As regras deste Titulo aplicam-se, subsidiariamente, a todos os casos de imposição de multas por infração de lei ou regulamento.

Art. 280 — O produto das multas não poderá ser atribuido, no todo ou em parte, aos denunciantes, nem aos funcionários que autuarem o infrator, que as impuzerem ou confirmarem.

Titulo XVI

Das isenções

Capitulo I

Normas Gerais

Art. 281 — São isentos dos impostos municipais (arts. 93 e 96, da Lei nº 291):

I — Os bens, rendas e serviços da União e do Estado, sem prejuízo da tributação dos serviços públicos concedidos, observado o disposto no parágrafo único deste artigo.

II — Templos de qualquer culto, bens e serviços de partidos políticos, instituições de educação e de assistência social, desde que suas rendas sejam aplicadas, integralmente, no País, para os respectivos fins.

III — Papel destinado exclusivamente à impressão de jornais periódicos e livros.

IV — Direitos de autor, remuneração e atividade de professor ou jornalista.

V — Pequenos estabelecimentos industriais, direta ou indiretamente, desde que situados em propriedades agrícolas de seus proprietários, se destinem ao beneficiamento ou à industrialização da lavoura, em pequena escala, isento, também de quaisquer tributos o produto, até o limite que a lei fixar.

VI — Atividades individuais de pequeno rendimento, conforme o fixar a lei e com que a pessoa provenha ao sustento próprio ou de sua família.

VII — Tráfego intermunicipal de qualquer natureza, quando impliquem limitações ao referido tráfego, ressalvadas a cobrança de taxas, inclusive pedágio, destinadas exclusivamente à indenização das despesas de construção, conservação e melhoramentos de estradas.

Parágrafo único — Os serviços públicos concedidos não gozam de isenção tributária, salvo quando estabelecida, em cada caso, pelo próprio poder municipal, ou quando a União a instituir em lei especial relativamente aos próprios serviços, tendo em vista o interêsse comum.

Art. 282 — Ficam isentos de quaisquer tributos, impostos ou taxas, as propriedades urbanas ou rurais, de valor venal até Cr$ 500,00, quando forem bem único de pessoas inválidas, sem arrimo.

Art. 283 — Nenhum tributo, imposto ou taxa, gravará o

vencimento, remuneração, salário ou gratificação de servidor público municipal, bem como os atos ou títulos referentes a sua vida funcional.

Art. 284 – São isentas de quaisquer tributos municipais as conferências científicas ou literárias, os recitais e as exposições de arte (art. 97, da lei nº 28).

Art. 285 – O minerador devidamente habilitado por decreto de autorização da Savra é isento dos tributos municipais que recaiam sôbre a jazida ou mina, sôbre o produto respectivo, profissão de minerador e operação que fizer com aquêle produto, bem assim os imóveis, prédios e terrenos que servirem direta e exclusivamente á exploração da mina, sujeito que se acha ao imposto único a que se referem o art. 15, § 2º, da Constituição Federal, e as Disposições Gerais dêste Código.

Art. 286 – Não serão tributados os títulos da dívida pública, emitidos por outras pessoas jurídicas de direito público interno, em limite superior ao estabelecido para os do próprios Município (art. 98, da lei nº. 28).

Art. 287 – A concessão de favores fiscais só se fará apoiada em fortes razões de ordem pública ou de interêsse do Município; não pode o favor ser pessoal, nem aprazado e depende de lei aprovada por dois terços dos membros da Câmara (art. 85, da lei nº 28).

§ 1º. – Entende-se como favor pessoal não permitido, a concessão de isenção de tributos a determinada pessoa física ou jurídica.

§ 2º – As concessões de isenção devem ser condicionadas á renovação anual, sendo obrigatório o seu cancelamento se houverem desaparecido os motivos ou razões que as justificarem.

Art. 288 – As isenções, com exceção das imunidades fiscais asseguradas em leis, só serão concedidas a título precário, á vista de requerimento dos interessados, renovados anualmente e apresentados no mês de janeiro, devidamente fundamentados.

Art. 289 – Só se perdoará dívida ativa nos casos de calamidade pública, ou notoria pobreza do contribuinte, devendo a lei respectiva ser aprovada por dois terços dos vereadores (art. 99, da lei nº. 28).

Capitulo II

Das isenções do imposto predial

Art. 290 – São isentos do imposto predial:

a) – as dependências dos templos de qualquer religião, que não sejam objeto de locação;

b) – as casas paroquiais e as dos ministros de outras religiões, anexas ou não a templos religiosos desde que pertençam as respectivas organizações religiosas e não sejam objeto de locação, sendo que a cada templo não pode corresponder mais que uma casa paroquial ou residência de ministro de outras religiões;

c) – palácios episcopais e seminários;

d) – as praças de esportes, pertencentes a sociedades esportivas, que visem ao aperfeiçoamento da raça;

e) – Os prédios e dependências ocupadas com instituição de caridade e ensino gratuito;

f) – Os prédios pertencentes a jornalistas profissionais;

§ 1º – Só farão jus à isenção, os prédios usados pelas entidades referidas neste artigo, nas atividades e serviços de suas finalidades.

§ 2º – Só será concedida isenção às entidades referidas neste artigo, que forem legalmente constituídas, possuirem patrimônio e e mantiverem atividade permanente.

Capitulo III

Das isenções do imposto territorial urbano

Art. 291 – São isentos do imposto territorial urbano:

a) – os terrenos pertencentes a instituição de caridade ou beneficência, quando constituirem dependências de asilos, hospitais, ou escolas gratuitas, desde que não sejam objeto de locação;

b) – Os terrenos que integram praças de esportes, pertencentes a sociedades esportivas e destinadas à prática de exercícios e competições esportivas;

c) – Os terrenos anexos a colégios de ensino, desde que destinados ao uso e recreio dos alunos.

Capitulo IV

Das isenções do imposto de licença

Art. 292 – São isentos do imposto de licenças

I — Estabelecimentos comerciais, industriais, e similares e ambulantes:

a) — os mutilados ou portadores de aleijões, ou moléstias não contagiosas nem repugnantes, quando pobres e não forem impedidos de exercer comércio ou indústria, bem assim os reconhecidamente miseráveis, impedidos de exercer outras atividades;

b) — os engraxates ambulantes e vendedores de jornais menores de 16 (dezesseis) anos;

c) — o comércio de livros.

II — Veículos:

a) — os veículos oficiais, de representantes diplomáticos ou consulares e os pertencentes a instituições de caridade.

III — Publicidade:

a) — a propaganda exclusivamente cívica, educativa e sanitária, ou assuntos correlatos;

b) — a propaganda eleitoral.

Capítulo V

Das isenções do imposto sobre indústrias e profissões

Art. 293 – São isentos do imposto sôbre indústrias e profissões:

a) — os vendedores a domicílio de hortaliças, cereais, frutas, pão, leite, ovos e aves, uma vez que não tenham estabelecimento comercial dêsses artigos e não sejam empregados de comerciantes;

b) — os vendedores ambulantes de bilhetes de loteria;

c) — o caixeiro viajante (art. 116, letra F);

d) — as pensões familiares, com até dois hóspedes;

e) — os vendedores de jornais e revistas, sem localização fixa;

f) — as Casas de Caridade ou quaisquer estabelecimentos de fins humanitários.

Capítulo VI

Das isenções do imposto sôbre diversões Públicas

Art. 294 – São isentos do imposto sôbre diversões Públicas:

a) – os espetáculos, conferências, recitais e outras funções pagas cuja renda liquida reverta na sua totalidade em favor de caixas escolares ou instituições de Caridade;

b) – os espetáculos ou festivais cujo produto total seja exclusivamente destinado a fins culturais, filantrópicos e patrióticos,

Parágrafo único – os responsáveis ou interessados, para gozarem das isenções referidas neste artigo, deverão participar à Prefeitura, por escrito com antecedência de 24 horas, pelo menos, o fim a que se destina a renda da função, assim como o lugar data e hora em que se vai realizar.

Capitulo VIII

Das isenções de taxas Municipais

Art. 295 – São isentos das taxas de Agua esgôto, Viação, e limpeza pública:

a) – os próprios federais e estaduais, quando exclusivamente utilizados em seus serviços;

b) – os próprios ocupados com estabelecimentos de instrução e educação gratuitos;

c) – os proprios ocupados com estabelecimentos de Caridade;

d) – os templos de qualquer religião.

Art. 296 – São isentos das taxas de inumação:

a) – os servidores municipais;

b) – as pessoas reconhecidamente desprovidas de recursos, ou de arrimo, e os mendigos, mediante atestado de pobreza fornecido pela Policia.

Art. 297 – São isentos das respectivas taxas sôbre edificações em geral:

a) – as Casas de caridade;

b) – as Casas construidas pela "Fundação da Casa Popular";

c) – os serviços públicos federais e estaduais.

Art. 298 — ficam isentos da taxa rodoviária as propriedades rurais, de área até dois hectares, quando cultivadas pelos respectivos proprietários ou suas familias e os veiculos oficiais.

Título XVII

Das disposições Gerais

Art. 299 — Além dos tributos regulamentados neste Código, pertencem ainda ao Município:

I — a quota-parte do imposto previsto art. 15, nº III, da Constituição Federal, e que lhe for entregue na forma estatuida no parágrafo segundo do mesmo artigo;

II — o que lhe tocar na distribuição dos dez por cento do que a União arrecadar do imposto de renda e proventos de qualquer natureza para, nos termos do art. 15, § 4º, da Constituição Federal, aplicar, pelo menos a metade em beneficios de ordem rural;

III — trinta por cento do excesso arrecadado pelo Estado quando a arrecadação estadual de impostos, salvo a de imposto de exportação, exceder, no Município, o total das rendas locais de quaisquer natureza;

IV — quarenta por cento do total arrecadado no Município, proveniente de quaisquer outros impostos cobrados pelo Estado (Constituição Federal, art. 21).

V — os impostos que, no todo ou em parte, lhe transferir o Estado.

Parágrafo único — O imposto sôbre minérios, atribuido ao Município, de acôrdo com o item I, dêste artigo, é constituido de 2% (dois por cento) sôbre o valor da produção efetiva das minas ou jazidas, exatuados o carvão e o petroleo, de todas as substâncias minerais ou fósseis, quer provenham de pesquiza ou de lavra, quer de mina garantida pelo art. 21 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de 18 de setembro de 1946, quer sejam obtidas por faiscação ou garimpagem, ou por trabalhos assemelhados, em conformidade com o Código de Minas. No caso de fontes de aguas minerais, termais ou gazozas, o imposto será cobrado à base de utilização das aguas e gazes (Lei estadual nº 19, de 30 de setembro de 1947).

Art. 300 — A progressividade das taxas de incidência, determinada por este Código, deverá ser calculada de maneira a não envolver, nunca, em cada exercício, aumento superior a 20% sôbre as taxas respectivas.

Art. 301 — Dos lançamentos dos tributos dar-se-á aviso individual aos coletados, publicando-se, ou afixando-se por edital, em local de costume, relação geral dos mesmos.

Art. 302 — Na contagem dos prazos, que serão contínuos, a que se refirá esta lei, excluir-se-á o dia de começo e se incluirá o do vencimento. Se este cair em dia feriado ou domingo, considerar-se-á prorrogado o prazo até o primeiro dia útil.

Art. 303 — Os estabelecimentos de qualquer natureza existente ou que se instalarem no Município estão sujeitos ao pagamento dos impostos ou taxas devidos, embora tenham sua sede fora dele.

Art. 304 — São fontes subsidiárias desta lei, para a solução dos casos omissos, os preceitos da legislação municipal, vigente à data de sua promulgação, que não contrariarem as Constituições Federal, Estadual e as leis estaduais.

Art. 305 — O Prefeito Municipal expedirá, em portaria, as instruções que se tornarem necessárias à execução deste Código.

Título XVIII

Disposições transitórias e finais

Capítulo I

Do imposto sôbre turismo e hospedagem

Art. 306 — O imposto sôbre turismo e hospedagem, transferido ao Município pelo parágrafo único do art. 10, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do Estado, será cobrado na conformidade da tabela n. 11, do decreto-lei estadual n° 67, de 22 de janeiro de 1938, e portarias números 427 e 499, do Secretário das Finanças, respectivamente, de 5 de fevereiro e 25 de outubro do mesmo ano.

Art. 307 — O imposto sôbre turismo e hospedagem é de 2%, sôbre os totais das contas pagas pelos hospedes dos hotéis e pensões.

Parágrafo único — A incidência do imposto não atingirá

as despesas referentes a telefonemas, lavanderias, pagamento de compras feitas pelos hóspedes e outras dessa natureza.

Art. 308 – Para os fins do artigo anterior, ficam os proprietários de hotéis e pensões obrigados a adotar notas de contas, que serão numeradas, datadas e assinadas pelos proprietários ou gerentes dos estabelecimentos.

Art. 309 – As notas de contas serão extraídas a carbono, em duplicata, sendo uma via destinada ao hóspede, devendo a outra ficar no bloco, para efeito de fiscalização por parte das autoridades municipais.

Art. 310 – Até os dias 5 e 20 de cada mês, os proprietários de hotéis e pensões enviarão à Tesouraria Municipal declarações datadas e assinadas, relativamente às contas recebidas durante a quinzena anterior, nelas mencionando o número das contas saldadas e o seu total referente à quinzena.

Art. 311 – A vista das declarações acima referidas, a Tesouraria Municipal cobrará o imposto devido ou solicitará ao Serviço competente que sindique sôbre a veracidade das mesmas, quando tiver fundadas suspeitas de fraudes.

Art. 312 – Os pagamentos do impôsto sôbre turismo e hospedagem serão feitos no ato da apresentação das declarações, sob pena de mora de 10%.

Art. 313 – Na falta das declarações previstas, incumbirá ao Serviço de fiscalização a obrigação de colhê-las em sua fonte própria, mediante o exame dos blocos de notas de contas, livros de vendas á vista, livros de registro de hóspedes, fichas e demais documentos de fácil consulta.

Parágrafo único – Assim obtidas as declarações, serão os responsáveis pelo imposto convidados a recolhê-lo aos cofres municipais no prazo de 5 dias, findo o qual, não sendo efetuado o pagamento, poderá ser inscrita a dívida correspondente e feita imediatamente a sua cobrança executiva na forma regulamentar.

Art. 314 – Nas vilas, o imposto será arrecadado nas condições estabelecidas neste Título, mediante declarações colhidas pelos

fiscais municipais e, mensalmente, entregues à Tesouraria da Prefeitura conjuntamente com a prestação geral de contas.

Art. 315 — O imposto sôbre turismo e hospedagem será incluido nas notas de contas dos hóspedes e visitantes, mas os responsáveis pelo seu pagamento a Prefeitura são os proprietários dos hotéis e pensões.

Art. 316 — O proprietário de hotel ou pensão, por si ou seus prepostos, que não adotar as notas de contas ou impedir os funcionários municipais de examinarem livros e documentos necessarios á fiscalização do imposto, ficará sujeito às penas estabelecidas neste Código.

Capitulo II

-Da taxa de aferição de pesos e medidas

Art. 317 — Enquanto estiver a cargo do Municipio a fiscalização respectiva, serão cobradas as seguintes taxas de aferição de pesos e medidas, arrecadaveis independentemente de lançamento, no mês de janeiro de cada ano:

I — Pesos:

a) até duas balanças, inclusive pesos correspondentes, por ano Cr$ 20,00

b) por balança que exceder de duas, cada uma, por ano Cr$ 5,00

c) por balança de ambulante, cada uma, por ano Cr$ 10,00

II — Medidas de extensão:

a) metro ou fita métrica, por ano Cr$ 5,00

b) trena, por ano Cr$ 10,00

III — Medidas de capacidade

a) para líquidos, por ano, até 20 litros Cr$ 20,00

b) para sólidos, por termo, por ano, até 20 litros Cr$ 15,00

c) carroça de lenha, por ano Cr$ 10,00

d) outros veiculos, empregados no transporte de lenha, por veiculo, por ano Cr$ 10,00

e) bomba de gazolina, por ano, cada uma Cr$ 40,00

Capitulo III

Disposições diversas

Art. 318 — A incidência e a arrecadação da taxa de estatística municipal continuarão a reger-se pela legislação especial atualmente em vigor.

Art. 319 — Até que seja regulamentado o art. 113 da Constituição Mineira, as questões entre os contribuintes e a Fazenda Pública do Município serão apreciadas e julgadas na conformidade do decreto-lei estadual nº 1618, de 8 de janeiro de 1946.

Art. 320 — Enquanto convier ao Município, a arrecadação da parte do imposto que lhe compete sôbre minerios, poderá continuar a cargo da Coletoria Estadual, nas condições previstas na lei nº 19 e decreto nº 2.558, estadoais, respectivamente, de 30 de outubro de 1947 e de 27 de dezembro do mesmo ano.

Art. 321 — As disposições desta lei serão aplicadas a partir de 1 de janeiro de 1950

Art. 322 — Revogadas as disposições em contrário, entrará esta lei em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pedralva, 30 de Novembro de 1949.

(a) José de Oliveira Lopes
Prefeito Municipal

(a) Benedito Nicodemos Silva
Secretário

Seguem-se as tabelas.

Imposto De Industrias e Profissões
Tabela Especial

Classes	De mais de 40.000 habitantes	De mais de 20.000 até 40.000 habitantes	Até 20,000 habitantes
	Cr$	Cr$	Cr$
1ª.	30.000,00	25.000,00	20.000,00
2ª.	27.000,00	22.500,00	18.000,00
3ª.	24.000,00	20.000,00	16.000,00
4ª.	21.000,00	17.500,00	14.000,00
5ª.	18.000,00	15.000,00	12,000,00
6ª.	15.000,00	12.500,00	10,000,00
7ª.	12.000,00	10,000,00	8.000,00
8ª.	9.000,00	7,500,00	6.000,00
9ª.	6.000,00	5.000,00	4.000,00
10ª.	3.000,00	2.500,00	2.000,00

Imposto de Industrias e Profissões
Série Especial

Numeros	Especificações	Classes
1	Aço – preparador de – com fundição	2ª.
2	Aguardente – Fábrica	9ª.
3	Aguardente – mercador por atacado	9ª.
4	Algodão não beneficiado – mercador ou comissário – por atacado	10ª.
5	Idem, Idem – beneficiado	9ª.
6	Aparelhos Elétricos ou objetos de Illuminação – mercador por atacado	9ª.
7	Armador ou Empresa Funerária, com estabelecimento, fornecendo artigos fonerários	8ª.
8	Armas de Fogos – Casa especial de armas e munições ou somente de armas	9ª.

9 – Armazens – Cobrando armazenagens, trânsito e rebeneficiamento, de grande movimento 8ª.

10 – Asfalto – preparador 9ª.

11 – Açucar – usina a vapor ou eletricidade, tendo ou não refinamento 9ª.

12 – Açucar – mercador ou Comissário – por atacado 9ª

13 – Automoveis – mercador com ou sem depósito de máquina 9ª.

14 – Bancos ou Agências de Bancos ou de Casas Bancárias

a) Depósitos até cr$ 5.000.000,00 9ª.

b) Depósitos de mais de cr$ 5.000.000,00 até cr$ 10.000.000,00 8ª.

c) Depósitos de mais de cr$ 10.000,000,00 até cr$ 20.000.000,00 7ª.

d) Depósitos de mais de cr$ 20.000,000,00 até 40.000.000,00 6ª.

e) Depósitos de mais de cr$ 40.000.000,00 até cr$ 60.000,000,00 5ª.

f) Depósitos de mais de cr$ 60.000,000,00 até cr$ 80.000.000,00 4ª.

g) Depósitos de mais de cr$ 80.000.000,00 até cr$ 100.000.000,00 3ª.

h) Depósitos de mais de cr$ 100.000.000,00 até cr$ 120.000.000,00 2ª.

i) Depósitos de mais de cr$ 120.000.000,00 1ª.

Nota: – Os Bancos ou Casas Bancárias sediados no Municipio além da presente tabela, ficam sujeitos ao impôsto de cr$ 1.000,00 para cada uma de suas agências situadas no mesmo.

15 – Bancos – Casas Bancária de Desconto ou empréstimo:

a) com capital até cr$ 1.000.000,00 10ª.

b) com capital de cr$ 1.000.000,00 até cr$ 3.000,000,00 9ª

c) com capital de mais de cr$ 3.000.000 até

	5.000.000,00	8ª.
	d) com capital superior a Cr$ 5.000.000,00	7ª.
16 –	Bar – Casa de primeira ordem	10ª.
17 –	Bar – Restaurantes – casa de primeira ordem	9ª.
18 –	Baralhos (Cartas de jogar e artigos para jogos) fábrica	10ª.
19 –	Baralhos – mercador	10ª.
20 –	Bazar – em grande escala	9ª.
21 –	Bebidas – Alcoólicas – artificiais naturais fábrica	8ª.
22 –	Bebidas Alcoólicas – artificiais, naturais mercador por atacado	9ª.
23 –	Bondes Elétricos – empresário	2ª.
24 –	Botequim – Casa de primeira ordem	4ª.
25 –	Cabaré – vendendo bebidas	4ª.
26 –	Carbonatos, Diamantes, Pedras Preciosas – mercador	5ª.
27 –	Cerveja – fabrica, com câmara frigarifica	9ª.
28 –	Charutaria – vendendo fumos, charutos, cigarros cigarrilhas, rapés, fumo desfiado, migado ou em pó	10ª.
29 –	Cimento Armado e semelhantes – Fábrica de peças de	10ª.
30 –	Cimento por Atacado – mercador	10ª.
31 –	Cimento ou concreto – artefatos de cimento ou concreto armado, inclusive de construções	8ª.
32 –	Cinematógrafo ou semelhantes – funcionando diariamente, com frequencia de mais de 500 assistentes presumiveis	7ª.
33 –	Cofres, Arquivos, Móveis de Aço ou de Ferro – mercador	9ª.
34 –	Comissões ou Consignações ou suprimento sôbre ordens ou conhecimento de mercadorias	10ª

Continúa no livro nº. 3 –

(continuação da Lei nº 41
(dispõe sobre Código Tributário)

Números	Especificações	Classes
35 –	Construções – material – mercador por atacado	9ª.
	Nota: – Os construtores e empreiteiros que tenham depósito de material, mesmo empregando sómente nas obras que executem, estão sujeitos ao pagamento dêsse impôsto, conforme a classificação adequada.	
36 –	Drogaria – por atacado	9ª.
37 –	Emprestador de Dinheiro – mediante hipoteca ou qualquer outro título – de mais de Cr$ 200.000,00	10ª.
38 –	Fazendas – mercador – por atacado	9ª.
39 –	Fazendas, Armarinhos, Ferragens, Louças, Calçados, Roupas Feitas, Chapéus, Arreios – por atacado	10ª.
40 –	Ferragens – por atacado	10ª.
41 –	Fios, Cabos, Condutores Para Energia Elétrica – ou para telegrafos e telefones – Fábrica	10ª.
42 –	Fumos, em corda, desfiados, prensados, picados, em fôlha, com cigarros, charutos e artigos para fumantes – mercador por atacado	10ª.
43 –	Fumos, em corda, desfiados, picados, etc. Fabrica	10ª.
44 –	Fundição – Usina Siderúrgica	1ª.
45 –	Idem, Idem – menor escala	5ª.
46 –	Iluminação – objetos de – mercador	10ª.
47 –	Iluminação Pública ou Particular – a eletricidade – empresário de	7ª.
48 –	Idem, Idem a gás ou outro combustivel	7ª.
49 –	Iluminação – objetos de – Fábrica	8ª.
50 –	Importadores de Mercadorias Estrangeiras	7ª.
51 –	Joias – mercador	9ª.
52 –	Jogos Permitidos:	

a) Casa de primeira ordem 6ª.
b) Casa de 2ª ordem 8ª.
c) Casa de 3ª ordem 10ª.

58 – Maquinas de Escrever e Respectivos Acessórios mercador 10ª.
54 – Motores, Dinamos – mercador 9ª.
55 – Munições – mercador 10ª.
56 – Peles de Agasalhos, Peliças e Congeneres – mercador 10ª.
57 – Perfumarias – mercador por atacado 9ª.
58 – Pneumáticos – Câmaras de Ar – mercador 10ª.
59 – Rádios, Rádiolas ou Artigos Semelhantes – mercador 10ª.
60 – Relógios e Joias – mercador 10ª.
61 – Sal – mercador por atacado 10ª.
62 – Sedas, Lãs, Linhas – Tecidos de – mercador 9ª.
63 – Seguros – Companhias de –

I

Companhias com sede dentro do Municipio:

Carteiras:

1 – Vida:

a) com movimento de seguros até cr$ 5.000.000,00 9ª.
b) idem, de mais de cr$ 5.000.000,00 até cr$ 10.000.000,00 8ª.
c) idem, de mais de cr$ 10.000.000,00 até cr$ 15.000.000,00 7ª.
d) idem, de mais de cr$ 15.000.000,00 6ª.

2 – Capitalização:

a) com arrecadação de contribuições até cr$ 50.000,00 10ª.
b) idem, de mais de cr$ 50.000,00 até cr$ 100.000,00 9ª.
c) idem, de mais de cr$ 100.000,00 até cr$ 150.000,00 8ª.

d) idem, de mais de Cr$ 150.000,00

3 Fogos, transportes e acidentes
(ramos elementares)

a) com movimento de prêmios de mais de Cr$ 100.000,00 até Cr$ 200.000,00 10ª.

b) idem, de mais de Cr$ 200.000,00 9ª.

II

Agências ou sucursais de companhias com sede fora do Município, emitindo ou não títulos, aí compreendidas os agentes e representantes que façam as mesmas operações das agências ou sucursais propriamente ditas (quer emitam ou não títulos):

Carteiras:

1- Vida

a) com movimento de seguros até Cr$ 5.000.000,00 10ª.

b) idem, de mais de Cr$ 5.000.000,00 até Cr$ 10.000.000,00 9ª.

c) idem, de mais de Cr$ 10.000.000,00 até Cr$ 15.000.000,00 8ª.

d) idem, de mais de Cr$ 15.000.000,00 7ª.

2- Capitalização

a) com arrecadação de contribuições a qualquer título, de mais de Cr$ 50.000,00 até Cr$ 100.000,00 10ª.

b) idem, de mais de Cr$ 100.000,00 até Cr$ 150.000,00 9ª.

c) idem, de mais de Cr$ 150.000,00 8ª.

Nota:— As companhias ou agências de seguros ou capitalização que mantêm mais de uma carteira, pagarão a contribuição fixa correspondente a cada carteira.

64 - Seguros - Companhia com sede fora do Município 1ª.

BM

65 - Tapeçarias - Objetos de ornamentação - mercado 9ª.
66 - Tecidos - Fabricas com tecelagem, fiação ou estamparia 7ª.
67 - Idem, Idem, Idem, - escala media 8ª.
68 - Idem, Idem, Idem, pequena escala 9ª.
69 - Idem, Idem, com tecelagem, sómente 10ª.
70 - Telefones - Emprêsa de 3ª.
71 - Idem, Idem - menor escala 5ª.
72 - Terrenos - vendedor ou emprêsa vendedora de terrenos próprios ou de outrem, a prestação ou não 9ª.
73 - Xarqueada 9ª.

Imposto de Industrias e Profissões
Tabela Geral

Classes	De mais de 40 mil habitantes nº 1	De mais de 20 mil até 40 mil habitantes nº 2	De mais de 20 mil até 30 mil habitantes nº 3	De mais de 10 mil até 20 mil habitantes nº 4	De mais de 5 mil até 10 mil habitantes nº 5	De mais de 3 mil até 5 mil habitantes nº 6	De mais de 2 mil até 3 mil habitantes nº 7	até 2 mil habitantes nº 8
	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$
1ª.	5.000,00	4.550,00	4.000,00	3.500,00	3.000,00	2.500,00	2.000,00	1.500,00
2ª.	4.000,00	3.600,00	3.200,00	2.800,00	2.400,00	2.000,00	1.600,00	1.200,00
3ª.	3.500,00	3.150,00	2.800,00	2.450,00	2.100,00	1.750,00	1.400,00	1.050,00
4ª.	3.000,00	2.700,00	2.400,00	2.100,00	1.800,00	1.500,00	1.200,00	900,00
5ª.	2.500,00	2.250,00	2.000,00	1.750,00	1.500,00	1.250,00	1.000,00	750,00
6ª.	2.000,00	1.800,00	1.600,00	1.400,00	1.200,00	1.000,00	800,00	600,00
7ª.	1.800,00	1.620,00	1.440,00	1.260,00	1.080,00	900,00	720,00	540,00
8ª.	1.650,00	1.485,00	1.320,00	1.155,00	990,00	825,00	660,00	495,00
9ª.	1.500,00	1.350,00	1.200,00	1.050,00	900,00	750,00	600,00	450,00
10ª.	1.400,00	1.260,00	1.120,00	980,00	840,00	700,00	560,00	420,00
11ª.	1.300,00	1.170,00	1.040,00	910,00	780,00	650,00	520,00	390,00
12ª.	1.200,00	1.080,00	960,00	840,00	720,00	600,00	480,00	360,00
13ª.	1.100,00	990,00	880,00	770,00	660,00	550,00	440,00	330,00
14ª.	1.000,00	900,00	800,00	700,00	600,00	500,00	400,00	300,00
15ª.	950,00	855,00	760,00	665,00	570,00	475,00	380,00	285,00
16ª.	900,00	810,00	720,00	630,00	540,00	450,00	360,00	270,00
17ª.	850,00	765,00	680,00	595,00	510,00	425,00	340,00	255,00
18ª.	800,00	720,00	640,00	560,00	480,00	400,00	320,00	240,00
19ª.	750,00	675,00	600,00	452,00	450,00	375,00	300,00	225,00
20ª.	700,00	630,00	560,00	490,00	420,00	350,00	280,00	210,00
21ª.	650,00	585,00	520,00	455,00	390,00	325,00	260,00	195,00
22ª.	600,00	540,00	480,00	420,00	360,00	300,00	240,00	180,00
23ª.	550,00	495,00	440,00	385,00	330,00	275,00	220,00	165,00
24ª.	500,00	450,00	400,00	350,00	300,00	250,00	200,00	150,00
25ª.	450,00	395,00	360,00	315,00	270,00	225,00	180,00	135,00

26ª.	400,00	360,00	320,00	280,00	240,00	200,00	160,00	120,00
27ª.	350,00	315,00	280,00	245,00	210,00	175,00	140,00	105,00
28ª.	300,00	270,00	240,00	210,00	180,00	150,00	120,00	90,00
29ª.	250,00	225,00	200,00	175,00	150,00	125,00	100,00	75,00
30ª.	200,00	180,00	160,00	140,00	120,00	100,00	80,00	60,00
31ª.	150,00	135,00	120,00	105,00	90,00	75,00	60,00	45,00
32ª.	120,00	108,00	96,00	84,00	72,00	60,00	48,00	36,00
33ª.	100,00	90,00	80,00	70,00	60,00	50,00	40,00	30,00
34ª.	80,00	72,00	64,00	56,00	48,00	40,00	32,00	24,00
35ª.	60,00	54,00	48,00	42,00	36,00	30,00	24,00	18,00

Imposto de Industrias e Profissões

Série A - Comercio

Numeros	Especificações	Classes
1	– Acessorios ou Peças Para Automoveis:	
	por atacado:	
	a) em grande escala	10ª.
	b) em escala media	14ª.
	c) em pequena escala	16ª.
	a varejo:	
	d) em grande escala	12ª.
	e) em escala média	18ª.
	f) em pequena escala	25ª.
	g) em escala minima	28ª.
2	– Açougue de Carne Verde, Inclusive Toucinho:	
	a) com venda diária de mais de 300 quilos	20ª.
	b) de mais de 200 a 300 quilos	25ª.
	c) de 100 a 200 quilos	28ª.
	d) de menos de 100 quilos	30ª.
	e) com venda não diária, em escala média	32ª.
	f) idem, em pequena escala	34ª.
3	– Adubos Quimicos:	
	por atacado:	
	a) em grande escala	20ª.
	b) em menor escala	26ª.
	a varejo:	
	c) em grande escala	26ª.
	d) em escala media	30ª.
	e) em menor escala	32ª.
	f) em pequena escala	33ª.
	g) em escala minima	35ª.
4	– Agencia de Informações, beilões ou negócios:	
	a) em grande escala	18ª.
	b) em escala média	20ª.
	c) em menor escala	22ª.
	d) em pequena escala	25ª.
	e) em escala minima	30ª.
5	– Aguardente:	
	Por atacado:	
	a) em menor escala	5ª.
	a varejo:	
	b) em grande	6ª.
	c) em escala media	8ª.

d) em pequena escala 14ª.
e) em escala mínima 22ª.

6 - Águas Minerais Naturais:

Por atacado:

a) em grande escala 18ª.
b) em menor escala 22ª.

a varejo:

c) em grande escala 18ª.
d) em escala média 20ª.
e) em menor escala 26ª.
f) em pequena escala 31ª.
g) em escala mínima 34ª.

7 - Águas Gazificadas ou não, Minerais Artificiais; de sifão ou soda, hidromel, refrescos gazosos, suco de frutas, Guaraná, tônicas, outras semelhantes, sem alcool:

Por atacado:

a) em grande escala 16ª.
b) em menor escala 18ª.

a varejo:

c) em grande escala 19ª.
d) em escala média 24ª.
e) em pequena escala 28ª.
f) em escala mínima 33ª.

8 - Alcool Para Fins Industriais (não desnaturado):

por atacado:

a) em grande escala 6ª.
b) em menor escala 9ª.

a varejo:

c) em grande escala 9ª.
d) em escala média 14ª.
e) em pequena escala 33ª.
f) em escala mínima 35ª.

9 – Alfafa, feno e outras forragens:

Por atacado:

a) em grande escala 20%.
b) em menor escala 24%.

a varejo:

c) em grande escala 20%.
d) em escala média 27%.
e) em pequena escala 30%.
f) em escala minima 35%.

10 – Algodão não Beneficiado:

Por atacado:

a) em grande escala 12%.
b) em menor escala 14%.

11 – Algodão Beneficiado:

Por atacado:

a) em grande escala 6%.
b) em menor escala 10%.

12 – Alhos (vide cebolas).

13 – Aniagem (sacos de):

Por atacado:

a) em grande escala 18%.
b) em menor escala 22%.

a varejo:

c) em grande escala 22%.
d) em escala média 28%.
e) em escala minima 32%.

14 – Anuncios (Emprêsa ou Agencia de)

a) de grande movimento 18%.
b) de menor movimento 24%.
c) de pequeno movimento 30%.

15 – Aparelhos Eletricos ou Objetos de Iluminação:

por atacado:

a) em menor escala 3%

a varejo:

b) em grande escala 4$.
c) em escala média 6$.
d) em menor escala 12$.
e) em pequena escala 18$.
f) em escala mínima 26$.

16 – Araame farpado ou não (para tapume):

por atacado:

a) em grande escala 10$.
b) em menor escala 16$.

a varejo:

c) em grande escala 16$.
d) em pequena escala 30$.
e) em escala mínima 35$.

17 – Araruta e semelhantes (farinha de):

por atacado:

a) em grande escala 18$.
b) em menor escala 22$.

a varejo:

c) em grande escala 28$.
d) em escala média 30$.
e) em pequena escala 32$.
f) em escala mínima 35$.

18 – Areia, Cascalho, Saibros:

a) em grande escala 20$.
b) em menor escala 24$.
c) em pequena escala 30$.
d) em escala mínima 34$.

19 – Armarinhos:

Por atacado:

a) em grande escala 4$.
b) em menor escala 8$.

a varejo:

c) em grande escala 6$.
d) em escala média 9$.
e) em menor escala 14$.
f) em pequena escala 24$
g) em escala mínima 30$.

20 - Armas de Fogo - casa especial de armas e munições ou sómente armas de fogo:
a) em menor escala 3$.
b) em escala média 6$.
c) em pequena escala 10$.

21 - Armas de fogo e munições ou sómente armas de fogo - não sendo casa especial:
a) em grande escala 6$.
b) em escala média 9$.
c) em menor escala 14$.
d) em pequena escala 18$.
e) em escala mínima 22$.

22 - Armazens - cobrando armazenagens e relenefiamento, etc.:
a) de grande escala 8$.
b) em escala média 12$
c) em pequena escala 14$.
d) em escala mínima 18$.

23 - Arreios, Artefatos de couro e seus Pertences e objetos de Viagens:
Por atacado:
a) em grande escala 6$.
b) em menor escala 8$.
a varejo;
c) em grande escala 8$.
d) em escala média 14$.
e) em menor escala 20$.
f) em pequena escala 24$.

b) usados, em grande escala 4$.
c) em escala média 6$.
d) em menor escala 9$.
e) em pequena escala 12$.
f) em escala mínima 16$.

29 - Artes e Ofícios:

a) em grande escala 18$
b) em escala média 24$.
c) em menor escala 28$
d) em pequena escala 30$
e) em escala mínima 35$

30 - Aviário - estabelecimento especial para Comércio de aves, vendendo também leitões:

a) em grande escala 18$.
b) em escala média 24$.
c) em menor escala 30$.
d) em pequena escala 34$.

31 - Azulejos, ladrilhos, Mosaicos ou Artigos Semelhantes:

a) em grande escala 6$.
b) em escala média 8$.
c) em menor escala 14$.
d) em pequena escala 18$.
e) em escala mínima 24$.

32 - Balas, Doces, confeitos e caramelos:

Por atacado:

a) em grande escala 10$.
b) em menor escala 14$.

a varejo:

c) em grande escala 14$.
d) em escala média 18$.
e) em menor escala 22$.
f) em pequena escala 30$.

b) usados, em grande escala 4$.
c) em escala média 6$.
d) em menor escala 9$.
e) em pequena escala 12$.
f) em escala mínima 16$.

29 – Artes e Ofícios:

a) em grande escala 18$
b) em escala média 24$
c) em menor escala 28$
d) em pequena escala 30$
e) em escala mínima 35$

30 – Aviário – estabelecimento especial para Comércio de aves, Vendendo também leitões:

a) em grande escala 18$.
b) em escala média 24$.
c) em menor escala 30$.
d) em pequena escala 34$.

31 – Azulejos, ladrilhos, Mosaicos ou Artigos Semelhantes:

a) em grande escala 6$.
b) em escala média 8$.
c) em menor escala 14$.
d) em pequena escala 18$.
e) em escala mínima 24$.

32 – Balas, Doces, confeitos e caramelos:

Por atacado:

a) em grande escala 10$.
b) em menor escala 14$.

a varejo:

c) em grande escala 14$.
d) em escala média 18$.
e) em menor escala 22$.
f) em pequena escala 30$.

g) em escala mínima 34ª.

33 - Bandejas (vidros louças, loucados, esmaltados e artigos semelhantes)

34 - Banha:

Por atacado:

a) em grande escala 16ª.
b) em escala média 21ª.
c) em menor escala 23ª
d) em pequena escala 25ª.

35 - Banhos Elétricos ou Duchas:

a) estabelecimento de 1ª classe 18ª.
b) idem, de 2ª classe 22ª.
c) idem, de 3ª classe 26ª.
d) idem, de 4ª classe 30ª.

36 - Bar:

a) casa de 2ª ordem 2ª.
b) idem, de 3ª ordem 4ª.
c) idem, de 4ª ordem 6ª.
d) idem, de 5ª ordem 8ª.
e) idem, de 6ª ordem 12ª.

(Quanto aos estabelecimentos denominados Bars, não serão feitos lançamentos anexos de bebidas).

37 - Bar-Restaurante:

a) casa de 2ª ordem 1ª.
b) idem, de 3ª ordem 3ª.
c) idem, de 4ª ordem 5ª.
d) idem, de 5ª ordem 7ª.
e) idem, de 6ª classe 11ª.

(Quanto aos estabelecimentos denominados Bar-Restaurantes não serão feitos lançamentos anexos de bebidas)

38 - Baralhos e artigos para jogos:

a) em escala media 14%.
b) em pequena escala 18%.
c) em escala minima 26%.

39 – Barbearia:

a) com mais de 20 cadeiras 18%.
b) com mais de 15 até 20 cadeiras 20%.
c) com mais de 10 até 15 cadeiras 22%.
d) com mais de 6 até 10 cadeiras 24%.
e) com mais de 4 até 6 cadeiras 28%.
f) com mais de 2 até 4 cadeiras 31%.
g) até 2 cadeiras 35%.

40 – Baritina:

a) em grande escala 25%.
b) em menor escala 28%.
c) em pequena escala 32%.
d) em escala minima 34%.

41 – Barris, fipas, Toneis (artigos de tanoaria):

a) em grande escala 24%.
b) em escala média 28%.
c) em menor escala 31%.
d) em pequena escala 33%.
e) em escala minima 35%.

42 – Bazar:

a) em escala média 4%.
b) em pequena escala 10%.
c) em escala minima 16%.

43 – Bebidas Alcoolicas:

Por atacado:

a) em escala média 2%.
b) em menor escala 4%.
c) em pequena escala 8%.
d) em escala minima 16%.

a varejo:

e) em grande escala 3%.
f) em escala média 5%.
g) em menor escala 9%.
h) em pequena escala 12%.
i) em escala mínima 20%.

44 – Bebidas Alcoólicas. Todos os estabelecimentos que, além de outros artigos, venderem bebidas alcoólicas, a varejo, ficarão sujeitos aos seguintes lançamentos, como anexos à tributação que lhes couber, tendo-se em vista o sortimento da Casa:

a) 4%.
b) 5%.
c) 7%.
d) 9%.
e) 14%.
f) 20%.

45 – Belchior:

a) em grande escala 18%.
b) em escala média 26%.
c) em menor escala 25%.
d) em pequena escala 29%.
e) em escala mínima 32%.

46 – Bicicletas – Velocípedes:

a) em grande escala 15%.
b) em escala média 19%.
c) em pequena escala 23%.
d) alugador, em maior escala – com oficina de concertos 25%.
e) em pequena escala, idem 30%.
f) sem oficina de concertos 35%.

47 – Bijuterias – brelogues, enfeites, adornos:

a) em grande escala 4%.

b) em escala média 6$.
c) em menor escala 9$.
d) em pequena escala 16$.
e) em escala mínima 26$.

48 – Billhas – estabelecimento com um só billhar 30$.
O estabelecimento com maior número de billhares pagará, de cada um excedente, mais a taxa fixa de cit

49 – Biscoutos:
Por atacado:
a) em grande escala 14$.
b) em menor escala 18$.
a varejo:
c) em grande escala 18$.
d) em escala média 20$.
e) em menor escala 24$.
f) em pequena escala 29$.
g) em escala mínima 33$.

50 – Bonecas:
a) em grande escala 18$.
b) em escala média 22$.
c) em menor escala 26$.
d) em pequena escala 30$.
e) em escala mínima 34$.

51 – Bonés, Boinas, Gorros:
a) em grande escala 20$.
b) em escala média 26$.
c) em menor escala 30$.
d) em pequena escala 33$.
e) em escala mínima 35$.

52 – Bordados:
a) em grande escala 20$.
b) em escala média 26$.

c) em menor escala 30%.
d) em pequena escala 33%.
e) em escala mínima 35%.

53 – Borracha (artigos de):
a) em grande escala 18%.
b) em escala média 24%.
c) em menor escala 30%.
d) em pequena escala 34%.

54 – Botequim:
a) casa de 2ª. ordem 4%.
b) idem, de 3ª ordem 6%.
c) idem, de 4ª ordem 8%.
d) idem, de 5ª ordem 10%.
e) idem, de 6ª ordem 14%.
(Quanto aos botequins, não se farão anexos de bebidas).

55 – Brinquedos:
a) em grande escala 6%.
b) em escala média 12%.
c) em menor escala 18%.
d) em pequena escala 24%.
e) em escala mínima 30%.

56 – Cabeleireiro para Senhoras:
a) salão de 1ª ordem 14%.
b) idem, de 2ª ordem 18%.
c) idem, de 3ª ordem 22%.
d) idem, de 4ª ordem 26%.
e) idem, de 5ª ordem 31%.

57 – Cacáu:
a) em grande escala 24%.
b) em escala média 28%.
c) em menor escala 32%.
d) em pequena escala 34%.

58 – Cachimbos, Piteiras e Semelhantes:

a) em grande escala 1$.
b) em escala média 2$.
c) em menor escala 2$.
d) em pequena escala 3$.
e) em escala mínima 3$.

59 – Cadarços, Barbantes em peças ou Novelos:

a) em grande escala 2$.
b) em escala média 2$.
c) em menor escala 2$.
d) em pequena escala 3$.
e) em escala mínima 3$.

60 – Cadeiras Para Dentista ou Barbeiros:

a) em grande escala 1$
b) em escala média 1$
c) em menor escala 2$
d) em pequena escala 2$.

61 – Café – Mercador, comissário ou negociante, por atacado, tendo ou não máquina de beneficiar:

a) movimento de mais de 50.000 sacas 1$.
b) Idem, de mais de 30.000 até 50.000 sacas 4$.
c) Idem, de mais de 20.000 até 30.000 sacas 5$.
d) Idem, de mais de 15.000 até 20.000 sacas 6$.
e) Idem, de mais de 10.000 até 15.000 sacas 9$.
f) Idem, de mais de 5.000 até 10.000 sacas 14$.
g) Idem, até 5.000 sacas 24$.

62 – Café – Em chicaras (estabelecimento denominado):

a) de 1ª. Categoria, sem bebidas alcoolicas 1$.
b) de 2ª. Categoria, 2$.
c) de 3ª Categoria, 2$.
d) de 4ª categoria 2$.
e) de 5ª categoria 2$.
f) de 6ª categoria 2$.

g) de 7ª. Categoria 29ª.
h) de 8ª. categoria 30ª.
i) de 9ª categoria 32ª.

63 – Caixas, Caixinhas, Caixotes, Baus e Semelhantes:

a) em grande escala 18ª.
b) em escala média 24ª.
c) em menor escala 28ª.
d) em pequena escala 32ª.
e) em escala mínima 34ª.

64 – Cal:

a) em grande escala 10ª.
b) em escala média 14ª.
c) em menor escala 18ª.
d) em pequena escala 22ª.
e) em escala mínima 28ª.

65 – Calçados:

Por atacado

a) em grande escala 5ª.
b) em menor escala 8ª.

a varejo

c) em grande escala 8ª.
d) em escala média 12ª.
e) em menor escala 14ª.
f) em pequena escala 20ª.
g) em escala mínima 24ª.

66 – Calçados, Chapéus, Guardas Chuvas, Sombrinhas, Bengalas:

Por atacado:

a) em grande escala 4ª.
b) em menor escala 8ª.

a varejo:

c) em grande escala 8ª.

d) em escala média 12$.
e) em menor escala 14$.
f) em pequena escala 20$.
g) em escala mínima 24$.

67 – Caldo de Cana, Garapas e Caldo de Frutas:
a) em grande escala 25$.
b) em escala média 28$.
c) em pequena escala 32$.
d) em escala mínima 35$.

68 – Camisaria – Artigos para homens:
a) em grande escala 6$.
b) em escala média 10$.
c) em menor escala 14$.
d) em pequena escala 18$.
e) em escala mínima 22$.

69 – Capas, Capotes e Sobretudos, para homens e Senhoras:
a) em grande escala 8$.
b) em escala média 12$.
c) em menor escala 16$.
d) em pequena escala 22$.
e) em escala mínima 28$.

70 – Carnes Verdes – Marchantes:
a) em grande escala 18$.
b) em escala média 24$.
c) em pequena escala 28$.

71 – Carnes Sêca – Xarques ou em Conserva:
a) em grande escala 12$.
b) em escala média 18$.
c) em pequena escala 24$.
d) em escala mínima 30$.

72 – Carros, Carroças e Semelhantes:
a) em grande escala 16$.

b) em escala média 20$.
c) em menor escala 24$.
d) em pequena escala 30$.
e) em escala mínima 34$.

73 - Parreira Vegetal:

a) em grande escala 20$
b) em escala média 24$
c) em menor escala 28$.
d) em pequena escala 32$.
e) em escala mínima 34$.

74 - Casa de Pasto:

a) de 1ª. ordem 14$.
b) de 2ª. ordem 18$.
c) de 3ª ordem 24$.
d) de 4ª ordem 28$.
e) de 5ª ordem 32$.
f) de 6ª ordem 34$.

75 - Casa de Saúde - Sanatório - Hotel Para Convalescentes:

a) Cobrando diária superior a cr$ 30,00, pagará por quarto, anualmente..... 35,00
b) cobrando diária de cr$ 20,00, a cr$ 30,00, pagará, por quarto, anualmente..... 30,00
c) cobrando diária de cr$ 12,00 até cr$ 20,00, pagará, por quarto, anualmente..... 25,00
d) cobrando diária inferior a cr$ 12,00, pagará, por quarto, anualmente..... 18,00

Nota: No caso de existirem apartamentos ou quartos para diversos preços, permanentemente, procurar-se-á obter o preço médio para o lançamento e considerar-se-á cada apartamento equivalente a dois quartos.

Se variarem os preços dos mesmos quartos em diferentes épocas do ano, far-se-á o lançamento adotando-se o preço maior.

Excluem-se os quartos ocupados pelo proprietario ou gerencia, até o numero de dois, no máximo.

76 – Casa de Hospedagem – alugando apenas aposentos mobiliados ou não – Vide Hotel

77 – Cascas Vegetais:

a) em grande escala 24%.
b) em menor escala 30%.
c) em pequena escala 34%.

78 – Casemiras, Brins, em Peças ou Cortes Para Homens:

a) em grande escala 8%.
b) em escala média 12%.
c) em menor escala 16%.
d) em pequena escala 20%.
e) em escala minima 24%.

79 – Cebolas ou Alhos, Batatas e Semelhantes:

Por atacado:

a) em grande escala 14%.
b) em menor escala 20%.
c) em pequena escala 28%.
d) em escala minima 34%.

80 – Cêra, Sebo, Graxas e Semelhantes:

a) em grande escala 20%.
b) em escala média 24%.
c) em menor escala 29%.
d) em pequena escala 33%.
e) em escala minima 35%.

81 – Cerâmica – (produtos artisticos e utensilios de) manilhas, Vasos, artefatos de barro:

a) em grande escala 10%
b) em escala média 14%
c) em menor escala 20%
d) em pequena escala 26%
e) em escala mínima 32%

82 - Cereais:

Por atacado

a) em grande escala 5%
b) em menor escala 10%

a varejo:

c) em grande escala 12%
d) em escala média 16%
e) em pequena escala 20%
f) em escala mínima 30%

83 - Chá:

a) em grande escala 10%
b) em escala média 14%
c) em menor escala 20%
d) em pequena escala 26%
e) em escala mínima 30%

84 - Chapéus para Homens ou Senhoras:

Por atacado:

a) em grande escala 4%
b) em menor escala 8%

a varejo:

c) em grande escala 8%
d) em escala média 14%
e) em menor escala 18%
f) em pequena escala 22%
g) em escala mínima 30%

85 - Chapéus de Sol, Sombrinhas, Bengalas e Semelhantes:

Por atacado:

a) em grande escala 14%

b) em menor escala 17%
a varejo:
c) em grande escala 18%.
d) em escala média 22%.
e) em pequena escala 26%.
f) em escala mínima 34%.

86 – Charutaria – Vendendo fumo, cravitos, cigarros, cigarrilhas, rapé, fumo desfiado, migado ou em pó:
a) em escala média 5%.
b) em menor escala 10%.
c) em pequena escala 15%.
d) em escala mínima 20%.

87 – Chinelos, Alpercatas ou semelhantes:
Por atacado:
a) em grande escala 16%.
b) em menor escala 22%.
a varejo: (Vide calçados)

88 – Chocolate, confeitos, Doces (Vide balas)

89 – Chumbo (artigos de) em barra, canos, ou laminados:
a) em grande escala 14%.
b) em escala média 20%.
c) em menor escala 26%.
d) em pequena escala 32%.

90 – Cigarros, Cigarrilhas, Charutos, Rapés, fumo Desfiado, Migado ou em pó, não sendo casa especial:
a) em grande escala 20%.
b) em escala média 25%.
c) em escala menor 28%.
d) em pequena escala 32%.
e) em casa mínima 38%.

91 – Cimento:

Por atacado:

a) em menor escala — 6%

a varejo:

b) em grande escala — 6%

c) em escala média — 8%

d) em pequena escala — 16%

e) em escala mínima — 22%

92 – Cimento – artefatos de cimento armado, inclusive os fabricados pelos próprios construtores:

a) em menor escala — 10%

b) em escala média — 14%

c) em pequena escala — 18%

d) em escala mínima — 22%

e) em escala ínfima — 30%

93 – Cinematógrafo, ou semelhante, funcionando diàriamente:

a) com frequência presumida de mais de 200 assistentes — 1%

b) de mais de 100 até 200 — 4%

c) até 100 assistentes — 8%

d) de assistência superior a 200, não diariamente — 12%

e) de 100 a 200, não diariamente — 20%

f) inferior a 100, não diàriamente — 24%

94 – Cintas, Coletes, Espartilhos:

a) em grande escala — 18%

b) em escala média — 22%

c) em menor escala — 26%

d) em pequena escala — 30%

e) em escala mínima — 34%

95 – Cirurgia – instrumentos cirúrgicos e científicos, material dentário, inclusive cadeiras e outros moveis:

a) em grande escala — 5%

b) em escala média 9%
c) em menor escala 14%
d) em pequena escala 18%
e) em escala mínima 22%

96 – Cobre em Barra, Fios ou Obras:
a) em grande escala 3%
b) em escala média 14%
c) em menor escala 18%
d) em pequena escala 22%
e) em escala mínima 26%

97 – Cocheiras ou Estábulos de Aluguel ou tratos de Animais:
a) em grande escala 26%
b) em escala média 30%
c) em pequena escala 34%

98 – Cofres, Arquivos, Móveis de Aço ou de Ferro:
a) em menor escala 2%
b) em escala média 6%
c) em pequena escala 10%
d) em escala mínima 16%

99 – Colchões, Almofadas, Acolchoados:
a) em grande escala 18%
b) em escala média 24%
c) em menor escala 30%
d) em pequena escala 33%
e) em escala mínima 35%

100 – Comissões, Consignações ou Suprimentos S/ Ordens ou Conhecimentos de Mercadorias:
a) em grande escala 5%
b) em escala média 9%
c) em pequena escala 12%

101 – Confeitarias ou Pastelarias, vendendo também pães, roscas, bolachas e biscoitos:

a) em grande escala 8%.
b) em escala média 14%.
c) em menor escala 20%.
d) em pequena escala 28%.
e) em escala mínima 34%.

102 - Conservas:

a) em grande escala 20%.
b) em escala média 24%.
c) em menor escala 28%.
d) em pequena escala 32%.
e) em escala mínima 34%.

103 - Construções (material de)

Por atacado:

a) em menor escala 2%.

A varejo:

b) em grande escala 2%.
c) em escala média 6%.
d) em menor escala 12%.
e) em pequena escala 18%.
f) em escala mínima 24%.

Nota: Os construtores e empreiteiros que tenham depósitos de materiais, mesmo que sejam êstes para emprêgo em suas obras, estão sujeitos ao pagamento do imposto sôbre os mesmos, conforme a classificação adequada.

104 - Corôas, Ramalhetes e Flores artificiais:

a) em grande escala 24%.
b) em escala média 28%.
c) em pequena escala 32%.
d) em escala mínima 35%.

105 - Couros Preparados ou Curtidos e Solas:

a) em grande escala 10%.

b) em escala média 14%.
c) em menor escala 18%.
d) em pequena escala 22%.
e) em escala mínima 28%.

106 - Couros Sêcos ou Salgados:
a) em grande escala 24%.
b) em escala média 26%.
c) em escala mínima 32%.

107 - Cristais ou Vidros em Geral, cobridos, estampados ou simples:
a) em Grande escala 8%.
b) em escala média 12%.
c) em menor escala 18%.
d) em pequena escala 22%.
e) em escala mínima 28%.

108 - Diamantes e Pedras Preciosas:
a) em menor escala 3%.
b) em escala média 6%.
c) em pequena escala 10%.
d) em escala mínima 14%.
e) em escala ínfima 18%.

109 - Discos de Radiola, Vitrola e congêneres:
a) em grande escala 12%.
b) em escala média 16%.
c) em menor escala 22%.
d) em pequena escala 26%.
e) em escala mínima 30%.

110 - Divertimentos Públicos:
a) de quaisquer natureza, não especificados 20%.
b) casa de bailes 30%.

111 - Drogarias:
Por atacado
a) em menor escala 5%.

a varejo:

b) em grande escala	5$.
c) em escala média	8$.
d) em menor escala	12$.
e) em pequena escala	18$.
f) em escala mínima	20$.

112 – Drogaria e Farmácia:

a) em grande escala	6$.
b) em escala média	10$.
c) em menor escala	14$.
d) em pequena escala	18$.
e) em escala mínima	22$.

113 – Dinamites e outros Explosivos:

a) em grande escala	16$.
b) em escala media	20$.
c) em pequena escala	26$.
d) em escala mínima	28$.

114 – Engraxante: - Salão de uma até duas cadeiras - vendendo ou não cordões e graxas: 35$.

Nota: Do que exceder de duas cadeiras, cobrar-se-á, por cadeira, metade da taxa de lançamento constante do número acima.

115 – Escola de Corte e Costura:

a) de grande movimento	26$.
b) de movimento médio	30$
c) de movimento mínimo	34$.

116 – Escola de Dança:

a) de maior movimento	25$.
b) de menor movimento	30$.

117 – Escovas, Vassouras, Espanadores e Semelhantes:

a) em grande escala	16$.
b) em escala média	20$.
c) em menor escala	26$.

d) em pequena escala 30%.
e) em escala mínima 34%

118 – Escritório de Vendas, Mediante Amostras:

a) em grande escala 18%.
b) em escala média 22%.
c) em pequena escala 26%.
d) em escala mínima 30%.

Nota: Para escritórios de qualquer outra atividade não especificada e que não se empregue ou forneça material, os lançamentos serão os mesmos do numero precedente.

119 – Escultura (objetos de):

a) em grande escala 14%.
b) em escala média 18%.
c) em menor escala 24%.
d) em pequena escala 28%.
e) em escala mínima 32%.

120 – Espelhos, Estampas, Quadros, Molduras, Cartões Postais:

a) em grande escala 14%.
b) em escala média 18%.
c) em menor escala 23%.
d) em pequena escala 27%.
e) em escala mínima 32%.

121 – Esteiras, Cestos de tecidos de Palha, Estopas e Invólucros para Garrafas:

a) em grande escala 18%.
b) em escala média 22%.
c) em menor escala 28%.
d) em pequena escala 34%.
e) em escala mínima 35%.

122 – Essências, Vernizes e Semelhantes:

a) em grande escala 20%
b) em escala média 24%
c) em menor escala 28%
d) em pequena escala 31%
e) em escala mínima 34%

123 - Exportadores de mercadorias não especificadas:
a) em grande escala 8%
b) em escala média 12%
c) em pequena escala 18%
d) em escala mínima 22%

124 - Farmácia:
a) em grande escala 10%
b) em escala média 14%
c) em menor escala 18%
d) em pequena escala 22%
e) em escala mínima 26%

Nota: As farmácias e drogarias que venderem preparados próprios ou perfumarias, ficarão sujeitas ao pagamento integral das contribuições fixas que competirem as espécies vendidas.

125 - Farinha de trigo e massas derivadas:
Por atacado:
a) em grande escala 3%
b) em menor escala 8%
a varejo:
c) em grande escala 10%
d) em escala média 14%
e) em pequena escala 18%
f) em escala mínima 24%

126 - Fazendas:
Por atacado:
a) em escala média 6%

b) em pequena escala 9$.

a varejo:

c) em grande escala 3$.

d) em escala média 12$.

e) em menor escala 16$.

f) em pequena escala 18$.

g) em escala mínima 26$.

127 - Fazendas, Armarinhos:

Por atacado:

a) em escala média 5$.

b) em pequena escala 9$.

a varejo:

c) em grande escala 7$.

d) em escala média 9$.

e) em menor escala 13$.

f) em pequena escala 16$

g) em escala mínima 24$.

128 - Fazendas, Armarinhos, Terragens, Louças, Calçados, Roupas Feitas, Chapéus, Arreios:

Por atacado:

a) em escala média 4$.

b) em pequena escala 6$.

a varejo:

c) em grande escala 5$.

d) em escala média 8$.

e) em menor escala 10$.

f) em pequena escala 14$.

g) em escala mínima 18$.

129 - Fazendas, Modas e Confecções: - Comerciante ou mercador com instalações temporárias, seja em hospedarias, hotéis, ou seja em residências particulares, expondo ou oferecendo à venda mercadorias, do seu comer-

cio, em malas armário, caixas, pacotes, ou invólucros semelhantes, ou por qualquer outro meio:

a) em grande escala 4ª.
b) em escala média 8ª.
c) em menor escala 14ª.
d) em pequena escala 18ª.
e) em escala mínima 22ª.

130 - Fazendas, Modas e Confecções, idem, idem, com vendas a dinheiro ou a prestações:

a) em grande escala 4ª.
b) em escala média 8ª.
c) em menor escala 14ª.
d) em pequena escala 18ª.
e) em escala mínima 22ª.

131 - Ferragens:

Por atacado:

a) em escala média 4ª.
b) em pequena escala 8ª.

a Varejo:

c) em grande escala 6ª.
d) em escala média 8ª.
e) em menor escala 12ª.
f) em pequena escala 18ª.
g) em escala mínima 22ª.

132 - Ferragens, louças, outras Mercadorias Semelhantes, Armarinhos, tintas, Gêneros a Varejo:

a) em grande escala 4ª.
b) em escala média 6ª.
c) em menor escala 10ª.
d) em pequena escala 16ª.
e) em escala mínima 20ª.

133 - Ferro (Em Fios) ou Aço laminado, para Cons.

trução:

Por atacado:

a) em grande escala 1%.
b) em pequena escala 4%.

a varejo:

c) em grande escala 5%.
d) em escala média 8%.
e) em menor escala 12%.
f) em pequena escala 16%.
g) em escala mínima 20%.

134 - Ferro velho:

a) em grande escala 26%
b) em escala média 30%
c) em pequena escala 34%.

135 - Figuras de Marmore, Gesso, Louça ou Barro:

a) em grande escala 16%
b) em escala média 20%.
c) em menor escala 26%.
d) em pequena escala 28%.
e) em escala mínima 32%.

136 - Figurinos, Revistas, Folhinhas, Jornais (agências de):

a) em grande escala 20%.
b) em escala média 24%.
c) em menor escala 30%.
d) em pequena escala 34%.

137 - Filmes; locadores ou Sub-locadores:

a) em grande escala 14%.
b) em escala média 18%.
c) em pequena escala 20%.

138 - Flores Naturais:

a) em grande escala 22%.
b) em escala média 26%.

c) em pequena escala 31%
d) em escala mínima 35%

139 - Fósforos:

Por atacado:

a) em grande escala 10%
b) em menor escala 14%

a varejo:

c) em grande escala 14%
d) em escala média 18%
e) em pequena escala 22%
f) em escala mínima 28%

140 - Fogões, Aquecedores ou Fogareiros:

a) em grande escala 16%
b) em escala média 20%
c) em menor escala 24%
d) em pequena escala 28%
e) em escala mínima 32%

141 - Fogos de Artifícios:

a) em grande escala 22%
b) em escala média 26%
c) em menor escala 30%
d) em pequena escala 33%
e) em escala mínima 35%

142 - Folhas, Latas, Baús e Congêneres:

a) em grande escala 20%
b) em escala média 24%
c) em menor escala 30%
d) em pequena escala 34%

143 - Forragens:

a) em grande escala 23%
b) em escalax média 27%
c) em pequena escala 31%
d) em escala mínima 35%

144 - Fotografia - Material Fotográfico:

a) em grande escala 14%
b) em escala média 18%
c) em menor escala 22%
d) em pequena escala 26%
e) em escala mínima 30%

145 - Frutas Nacionais:

a) em grande escala 26%
b) em escala média 30%
c) em pequena escala 34%
d) em escala mínima 35%

146 - Frutas Nacionais e Estrangeiras:

a) em grande escala 20%
b) em escala média 24%
c) em menor escala 28%
d) em pequena escala 31%
e) ~~essala~~ escala mínima 34%

147 - Fumos em corda, Desfiado, Picado, Prensado, ou em Folhas, com Cigarros, Charutos e Artigos para Fumantes:

Por atacado:

a) em escala média 3%
b) em pequena escala 8%

a varejo:

c) em grande escala 6%
d) em escala média 8%
e) em menor escala 12%
f) em pequena escala 16%
g) em escala mínima 22%

148 - Garages para Depósitos de Automoveis, Mediante Aluguel, tendo Oficina de Limpeza e Consertos:

a) em grande escala 10%
b) em escala média 15%

c) em menor escala 20%.
d) em pequena escala 25%.
e) não tendo oficina, em maior escala 26%.
f) em pequena escala 30%.
g) em escala mínima 34%.

149 – Gêlo:

a) em grande escala 20%.
b) em escala média 25%.
c) em menor escala 30%.
d) em pequena escala 33%.
e) em escala mínima 35%.

150 – Gêneros Alimentícios, Nacionais:

Por atacado:

a) em grande escala 5%.
b) em escala média 8%.
c) em pequena escala 11%.

151 – Gêneros Alimentícios, Nacionais ou Estrangeiros:

a varejo:

a) em grande escala 6%.
b) em escala média 8%.
c) em menor escala 14%.
d) em pequena escala 24%.
e) em escala mínima 30%.

152 – Gramofones, Pitrolas, Fonógrafos e Semelhantes:

a) em grande escala 10%.
b) em escala média 14%.
c) em menor escala 20%.
d) em pequena escala 24%.
e) em escala mínima 30%.

153 – Graxas Para Couros e Calçados, Atacadores, Cordões e Artigos semelhantes:

a) em grande escala 20%.
b) em escala média 25%.

c) em pequena escala 30%.
d) em escala minima 35%.

154 – Guarda-chuva, Guarda-sol, Sombrinhas, Bengalas e Semelhantes:

a) em grande escala 14%
b) em escala media 18%
c) em menor escala 24%
d) em pequena escala 28%
e) em escala minima 32%.

155 – Hospedarias, Hoteis ou Pensões:

a) que cobrem diária superior a Cr$ 40,00, pagarão anualmente Cr$ 50,00 por quarto e mais 20% sôbre o locativo;
b) que cobrem diária de mais de Cr$ 30,00 até Cr$ 40,00, pagarão anualmente Cr$ 40,00 por quarto e mais 20% sôbre o locativo;
c) que cobrem diária de mais de Cr$ 20,00 até Cr$ 30,00, pagarão, anualmente Cr$ 30,00 por quarto e mais 20% sôbre o locativo;
d) que cobrem diária de mais Cr$ 10,00 até 20,00, pagarão, anualmente, Cr$ 20,00 por quarto e mais 20%, sôbre o locativo;
e) que cobrem diária até Cr$ 10,00, pagarão anualmente, Cr$ 20,00 por quarto e mais 20% sôbre o locativo.

Nota: – excluem-se os quartos utilizados pelo proprietario até o máximo de dois (2) e computa-se cada apartamento como dois (2) quartos.

Quando variarem os preços das hospedagens,

será tomado o preço maior para base do lançamento.

Quando variarem os preços permanentes dos quartos, em razão do maior ou menor conforto, por eles oferecido, tomar-se-á para base do lançamento a média dos diversos valores.

156 - Iluminação: - (objetos de):

a) em menor escala 4ª.
b) em escala média 6ª.
c) em pequena escala 12ª.
d) em escala mínima 18ª.
e) em escala ínfima 24ª.

157 - Imagens, Artigos para cultos Religiosos, Vasos, outros ornamentos e Efeitos congêneres:

a) em grande escala 12ª.
b) em escala média 18ª.
c) em pequena escala 24ª.
d) em escala mínima 32ª.

158 - Importador de Mercadoria Estrangeira

a) em escala média 2ª.
b) em pequena escala 6ª.
c) em escala mínima 12ª.

159 - Instrumentos e Objetos de Música:

a) em grande escala 10ª.
b) em escala média 20ª.
c) em pequena escala 30ª.

160 - Joias:

a) em menor escala 2ª.
b) em escala média 6ª.
c) em pequena escala 10ª.
d) em escala mínima 14ª.

161 - Jogos Permitidos:

a) Casa de 3ª ordem 1ª.

b) casa de 4ª. ordem 4$.
c) casa de 5ª. ordem 16$.
d) casa de 6ª ordem 20$.
e) casa de 7ª. ordem 30$.

162 – Formais, Retistas:

a) em grande escala 20$.
b) em escala média 24$.
c) em pequena escala 30$.
d) idem, em branca 33$.
e) idem, em menor escala 35$.

163 – Ladrilhos (vide azulejos)

164 – Laticínios:

a) em grande escala 17$.
b) em escala média 15$.
c) em menor escafa 22$.
d) em pequena escala 26$.
e) em escala mínima 33$.

165 – Leite: – Compradores, revendedores, tendo estabelecimento com câmara frigorífica, etc.:

a) em grande escala 16$.
b) em escala média 20$.
c) em menor escala 24$.
d) em pequena escafa 28$.
e) em escafa mínima 32$.

166 – Leiteria:

a) em grande escala 17$.
b) em escala média 21$.
c) em menor escala 25$.
d) em pequena escala 29$.
e) em escala mínima 32$.

167 – Lenharia – Com maquinismos:

a) em grande escala 22$.
b) em escala média 26$.

c) em pequena escala 30$.
d) com magazinissimos, em grande escala 30$.
e) idem, em escala media 33$.
f) em pequena escala 35$.

165 - Linhas ou fios:
a) em grande escala 6$.
b) em escala média 16$.
c) em menor escala 20$.
d) em pequena escala 26$.
e) em escala minima 30$.

169 - Livraria, ou Papelaria e Objetos de Escritório:
Por atacado:
a) em grande escala 5$.
b) em pequena escala 7$.
A varejo:
c) em grande escala 8$.
d) em escala média 12$.
e) em menor escala 18$.
f) em pequena escala 22$
g) em escala minima 28$.

170 - Lojas de ~~Fazenda~~ - Modas e Confecções que adotam o Sistema de Vendas Mediante pregão:
a) em grande escala 4$.
b) em escala média 6$.
c) em menor escala 10$.
d) em pequena escala 14$.
e) em escala minima 18$.

171 - Loterias:
a) Casa de 1ª ordem 5$.
b) Casa de 2ª ordem 10$.
c) Casa de 3ª ordem 20$.
d) Casa de 4ª. ordem 30$.

c) em pequena escala 8ª.
d) em escala mínima 12ª.

176 – Maquinas de costura e seus Pertences:
a) em menor escala 3ª.
b) em escala média 8ª.
c) em pequena escala 14ª.
d) em escala mínima 20ª.

177 – Máquinas usadas:
a) em grande escala 14ª.
b) em escala média 18ª.
c) em menor escala 24ª.
d) em pequena escala 27ª.
e) em escala mínima 31ª.

178 – Madeiras Preparadas ou não:
a) em grande escala 10ª.
b) em escala média 14ª.
c) em menor escala 18ª.
d) em pequena escala 22ª.
e) em escala mínima 25ª.

179 – Malas, Pariastras, Sacos de Couro ou de Lona e outros Artigos para Viagem:
Por atacado:
a) em grande escala 10ª.
b) em menor escala 12ª.
a Varejo:
c) em grande escala 12ª.
d) em escala média 18ª.
e) em pequena escala 24ª.
f) em escala mínima 28ª.

180 – Malhas (tecidos de):
Por atacado
a) em grande escala 10ª.
b) em menor escala 12ª.

a varejo:

c) em grande escala 12%.
d) em escala média 16%.
e) em menor escala 20%.
f) em pequena escala 24%.
g) em escala mínima 28%.

181 – Mamona:

a) em grande escala 22%.
b) em escala média 26%.
c) em menor escala 30%.
d) em pequena escala 32%.
e) em escala mínima 35%.

182 – Mármores (obras de):

a) em grande escala 12%.
b) em escala média 16%.
c) em pequena escala 24%.
d) não preparado – em grande escala 22%.
e) em pequena escala 24%.
f) em escala mínima 28%.

183 – Massas Alimentícias:

Por atacado:

a) em grande escala 12%.
b) em menor escala 16%.

a varejo:

c) em grande escala 16%.
d) em escala média 24%.
e) em pequena escala 30%.
f) em escala mínima 34%.

184 – Materiais para Construção (vide Construção):

185 – Medicamentos (vide Farmácia ou drogaria);

186 – Mercadorias ou Moveis, Calçados ou Casa de Vendas a Prestações:

a) em grande escala 2%.

b) em escala média 5%.
c) em menor escala 10%.
d) em pequena escala 16%.
e) em escala mínima 20%.

187 – Mercadorias. = Casas que Adotem o Sistema de Vendas Permanentes Mediante Pregão Público:
a) em grande escala 4%.
b) em escala média 6%.
c) em menor escala 10%.
d) em pequena escala 14%.
e) em escala mínima 18%.

188 – Mercearia - Casa ou pequeno Comércio de Generos alimenticios, Vasilhame de barro ou madeira para uso cotidiano:
a) em grande escala 24%.
b) em menor escala 30%
c) em escala mínima 35%.

189 – Mica, Cera, Etc.:
a) em grande escala 20%.
b) em escala média 24%.
c) em menor escala 28%.
d) em pequena escala 31%.
e) em escala mínima 34%.

190 – Minérios: (Comercio de):
a) em menor escala 3%.
b) em escala média 7%.
c) em pequena escala 13%.
d) em escala mínima 17%.

191 – Modas, Enfeites ou Aviamentos Para:
a) em grande escala 22%.
b) em escala média 26%.
c) em menor escala 30%.
d) em pequena escala 34%

192 - Molhados (casa de, exclusive bebidas alcoolicas):

a) em grande escala 20%.
b) em escala média 24%.
c) em menor escala 28%.
d) em pequena escala 32%.

193 - Motores, Dinamos, Etc.:

a) em menor escala 5%.
b) em escala média 9%
c) em pequena escala 14%.
d) em escala mínima 18%.

194 - Móveis, Colchões, Almofadas, Tapetes, Congoleums e Artigos Semelhantes:

a) em grande escala 4%.
b) em escala média 8%.
c) em menor escala 14%.
d) em pequena escala 18%.
e) em escala mínima 24%.

195 - Móveis:

a) em grande escala 6%.
b) em escala média 14%.
c) em menor escala 20%.
d) em pequena escala 24%.
e) em escala mínima 28%.

196 - Móveis Usado:

a) em grande escala 12%.
b) em escala média 14%.
c) em menor escala 20%.
d) em pequena escala 24%.
e) em escala mínima 30%.

197 - Móveis Asséptico:

a) em grande escala 4%.
b) em escala média 8%.
c) em menor escala 14%.

d) em pequena escala 22%.
e) em escala mínima 28%

198 – Munições:
a) em menor escala 6%.
b) em escala média 12%.
c) em pequena escala 16%.
d) em escala mínima 18%.
e) em escala ínfima 24%.

199 – Oleados, Lonas ou Encerados:
a) em grande escala 10%.
b) em escala média 14%.
c) em menor escala 20%.
d) em pequena escala 24%.
e) em escala mínima 30%.

200 – Ótica – Artigos de – e material fotográfico e Semelhantes:
a) em grande escala 10%.
b) em escala média 14%.
c) em menor escala 20%.
d) em pequena escala 24%.
e) em escala mínima 28%.

201 – Ortopedia – Objetos de):
a) em grande escala 21%.
b) em escala média 25%.
c) em menor escala 30%.
d) em pequena escala 33%.

202 – Ouro:
a) em menor escala 4%.
b) em escala média 8%.
c) em pequena escala 14%.
d) em escala mínima 18%.

203 – Pães – depósito de – para vendas a varejo:
a) em grande escala 25%.

b) em menor escala 21%
c) em pequena escala 33%
d) em escala mínima 35%

204 - Papéis ou Artigos para Escritório:
a) em grande escala 23%
b) em escala média 27%
c) em menor escala 30%
d) em pequena escala 32%
e) em escala mínima 35%

205 - Peixe:
a) em grande escala 20%
b) em escala média 24%
c) em menor escala 28%
d) em pequena escala 32%
e) em escala mínima 35%

206 - Peles de Agasalho, Peliças, Plumas e congêneres:
a) em menor escala 5%
b) em escala média 9%
c) em pequena escala 15%
d) em escala mínima 19%

207 - Peles Silvestres:
a) em grande escala 14%
b) em escala média 18%
c) em menor escala 24%
d) em pequena escala 28%
e) em escala mínima 34%

208 - Peneiras em Geral:
a) em grande escala 25%
b) em escala média 29%
c) em pequena escala 32%
d) em escala mínima 35%

209 - Pensão (vide hospedaria):

210 - Perfumarias:

Por atacado:

a) em menor escala 4%.

a varejo:

b) em grande escala 4%.

c) em escala média 10%.

d) em menor escala 16%.

e) em pequena escala 22%.

f) em escala mínima 23%.

211 - Pianos:

a) em grande escala 10%.

b) em escala média 14%.

c) em menor escala 20%.

d) em pequena escala 24%.

212 - Pneumáticos e câmaras de ar:

a) em menor escala 10%.

b) em escala média 15%.

c) em pequena escala 20%.

d) em escala mínima 25%.

213 - Portas e Cortinas de Aço ou Grades de Enrolar:

a) em grande escala 3%.

b) em escala média 7%.

c) em menor escala 11%.

d) em pequena escala 15%.

214 - Preparados Farmacêuticos:

Por atacado:

a) em grande escala 5%.

b) em menor escala 10%.

a varejo:

c) em grande escala 12%.

d) em escala média 16%.

e) em escala menor 18%.

f) em pequena escala 28%.

g) em escala mínima 30%.

215 - Quitanda - Mercador de Hortaliças:

a) em grande escala 30$.
b) em escala média 32$.
c) em pequena escala 35$.

216 - Rádios, Radiolas ou Artigos Semelhantes:

a) em menor escala 4$.
b) em escala média 8$.
c) em pequena escala 12$.
d) em escala mínima 14$.

217 - Radiotelefonia:

a) estações de grande potência 1$.
b) idem, de potência média 5$.
c) idem, de pequena potência 10$.

218 - Relógios e Jóias:

a) em menor escala 5$.
b) em escala media 19$.
c) em pequena escala 15$.

219 - Relógios e Seus pertences:

a) em grande escala 10$.
b) em escala média 15$.
c) em menor escala 20$.
d) em pequena escala 25$.
e) em escala mínima 30$.

220 - Restaurante:

a) grande movimento 12$
b) movimento médio 18$.
c) pequeno movimento 24$.
d) de movimento mínimo 30$.

221 - Rinhadeiros: ou clube de rinha 26$.

222 - Roupas feitas:

a) em grande escala 6$.
b) em escala média 10$.
c) em menor escala 14$.

d) em pequena escala 18%.
e) em escala mínima 24%.

223 - Sabão - Sabonetes:
a) em grande escala 16%.
b) em es escala média 22%,
c) em menor escala 24%.
d) em pequena escala 28%
e) em escala mínima 30%.

224 - Sacos:
a) em grande escala 20%.
b) em escala média 24%.
c) em menor escala 28%.
d) em pequena escala 32%.

225 - Sal:
Por atacado:
a) em menor escala 6%.
b) em escala média 10%.
c) em pequena escala 14%.

226 - Salames, Linguiças, Salsichas e outros Produtos Similares:
a) em grande escala 19%.
b) em escala média 23%.
c) em menor escala 27%.
d) em pequena escala 31%.
e) em escala mínima 34%.

227 - Sedas, Sás, Linhas, (tecidos de):
Por atacado
a) menor escala 4%.
a varejo
b) em escala média 1%.
c) em pequena escala 10%.
d) em escala mínima 16%.

228 - Sementes e Plantas:
a) em grande escala 26%.

b) em escala média 29%.
c) em pequena escala 32%.
d) em escala mínima 35%.

229 – Solas, Couros e Semelhantes:
Por atacado:
a) em grande escala 10%.
b) em menor escala 14%.
a varejo:
c) em grande escala 16%.
d) em escala média 20%.
e) em pequena escala 26%.

230 – Capeçarias ou Objetos de ornamentação:
a) em menor escala 4%.
b) em escala média 6%.
c) em pequena escala 12%.
d) em escala mínima 14%.

231 – Taverna 30%.

232 – Terrenos – Vendedor ou emprêsa vendedora de terrenos próprios ou de outrem, a prestação ou não:
a) de menor movimento 14%.
b) de pequeno movimento 18%.

233 – Tiro ao Alvo:
a) com prêmios em objetos 18%.
b) por meio de pontos 16%.

234 – Transportes – emprêsas de transportes de passageiros, mudanças, cargas, por qualquer meio:
a) de grande movimento 8%.
b) de movimento médio 12%.
c) de menor movimento 16%.
d) de pequeno movimento 22%.
e) de movimento mínimo 26%.

235 – Tintas:
a) em grande escala 18%.

b) em escala média 26ª.
d) em pequena escala 30ª.
e) em escala mínima 34ª.

236 - Vime - móveis e utensílios de:
a) em grande escala 10ª.
b) em escala média 14ª.
c) em menor escala 18ª.
d) em pequena escala 22ª.
e) em escala mínima 28ª.

Série 03
Indústria

Especificações — Classes

1 - Abridor, com Oficina ou Gravador em Madeira ou metal:
a) em grande escala 22ª.
b) em menor escala 26ª.
c) em pequena escala 30ª.
d) em escala mínima 34ª.

2 - Acolhoados (vide Colchões):

3 - Aço - preparador de:
a) em menor escala 2ª.
b) em escala média 6ª.
c) em pequena escala 10ª.
d) em pequena escala sem fundição. 21ª.
e) em mínima 25ª.

4 - Adubos Químicos - Fabricante:
a) em grande escala 26ª.
b) em escala média 30ª.
c) em pequena escala 34ª.

5 - Afiador ou Amolador - com oficina:
a) em grande escala 27ª.
b) em pequena escala 31ª.
c) em escala mínima 35ª.

6 – Agricultores, Criadores, Fazendeiros, Lavradores, ou Proprietários de terrenos Rurais – Sôbre o valor locativo das referidas propriedades (1/10 do valor da propriedade).

7 – Águas

Água Potavel – empresa de:

a) com abastecimento até 100 torneiras 20%.
b) de mais de 100 até 200 torneiras 16%.
c) de mais de 200 até 500 " " 14%.
d) de mais de 500 10%.

Águas Gazozas Artificiais: Fábrica:

a) em grande escala 10%.
b) em menor escala 14%.
c) em escala média 18%.
d) em pequena escala 22%.
e) em escala mínima 28%.

8 – Aguardente – Fábrica:

a) em grande escala 2%.
b) em escala média 6%.
c) em menor escala 10%.
d) em pequena escala 14%.
e) em escala mínima 20%.
f) em escala ínfima 26%.

9 – Álcool – Fabrica:

a) em grande escala 1%.
b) em escala média 5%.
c) em menor escala 9%.
d) em pequena escala 13%.
e) em escala mínima 17%.

10 – Alfaiataria – Com ou sem aviamentos:

a) em grande escala 14%.
b) em escala média 20%.
c) em menor escala 24%.

d) em pequena escala 30%.
e) em escala mínima 34%.
f) sem oficiais 35%.

11 - Algodão - Máquina de Beneficiar, a Vapor ou Eletricidade:
a) em grande escala 14%.
b) em escala média 18%.
c) movida a água ou animal 24%
d) em menor escala 30%.

12 - Amolador (vide afiador):

13 - Anúncios - Gás Neon - Fábrica:
a) em grande escala 14%.
b) em média escala 18%.
c) em pequena escala 22%.

14 - Arame - Telas ou Artigos Semelhantes:
a) em grande escala 18%.
b) em escala média 22%.
c) em menor escala 26%.
d) em pequena escala 30%.

15 - Armador ou Empresa Funerária com Estabelecimento:
- Fornecendo artigos funerários:
a) em menor movimento 4%.
b) em pequeno movimento 12%.
c) não fornecendo artigo algum, de grande movimento 16%.
d) idem, de pequeno movimento 24%.

16 - Armador, Para Festividades:
a) em grande escala 20%.
b) em menor escala 24%.
c) em escala mínima 28%.

17 - Armeiro - Espingardeiro - Oficina.
a) em grande escala 24%.

b) em escala média 28ª.
c) em pequena escala 32ª.

18 – Arreios, Couros, Séles e Artigos para Viagens – Fábrica:
a) em grande escala 5ª.
b) em escala média 10ª.
c) em menor escala 17ª.
d) em pequena escala 25ª.
e) em escala mínima 29ª.

19 – Arroz – maquina de beneficiar (vide cereais):

20 – Asfaltos – preparador:
a) em menor escala 4ª.
b) em escala média 8ª.
c) em pequena escala 14ª.

21 – Açucar – Usina a Vapor ou Eletricidade, tendo ou não Refinação:
a) em escala média 2ª.
b) em pequena escala 6ª.

22 – Açucar – Fábrica por Processos
a) em escala média 21ª
b) em pequena escala 25ª.
c) em escala mínima 30ª.

23 – Açucar ou Sal:
a) refinação em grande escala 10ª.
b) em menor escala 14ª.
c) em escala média 20ª.
d) em escala pequena 24ª.

24 – Atalier de Costura – fornecendo enfeites e aviamentos – para Senhoras ou meninas:
a) em grande escala 16ª.
b) em escola média 20ª.
c) em menor escala 24ª.
d) em pequena escalas 28ª.

e) não fornecendo aviamentos - em escala média 32%.
f) idem, em pequena escala 35%.

25 - Automóveis - Oficina de Consertos ou Posto de Lubrificação, tendo Maquinismos:
a) em grande escala 10%.
b) em escala média 14%.
c) em menor escala 20%.
d) em pequena escala 24%.
e) em escala mínima 28%.
f) Sem maquinismo, em escala mínima 32%
g) em menor escala 35%.

26 - Azulejos - Ladrilhos ou Mozaicos, - Fábrica:
a) em grande escala 5%.
b) em escala média 9%.
c) em menor escala 14%.
d) em pequena escala 20%.
e) em escala mínima 23%.

27 - Balas, Doces, Confeitos, Caramelos - Fabrica:
a) em grande escala 14%.
b) em escala média 18%.
c) em menor escala 22%.
d) em pequena escala 28%.
e) em escala mínima 32%.

28 - Balanças, Pesos ou Medidas - Fabricante:
a) em grande escala 14%.
b) em menor escala 18%.
c) em escala media 24%.
d) em pequena escala 28%.
e) em escala mínima 32%.

29 - Banha - Fábrica:
a) em grande escala 5%.
b) em escala média 9%

c) em menor escala 15$.
d) em pequena escala 19$.
e) em escala minima 25$.

30 - Baralhos - Artigos para fogos, Fabrica:
a) em escala média 10$.
b) em menor escala 14$.
c) em pequena escala 18$.
d) em escala mínima 22$.

31 - Bebidas Alcoólicas, Artificiais e Naturais Fabrica:
a) em escala média 2$.
b) em menor escala 5$.
c) em pequena escala 9$.
d) em escala mínima 13$.
e) em infima escala 18$.

32 - Bicicletas - Oficina de Consertos:
a) em maior escala 22$.
b) em menor escala 26$.
c) em pequena escala 30$.
d) em escala mínima 34$.

33 - Billhares - Fábrica:
a) em grande escala 8$.
b) em escala média 12$.
c) em pequena escala 16$.
d) em escala minima 20$.

34 - Biscoitos - Fábrica:
a) em grande escala 10$.
b) em escala média 14$.
c) em menor escala 20$.
d) em pequena escala 24$.
e) em escala minima 30$.

35 - Bombeiro Hidráulico: - Com oficina, vendendo Maquinas ou artigos Sanitários:

a) em grande escala 6ª.
b) em escala média 10ª.
c) em menor escala 18ª.
d) em pequena escala 24ª.
e) em escala mínima 28ª.

36 - Bombeiro Hidráulico - com oficina, não vendendo artigo algum:
a) em grande escala 23ª.
b) em escala média 27ª.
c) em pequena escala 29ª.
d) em escala mínima 31ª.
e) em escala ínfima 35ª.

37 - Bondes - fábrica ou oficinas de montagem:
a) em grande escala 2ª.
b) em escala média 6ª.
c) em menor escala 10ª.
d) em pequena escala 18ª.

38 - Bondes Elétricos - empresários:
a) em menor escala 1ª.
b) em escala média 5ª.
c) em pequena escala 9ª.

39 - Bonecas - Fábrica:
a) em grande escala 27ª.
b) em menor escala 26ª.
c) em pequena escala 30ª.
d) em escala mínima 34ª.

40 - Bonés, Boinas, Gorros - Fábrica:
a) em grande escala 20ª.
b) em escala média 24ª.
c) em menor escala 28ª.
d) em pequena escala 31ª.
e) em escala mínima 35ª.

41 - Bordados:

a) em grande escala 22%.
b) em escala médio 26%.
c) em menor escala 30%.
d) em pequena escala 33%.
e) em escala mínima 35%.

42 – Borracha – artefatos – fábrica:

a) em grande escala 16%.
b) em escala média 20%
c) em menor escala 24%
d) em pequena escala 28%.
e) em escala mínima 32%.

43 – Botões – fábrica:

a) em grande escala 20%.
b) em escala média 24%.
c) em menor escala 28%.
d) em pequena escala 32%
e) em escala mínima 35%.

44 – Brinquedos – Fábrica:

a) em grande escala 10%.
b) em escala média 14%.
c) em menor escala 20%.
d) em pequena escala 28%.
e) em escala mínima 32%.

45 – Brochas e semelhantes – Fábrica:

a) em grande escala 15%.
b) em escala média 19%.
c) em menor escala 23%.
d) em pequena escala 27%.
e) em escala mínima 35%.

46 – Cachimbos, Piteiras, Cigarreiras para Fumantes – Fábrica:

a) em grande escala 13%.
b) em escala média 17%.

c) em menor escala 21%.
d) em pequena escala 25%.
e) em escala mínima 30%.

47 - Cadeiras para Dentistas ou Barbeiros - Fábrica:
a) em grande escala 7%.
b) em escala média 11%.
c) em menor escala 19%.
d) em pequena escala 25%.

48 - Café - Máquina de beneficiar (Vide cereais):

49 - Café - Torrefação e Moagem:
a) em grande escala 10%.
b) em escala média 14%.
c) em menor escala 18%.
d) em pequena escala 24%.
e) em escala mínima 28%.

50 - Caixas ou Caixinhas de Papelão, de Madeira, ou Caixotes para Embalagem - Fábrica:
a) em grande escala 20%.
b) em escala média 24%.
c) em menor escala 28%.
d) em pequena escala 32%.

51 - Cal:
a) em grande escala 18%.
b) em escala média 22%.
c) em menor escala 24%.
d) em pequena escala 28%.
e) em escala mínima 32%.

52 - Calçados - Fábricas:
a) em grande escala 6%.
b) em escala média 10%.
c) em menor escala 14%.
d) em pequena escala 22%.
e) em escala mínima 26%.

53 - Caldeireiro:

a) em grande escala 20%
b) em escala média 24%
c) em menor escala 28%
d) em pequena escala 32%
e) em escala mínima 35%

54 - Camas de Ferro ou outro Metal - de armação portátil, com, arma ou semelhante, com arame ou lona - Fábrica:

a) em grande escala 15%
b) em escala média 19%
c) em menor escala 23%
d) em pequena escala 27%
e) em escala mínima 31%

55 - Camisas e Roupas Brancas - fábrica;

a) em grande escala 10%
b) em escala média 14%
c) em menor escala 20%
d) em pequena escala 24%
e) em escala mínima 28%

56 - Cantaria - obras de:

a) em grande escala 16%
b) em escala média 20%
c) em menor escala 24%
d) em pequena escala 30%
e) em escala mínima 34%

57 - Capas ou Capotes - para homens ou Senhoras Fábrica:

a) em grande escala 8%
b) em escala média 12%
c) em escala menor 20%
d) em pequena escala 28%
e) em escala mínima 32%

58 – Carimbos – Fábrica:

a) em grande escala 25%.
b) em escala média 29%.
c) em pequena escala 32%.
d) em escala mínima 34%.

59 – Carpintaria – com oficina de esquadrias

a) em grande escala 10%.
b) em escala média 14%.
c) em menor escala 18%.
d) em pequena escala 22%.
e) em escala mínima 28%.

60 – Carros, Carroças e Semelhantes – Fábrica:

a) em grande escala 13%.
b) em escala média 17%.
c) em menor escala 21%.
d) em pequena escala 25%.
e) em escala mínima 29%.

61 – Carvão Vegetal: –

a) em grande escala 14%.
b) em escala média 18%.
c) em menor escala 22%.
d) em pequena escala 26%.
e) em escala mínima 30%.

62 – Cera ou Graxa para Assoalho ou Madeira: Fábrica:

a) em grande escala 20%.
b) em escala média 24%.
c) em menor escala 28%.
d) em pequena escala 32%.
e) em escala mínima 36%.

63 – Cerâmica:

a) em grande escala 5%.
b) em escala média 9%.

c) em menor escala 17%.
d) em pequena escala 23%.
e) em escala minima 28%.

64 - Cereais - Maquina de beneficiar, a eletricidade ou a vapor:
a) de grande capacidade 14%.
b) de capacidade média 16%.

65 - Cereais - Maquina de beneficiar - a água:
a) maior capacidade 24%.
b) menor capacidade 28%.
c) pequena capacidade 30%.

66 - Cerveja - Fábrica com frigorifico:
a) escala media 2%.
b) pequena escala 5%.
c) sem frigorifico - grande escala 5%.
d) idem, escala média 9%.
e) idem, em pequena escala 14%.
f) idem, em escala mínima 17%.

67 - Cestos e Semelhantes - de palha ou vime - Fábrica
a) em grande escala 24%.
b) em escala média 26%.
c) em menor escala 30%.
d) em pequena escala 33%.
e) em escala minima 35%.

68 - Chapéus para homens - Fábrica:
a) em grande escala 5%.
b) em escala média 9%.
c) em menor escala 13%.
d) em pequena escala 19%.
e) em escala mínima 25%.

69 - Chapéus, Gorros, Boinas para Senhoras ou Crianças - Fábrica:

a) em grande escala 10%.
b) em escala média 14%.
c) em menor escala 18%.
d) em pequena escala 22%.
e) em escala mínima 28%.

70 - Chapéus de Sol ou de Chuva - armador:
a) em grande escala 10%.
b) em escala média 14%.
c) em menor escala 18%.
d) em pequena escala 22%.
e) em escala mínima 28%.

71 - Chapéus - Consertador ou reformador:
a) em grande escala 18%.
b) em escala média 22%.
c) em menor escala 26%.
d) em pequena escala 30%.
e) em escala mínima 33%.

72 - Charutos, Cigarros, Fumos preparados e Artigos Conexos - fábrica:
a) em grande escala 10%.
b) em escala média 14%.
c) em menor escala 20%.
d) em pequena escala 26%.
e) em escala mínima 30%.

73 - Chinelos - Fábrica:
a) em grande escala 20%.
b) em escala média 24%.
c) em menor escala 28%.
d) em pequena escala 32%.
e) em escala mínima 35%.

74 - Chumbo em Barra ou lâminas - artigos de preparador ou fabricante:
a) em grande escala 18%.

b) em escala media 22%.
c) em menor escala 26%.
d) em pequena escala 30%.
e) em escala minima 34%.

75 – Cimento Armado e Semelhantes - Fábrica de peças de:

a) em escala média 4%.
b) em menor escala 8%.
c) em pequena escala 14%.
d) em escala minima 18%.

76 – Cimento:

a) em escala média 2%.
b) em pequena escala 6%.
c) em escala minima 10%.

77 – Cintos Elásticos ou de Couro, Esteticos, Ortopédios ou para Esportes - fábrica:

a) em grande escala 16%.
b) em escala média 20%.
c) em menor escala 24%.
d) em pequena escala 30%.
e) em escala minima 34%.

78 – Cobertores de Lã, Algodão ou Retalhos - Fábrica:

a) em grande escala 15%.
b) em escala média 19%.
c) em menor escala 23%.
d) em pequena escala 27%.
e) em escala minima 31%.

79 – Cobre - Fabricante de Artigos de - Tacho, Bacias, etc.

a) em grande escala 6%.
b) em escala média 10%.
c) em menor escala 14%.
d) em pequena escala 18%.
e) em escala minima 24%.

80 - Cofres, Fogões, Arquivos e semelhantes - fábrica:
a) em grande escala 5%.
b) em escala média 9%.
c) em menor escala 13%.
d) em pequena escala 17%.

81 - Colchões, Acolchoados, Almofadas e Semelhantes.
a) em grande escala 19%.
b) em escala médio 23%.
c) em menor escala 27%.
d) em pequena escala 31%.
e) em escala mínima 35%.

82 - Cola Animal ou vegetal:
a) em grande escala 15%.
b) em escala média 19%.
c) em menor escala 23%.
d) em pequena escala 27%.
e) em escala mínima 31%.

83 - Colites (vide tintos):

84 - Conservas de frutas, legumes, peixes, carnes - fábrica:
a) em grande escala 16%.
b) em escala média 20%.
c) em menor escala 24%.
d) em pequena escala 28%.
e) em escala mínima 32%.

85 - Coroas e flores:
a) em grande escala 16%.
b) em escala média 20%.
c) em menor escala 24%.
d) em pequena escala 28%.
e) em escala mínima 32%.

86 - Costuma com Maquinismos:
a) em grande escala 10%.
b) escala média 14%.

c) em pequena escala 19%.
d) com maquinismos, em grande escala 20%.
e) em escala média 27%.
f) em menor escala 30%.

87 - Cortiça, Fábrica de rolhas ou outros objetos de cortiça:
a) em grande escala 20%.
b) em escala média 24%.
c) em menor escala 30%.
d) em pequena escala 33%.
e) em escala mínima 35%.

88 - Creolina e outros Desinfetantes - Fábricas:
a) em grande escala 17%.
b) em escala média 21%.
c) em menor escala 25%.
d) em pequena escala 29%.
e) em escala mínima 33%.

89 - Cristais ou Vidros - Fábrica:
a) em grande escala 15%.
b) em escala média 19%.
c) em menor escala 23%.
d) em pequena escala 27%.
e) em escala mínima 31%.

90 - Cutelaria - Facas, facões - Fábrica:
a) em grande escala 19%.
b) em escala média 23%.
c) em menor escala 27%.
d) em pequena escala 31%.
e) em escala mínima 35%.

91 - Discos de Música:
a) em grande escala 20%.
b) em escala média 24%.
c) em menor escala 28%.

d) em pequena escala 32ª.

92 - Distilaria de Alcóol, Aguardente, óleo, essências de plantas ou outras substâncias:

a) em grande escala 2ª.
b) em média escala 5ª.
c) em menor escala 9ª.
d) em pequena escala 13ª.
e) em escala mínima 17ª.

93 - Doces de qualquer espécie - Fábrica:

a) em grande escala 19ª.
b) em média escala 23ª.
c) em menor escala 27ª.
d) em pequena escala 31ª.
e) em escala mínima 35ª.

94 - Douração, Prateação, Niquelação ou Galvanização - Oficina de:

a) em grande escala 23ª.
b) em escala média 27ª.
c) em menor escala 31ª.
d) em pequena escala 34ª.

95 - Dinamite, foguetes e Artigos Semelhantes - fábrica:

a) em grande escala 18ª.
b) em escala média 22ª.
c) em menor escala 26ª.
d) em pequena escala 30ª.

96 - Eletricidade - energia elétrica para fins industriais, iluminação e viação:

a) até 30 H.P. 8ª.

97 - Elevadores:

a) em grande escala 5ª.
b) em escala média 9ª.
c) em pequena escala 13ª.

98 - Emfalhador:

a) em grande escala 27$.
b) em escala média 31$.
c) em pequena escala 35$.

99 - Encadernador:

a) em grande escala 16$.
b) em escala média 20$.
c) em menor escala 24$.
d) em pequena escala 28$.
e) em escala mínima 32$.

100 - Engenho de Serra:

~~a~~ a vapor ou eletricidade.

a) de grande produção 16$.
b) de produção média 20$.
c) de pequena produção 24$.

101 - Engenho de Serra a água ou animal:

a) de maior produção 27$.
b) de menor produção 28$.
c) de produção mínima 32$.

102 - Entalhador:

a) em maior escala 24$.
b) em escala média 28$.
c) em pequena escala 32$.
d) em escala mínima 35$.

103 - Escovas, Vassouras ou Espanadores - Fábrica:

a) em grande escala 23$.
b) em escala média 27$.
c) em pequena escala 31$.
d) em escala mínima 35$.

104 - Escultura - Oficina de:

a) em maior escala 16$.
b) em escala média 20$.
c) em menor escala 24$.

d) em pequena escala 28ª.
e) em escala mínima 32ª.

105 – Esmeriladores:
a) em grande escala 26ª.
b) em escala média 30ª.
c) em escala mínima 33ª.

106 – Espelhos, Quadros, Molduras e Estampas Fábrica:
a) em grande escala 16ª.
b) em escala média 20ª.
c) em menor escala 24ª.
d) em pequena escala 28ª.
e) em escala mínima 32ª.

107 – Essências, Óleos, Vernizes Fábrica:
a) em grande escala 19ª
b) em escala média 23ª.
c) em menor escala 27ª.
d) em pequena escala 31ª.

108 – Estamparia, (menos de tecidos):
a) em grande escala 12ª.
b) em escala média 16ª.
c) em menor escala 20ª.
d) em pequena escala 24ª.
e) em escala mínima 28ª.

109 – Estatuetas de Mármore ou de Bronze Fábrica:
a) em grande escala 14ª.
b) em escala média 18ª.
c) em pequena escala 22ª.
d) em escala mínima 26ª

110 – Estatuetas de Barro, Gesso ou Massa Fábrica:
a) em grande escala 23ª.
b) em escala média 27ª.
c) em pequena escala 31ª.

111 – Estofador:

a) em grande escala 15ª.
b) em escala média 19ª.
c) em menor escala 23ª.
d) em pequena escala 27ª.

112 - Farinha de Qualquer Espécie Fábrica:
a) em grande escala 22ª.
b) em escala média 26ª.
c) em menor escala 30ª.
d) em pequena escala 34ª.

113 - Ferraduras - Fábrica:
a) em grande escala 16ª.
b) em escala média 20ª.
c) em menor escala 24ª.
d) em pequena escala 28ª.
e) em escala mínima 32ª.

114 - Ferraria:
a) em grande escala 19ª.
b) em escala média 23ª.
c) em menor escala 27ª.
d) em pequena escala 31ª.
e) em escala mínima 35ª.

115 - Figuras de Mármore, Gesso ou Barros (Vide estatuetas):

116 - Fiação - Fábrica com fiação, somente 14ª.

117 - Filtros - Fábrica:
a) em grande escala 18ª.
b) em escala média 22ª.
c) em menor escala 26ª.
d) em pequena escala 30ª.
e) em escala mínima 33ª.

118 - Fios, Cabos Condutores para Energia Elétrica ou para Telegrafos e Telefones:
a) em escala média 7ª.

b) em menor escala 11ª.
c) em pequena escala 17ª.
d) em escala mínima 21ª.

119 – Florista: Flores artificiais:
a) em grande escala 20ª.
b) em escala média 24ª.
c) menor escala 28ª.
d) em pequena escala 32ª.
e) em escala mínima 35ª.

120 – Fitinhas ou fitas cinematográficas:
a) em escala média 8ª.
b) em pequena escala 12ª.

121 – Fogões de Ferro, Aquecedores ou Fogareiros – Fábrica:
a) em grande escala 14ª.
b) em escala média 18ª.
c) em menor escala 22ª.
d) em pequena escala 26ª.
e) em escala mínima 30ª.

122 – Folha de Flandres – Oficina de Obras de:
a) em grande escala 16ª.
b) em escala média 20ª.
c) em menor escala 24ª.
d) em pequena escala 28ª.
e) em escala mínima 32ª.

123 – Formicida ou inseticida – Fábrica:
a) em grande escala 19ª.
b) em escala média 23ª.
c) em menor escala 27ª.
d) em pequena escala 31ª.

124 – Fósforos – Fábrica:
a) em grande escala 10ª.
b) em escala média 14ª.
c) em menor escala 18ª.

d) em pequena escala 22ª.
e) em escala mínima 26ª.

125 - Fotografias - Artigos de:
a) em grande escala 18ª.
b) em escala média 22ª.
c) em pequena escala 26ª.
d) em escala mínima 30ª.

126 - Fubá - Fábrica de:
a) em grande escala 25ª.
b) em escala média 29ª.
c) em menor escala 33ª.
d) em escala mínima 35ª.

127 - Fumo em corda, desfiado, picado, fábrica:
a) em escala média 7ª.
b) em menor escala 11ª.
c) em pequena escala 16ª.
d) em escala mínima 21ª.

128 - Fundição - Usinas Siderúrgicas:
a) em escala média 1ª.
b) em menor escala 4ª.
c) em pequena escala 8ª.
d) em escala mínima 16ª.

129 - Gaiolas - Fabricantes:
a) em grande escala 24ª.
b) em escala média 30ª.
c) em pequena escala 32ª.
d) em escala mínima 35ª.

130 - Gás Neon (vide anuncios):

131 - Galalite:
a) em grande escala 20ª.
b) em escala média 24ª.
c) em pequena escala 28ª.

132 - Garrafas, vidros, etc. - Fabrica

a) em grande escala 13ª.
b) em escala média 17ª.
c) em menor escala 21ª.
d) em pequena escala 23ª.
e) em escala mínima 25ª.
f) em escala ínfima 29ª.

133 - Gelo - Fábrica

a) em grande escala 14ª.
b) em escala média 18ª.
c) em menor escala 22ª.
d) em pequena escala 26ª.
e) em escala mínima 30ª.

134 - Gravador ou Niquelador:

a) em grande escala 20ª.
b) em escala média 24ª.
c) em menor escala 28ª.
d) em escala mínima 32ª.

135 - Graxas para Calçados ou Couros - Fábrica:

a) em grande escala 24ª.
b) em escala média 28ª.
c) em pequena escala 32ª.
d) em escala mínima 35ª.

136 - Gravatas - Fábrica:

a) em grande escala 19ª.
b) em escala média 22ª.
c) em menor escala 26ª.
d) em pequena escala 30ª.
e) em escala mínima 35ª.

137 - Guarda-Chuva, Guarda-Sol, Sombrinhas e Bengalas - Fábrica:

a) em grande escala 10ª.
b) em escala média 18ª.
c) em menor escala 22ª.

d) em pequena escala 24ª.
e) em escala mínima 28ª.

138 - Guarda-Chuva e Semelhantes - Oficina de concertos:

a) de grande movimento 30ª.
b) de movimento médio 32ª.
c) de pequeno movimento 35ª.

139 - Imagens, Bustos, Paramentos, Enfeites e Artigos Correlatos - Fábrica:

a) em grande escala 14ª.
b) em escala média 18ª.
c) em menor escala 24ª.
d) em pequena escala 28ª.
e) em escala mínima 30ª.

140 - Iluminação (Vide emprêsas de eletricidade):

141 - Iluminação - Objetos de - Fábrica:

a) em escala média 5ª.
b) em menor escala 11ª.
c) em pequena escala 15ª.
d) em escala mínima 21ª.

142 - Instrumentos de Música - Fábrica:

a) em grande escala 18ª.
b) em escala média 22ª.
c) em menor escala 26ª.
d) em pequena escala 30ª.
e) Oficinas de consertos de maior movimento 33ª.
f) idem, menor movimento 35ª.

143 - Joias:

a) em grande escala 2ª.
b) em escala média 6ª.
c) em pequena escala 12ª.
d) de imitação ou fantasia, em maior escala 22ª
e) idem, em escala média 26ª

f) idem, em pequena escala 30ª.

144 - Laboratório Metalúrgico:

a) de grande movimento 14ª.
b) de movimento médio 18ª.
c) de menor movimento 22ª.
d) de pequeno movimento 26ª.

145 - Laboratório de Produtos Químicos ou Farmacêuticos ou de Outras Especies e de Análises:

a) em grande escala 18ª.
b) em escala média 22ª.
c) em menor escala 26ª.
d) em pequena escala 30ª.

146 - Laticinios - (de mais de uma espécie)

a) em grande escala 4ª.
b) em escala média 9ª.
c) em menor escala 14ª.
d) em pequena escala 17ª.
e) de uma só espécie, em grande escala 20ª.
f) em escala média 25ª.
g) em pequena escala 31ª.

147 - Lapidação de Pedras Preciosas:

a) em grande escala 18ª.
b) em escala média 22ª.
c) em menor escala 26ª.
d) em pequena escala 30ª.

148 - Lavanderia ou Oficina de lavar e engomar:

a) em grande escala 10ª.
b) em escala média 14ª.
c) em menor escala 18ª.
d) em pequena escala 22ª.
e) em escala minima 26ª.
f) em tinturaria, em grande escala 8ª.
g) idem, em escala média 12ª.

h) idem, em pequena escala 20%.
i) idem, em pequena escala 25%.
j) idem, em escala mínima 30%.

149 - Litografia - Oficina de:
a) em grande escala 20%
b) em escala média 24%.
c) em menor escala 28%.
d) em pequena escala 32%.

150 - Loixas - Fábrica:
a) em grande escala 22%.
b) em escala média 26%.
c) em menor escala 30%.
d) em pequena escala 34%.

151 - Louças Diversas - Fábrica:
a) em grande escala 5%.
b) em escala média 9%.
c) em menor escala 14%.
d) em pequena escala 18%.
e) em escala mínima 23%.

152 - Luvas - Fábrica:
a) em grande escala 26%.
b) em escala média 30%.
c) em pequena escala 34%.

153 - Malas, Caixas, Canastras e Congeneres - Fábrica:
a) em grande escala 5%.
b) em escala média 9%.
c) em menor escala 15%.
d) em pequena escala 22%.
e) em escala mínima 30%.

154 - Marcenaria: -
a) em grande escala 14%.
b) em escala média 18%.
c) em menor escala 24%.

d) em pequena escala 28%.
e) em escala mínima 32%.

155 - Mármore - Fábrica de Objetos de:
a) em grande escala 18%.
b) em escala média 22%.
c) em menor escala 26%.
d) em pequena escala 30%.
e) em escala mínima 34%.

156 - Marteletes - Fábrica:
a) em grande escala 10%.
b) em escala média 14%.
c) em menor escala 18%.
d) em pequena escala 24%.
e) em escala mínima 28%.

157 - Massas Alimentícias Diversas - com Maquinismos - Fábrica:
a) em grande escala 5%.
b) em escala média 9%.
c) em menor escala 14%.
d) em pequena escala 18%.
e) sem maquinismos, em escala média 28%.
f) idem, em menor escala 30%.
g) idem, em escala mínima 32%.

158 - Mecânica - Oficina de:
a) em grande escala 15%.
b) em escala média 19%.
c) em menor escala 23%.
d) em pequena escala 27%.
e) em escala mínima 31%.

159 - Medidas, Pesos, & Balanças - fábrica:
a) em grande escala 14%.
b) em escala média 18%.
c) em menor escala 24%.

d) em pequena escala 28ª.

160 - Meias ou Tecidos de Malha - Fábrica:

a) em grande escala 16ª.
b) em escala média 20ª.
c) em menor escala 24ª.
d) em pequena escala 28ª.
e) em escala mínima 32ª.

161 - Modas - Oficina de:

a) em grande escala 16ª.
b) em escala média 20ª.
c) em menor escala 24ª.
d) em pequena escala 28ª.
e) em escala mínima 32ª.

162 - Móveis - Fábrica:

a) em grande escala 5ª.
b) em escala média 10ª.
c) em menor escala 17ª.
d) em pequena escala 23ª.
e) em escala mínima 27ª.

163 - Móveis Asceticos - Fábrica:

a) em grande escala 4ª.
b) em escala média 9ª.
c) em menor escala 16ª.
d) em pequena escala 21ª.
e) em escala mínima 25ª.

164 - Olaria Fábrica de tijolos e telhas de cimento:

a) em grande escala 4ª.
b) em escala média 8ª.
c) em menor escala, idem 14ª.
d) em pequena escala 18ª.

165 - Olaria - fabricando telhas e tijolos de barro com maquinismo:

a) em grande escala 5ª.

b) em escala média 9%.
c) em menor escala 15%.
d) em pequena escala 19%.

166 - Olaria - Fabricando telhas e tijolos Sem Maquinismos:
a) em grande escala 20%.
b) em pequena escala 26%.
c) em escala mínima 30%.

167 - Oleados, Lonas ou Enceradores e artigos semelhantes:
a) em grande escala 14%.
b) em escala média 18%.
c) em menor escala 22%.
d) em pequena escala 26%.
e) em escala mínima 30%.

168 - Óleos Lubrificantes ou de Qualquer Espécie - Fábrica:
a) em grande escala 18%.
b) em escala média 22%.
c) em menor escala 26%.
d) em pequena escala 30%.

169 - Ourives - Oficina de Consertos de Objetos de ouro ou outros metais:
a) em grande escala 22%.
b) em escala média 26%.
c) em pequena escala 30%.
d) em escala mínima 34%.

170 - Ourives, Vendendo relógios:
a) em grande escala 16%.
b) em escala média 20%.
c) em menor escala 24%.
d) em pequena escala 28%.
e) em escala mínima 32%.

171 - Ourives, Somente trabalhando em consertos 34%.

172 - Ótica, Fábrica de artigos de:

a) em grande escala 18ª.
b) em escala média 22ª.
c) em menor escala 26ª.
d) em pequena escala 30ª.

173 - Padarias: com maquinismos a eletricidade:
a) em grande escala 10ª.
b) em escala média 14ª.
c) em menor escala 18ª.
d) em pequena escaba 22ª.
e) em escala mínima 28ª.

174 - Padaria - movida por outro modo:
a) em grande escala 22ª.
b) em escala média 26ª
c) em pequena escala 28ª.
d) em escala mínima 32ª.

175 - Papel - Fábrica
a) em grande escala 5ª.
b) em escala média 9ª.
c) em menor escala 13ª.
d) em pequena escala 18ª.
e) em escala mínima 24ª.

176 - Parafusos - Fábrica:
a) em grande escala 10ª.
b) em escala média 14ª.
c) em menor escala 20ª.
d) em pequena escala 24ª.
e) em escala mínima 28ª.

177 - Paramentos, para cultos Científicos, Artísticos ou Religiosos:
a) em grande escala 14ª.
b) em escala média 18ª.
c) em menor escala 24ª.
d) em pequena escala 28ª.

e) em escala mínima 32

178 - Peneiras, de arame ou de fibras: Fábrica -

a) em grande escala 30%

b) em pequena escala 33%

c) em escala mínima 35%

179 - Pedra Plástica ou Artificial -

a) em grande escala 22%

b) em escala média 26%

c) em menor escala 30%

d) em pequena escala 34%

180 - Pedreiros:

a) com comércio de Pedras brutas, em maior escala 30%

b) idem, em menor escala 34%

c) idem, de pedra britada 25%

d) idem, idem, pedra bruta e cantaria 22%

e) idem, idem, de pedra bruta e paralelepipedos, em grande escala 10%

f) idem, idem, idem, escala média 14%

g) idem, idem, em menor escala 18%

181 - Perfumes em geral - Fábrica

a) em grandes escala 10%

b) em escala média 14%

c) em menor escala 18%

d) em pequena escala 22%

e) em escala mínima 26%

182 - Pesca - empresário de:

a) em grande escala 16%

b) em escala média 20%

c) em menor escala 24%

d) em pequena escala 28%

e) em escala mínima 32%

183 - Pianos - Fábrica ou montagem de:

a) em grande escala 11%
b) em escala média 15%
c) em menor escala 19%
d) em pequena escala 23%
e) em escala mínima 27%

184 – Filhas Elétricas – preparador:
a) em grande escala 18%
b) em escala média 22%
c) em menor escala 26%
d) em pequena escala 30%
e) em escala mínima 34%

185 – Pintura – Oficina de:
a) em grande escala 10%
b) em escala média 14%
c) em menor escala 18%
d) em pequena escala 22%
e) em escala mínima 26%

186 – Pintura – atelier
a) em grande escala 18%
b) em escala média 22%
c) em menor escala 26%
d) em pequena escala 30%

187 – Pipocas – Fábrica:
a) em grande escala 26%
b) em escala média 30%
c) em pequena escala 34%

188 – Placas – esmaltadas ou não, fábrica:
a) em grande escala 22%
b) em escala média 26%
c) em menor escala 30%
d) em pequena escala 34%

189 – "Plissés" ou "Tron-Tron":
a) em grande escala 26%

b) em escala media 30%
c) em escala mínima 34%.

190 - Pneumáticos - Câmaras de ar, Fábrica:
a) em menor escala 2%.
b) em escala média 6%.
c) em pequena escala 10%.
d) em escala mínima 14%.
e) Oficina de conserto, em grande escala 24%.
f) idem, em pequena escala 32%.

191 - Portas de aço, Portões de Grade de Enrolar Fábrica:
a) em grande escala 5%.
b) em escala média 9%.
c) em menor escala 15%.
d) em pequena escala 19%.
e) em escala mínima 25%.

192 - Pregos - Fábrica:
a) em grande escala 14%.
b) em escala média 18%.
c) em menor escala 22%.
d) em pequena escala 26%.
e) em escala mínima 30%.

193 - Produtos Químicos e Farmacêuticos:
a) em grande escala 18%.
b) em escala média 22%.
c) em menor escala 26%.
d) em pequena escala 30%.

194 - Rádios - Fabrica de artigos de:
a) em grande escala 19%.
b) em escala média 22%.
c) em pequena escala 26%.
d) Oficinas de Consertos em grande escala 30%.
e) idem, em menor escala 32%.

195 - Sabão Saboneteiro - Fábrica:

a) em grande escala	16%.
b) em escala média	20%.
c) em menor escala	24%.
d) em pequena escala	28%.
e) em escala mínima	32%.

196 - Sacos - Fábrica:

a) em grande escala	16%.
b) em escala média	20%.
c) em menor escala	24%.
d) em pequena escala	28%.
e) em escala mínima	32%.

197 - Sal - refinação (à vide açucar).

198 - Salame - Linguiças, Salsichas e Semelhante, Fábrica:

a) em grande escala	16%.
b) em escala média	20%.
c) em menor escala	24%.
d) em pequena escala	28%.
e) em escala mínima	32%.

199 - Sapataria - Oficina Vendendo só o que Fabrica:

a em escala média	28%.
b) em escala mínima	30%.
c) Oficina sómente para conserto, tendo oficiais	35%.

200 - Sêbo - Preparado com maquinismos:

a) em grande escala	20%.
b) em escala média	24%.
c) em pequena escala	28%.
d) Sem maquinismos, em grande escala	32%.
e) idem, em menor escala.	34%.

201 - Selaria - vendendo o que Fabrica:

a) em grande escala	16%.

b) em escala média 20$.
c) em menor escala 24$.
d) em pequena escala 28$.
e) em escala mínima 32$.
f) oficina de consertos 34$.

202- Serraria - movida a eletricidade:
a) em grande escala 4$.
b) em escala média 6$.
c) em menor escala 10$.
d) em pequena escala 14$.
e) movida por outro qualquer modo, em grande escala 20$.
f) idem, em menor escala 24$.
g) idem, em pequena escala 30$.

203- Serralheria -
a) em grande escala 20$.
b) em escala média 24$.
c) em pequena escala 28$.
d) em escala mínima 32$.

204- Sorvete - a vapor ou a eletricidade:
a) em grande escala 10$.
b) em escala média 14$.
c) em menor escala 20$.
d) em pequena escala 24$.
e) em mínima 28$.

205- Tachos, Alambiques e Semelhantes (de Cobre)

206- Talco - Fabrica:
a) em grande escala 23$.
b) em escala média 27$.
c) em pequena escala 31$.

207- Tamancos - Fábrica:
a) em grande escala 22$.
b) em escala média 26$.

c) em pequena escala 30ª.
d) em escala mínimo 34ª.

208 - Tanoaria -
a) em grande escala 23ª.
b) em escala média 27ª.
c) em pequena escala 31ª.

209 - Tecidos de Malha - Fábrica:
a) em grande escala 10ª.
b) em escala média 14ª.
c) em menor escala 18ª.
d) em pequena escala 22ª.
e) em escala mínima 26ª.

210 - Tecidos -
a) fábrica com tecelagem, fiação, tinturaria e estamparia 4ª.
b) em tecelagem e fiação 6ª.
c) em tecelagem somente 9ª.

211 - Teias de Arame - Fábrica:
a) em grande escala 18ª.
b) em escala média 22ª.
c) em menor escala 26ª.
d) em pequena escala 30ª.

212 - Telefone - empreza de:
a) em escala média 1ª.
b) em pequena escala 5ª.

213 - Telhas e Tijolos - (vide Olaria):

214 - Tintas - Fábrica
a) em grande escala 16ª.
b) em escala média 20ª.
c) em menor escala 24ª.
d) em pequena escala 28ª.
e) em escala mínima 32ª.

215 - Tinturaria - & Estamparia -

a) em grande escala 22ª.
b) em escala média 26ª.
c) em menor escala 30ª.
d) em pequena escala 34ª.

217 - Coldos ou Coberturas para Carros, Automóveis & Carroças - Fábrica:
a) em grande escala 15ª.
b) em escala média 19ª.
c) em menor escala 23ª.
d) em pequena escala 27ª.
e) em escala mínima 33ª.

218 - Correarias ou Oficinas de Correeiros -
a) em grande escala 19ª.
b) em escala média 23ª.
c) em menor escala 27ª.
d) em pequena escala 31ª.
e) em escala mínima. 35ª.

219 - Tipografia -
a) em grande escala 16ª.
b) em escala média 20ª.
c) em menor escala 24ª.
d) em pequena escala 28ª.
e) em escala mínima 32ª.

220 - Vassouras - Escovas - Espanadores; Fabrica: (Vide espanadores);

221 - Veículos de Qualquer Espécie - Fábrica:
a) em grande escala 5ª.
b) em escala média 9ª.
c) em menor escala 13ª.
d) em pequena escala 17ª.
e) Oficina de consertos tendo máquinas, em grande escala. 21ª.
f) idem, em menor escala 25ª.

g) idem, não tendo máquinas 29%.

222- Velas de cêra - esteárina ou sebo - fábrica:

a) em grande escala 20%
b) em escala média 24%.
c) em pequena escala 28%.
d) em escala mínima 34%.

223- Viação - (Viale bondes):

224- Vidraçaria - Oficina:

a) em grande escala 16%.
b) em escala média 20%.
c) em menor escala 24%.
d) em pequena escala 28%.
e) em escala mínima 32%.

225- Vidros, Fabrica:

a) em grande escala 20%.
b) em escala média 24%.
c) em pequena escala 28%.
d) em escala mínima 32%.

226- Vime - Fábrica de Móveis e Objetos de:

a) em grande escala 10%.
b) em escala média 14%.
c) em menor escala 20%.
d) em pequena escala 24%.
e) em escala mínima 28%.

227- Vinagre - fábrica:

a) em grande escala 20%.
b) em escala média 24%.
c) em menor escala 28%.
d) em pequena escala 32%.
e) em escala mínima 35%.

228- Vinhos de Frente ou uva - Fábrica:

a) em grande escala 16%.
b) em escala média 20%.

c) em menor escala 24ª.
d) em pequena escala 28ª.

229- Violas, Violões, Violinas e Semelhantes - Fabrica:
a) em grande escala 16ª.
b) em escala média 20ª.
c) em menor escala 24ª.
d) em pequena escala 28ª.
e) em escala mínima 32ª.
f) Oficina de consertos 34ª.

230- Xaropes - Fabricação:
a) em grande escala 22ª.
b) escala média 26ª.
c) pequena escala 30ª.
d) escala mínima 34ª.

231- Xarqueada -
a) escala média 2ª.
b) em menor escala 6ª.
c) em pequena escala 10ª.

232- Zinco - Telhas, Tanques, Caixas, depósitos e Semelhantes:
a) em grande escala 15ª.
b) em escala média 19ª.
c) em menor escala 23ª.
d) em pequena escala 27ª.
e) em escala mínima 31ª.

Série C
Profissões

1 - Administrador, Gerente, Agente, Encarregado ou Mandatário de Serviço de qualquer companhia, ou empreza, ou qualquer estabelecimento agricola, ou industrial, percebendo vencimentos, gratificação ou porcentagem 30ª.

2 - Advogado
   a) escritorio de grande movimento 25%
   b) idem, de menor movimento 30%
3 - Agentes. Representantes ou Prepostos de casa Comercial, fábricas estabelecidas fóra do Estado ou no estrangeiro e cujas funções se limitem a receber encomendas ou pedidos 24%
4 - Afinador de Pianos 33⅓%
5 - Emprestador de Dinheiro, mediante hipoteca ou quaisquer outros titulos:
   a) até 20 mil cruzeiros 22%
   b) de mais de 20 até 30 mil cruzeiros 16%
   c) de mais de 30 até 50 mil cruzeiros 10%
   d) de mais de 50 até 100 mil cruzeiros 6%
   e) de mais de 100 até 150 mil cruzeiros 3%
   f) de mais de 150 até 200 mil cruzeiros 1%
   De mais de 200 mil cruzeiros - vide tabela especial.
6 - Agrimensor 28%
7 - Alugador de Animais (aluguel ou trato) 35%
8 - Analista 28%
9 - Anúncios - Agentes de: 30%
10 - Arquiteto:
   a) escritorio de grande movimento 19%
   b) idem, de menor movimento 25%
11 - Armador - Sem estabelecimento 30%
12 - Automóveis ou Caminhões, de Praça ou de Transporte de cargas (proprietário ou empresário) cada veiculo: 30%
13 - Automóveis:
   a) empresário de estradas de - cobrança de pedágio somente 24%

b) empresário de - explorando transporte de cargas ou de passageiros: 18ª

14 - Banco ou Casa Bancária:
a) diretor 15ª.
b) presidente 12ª.
c) gerente ou agente 20ª.
d) contador, tesoureiro ou fiel 24ª.
e) correspondente de um só estabelecimento 30ª.
f) demais de um estabelecimento 24ª.
g) outros membros da diretoria 20ª.

15 - Barcas ou Lanchas a Gasolina ou Vapor utilizadas para passageiros:
a) lotação até 25 pessoas 28ª.
b) de maior capacidade 25ª.

16 - Idem, a remo:
a) lotação até 5 pessoas 35ª.
b) idem - maior 33ª.

17 - Bondes:
a) elétricos - empresário de 1ª.
b) de tração animal, idem 14ª.

18 - Café - Comprador - Sem estabelecimento:
a) em grande escala 10ª.
b) em pequena escala 16ª

19 - Calista - (vide manicure e pedicure)

20 - Carros, Carroças e outros Veículos de Aluguel Para transportes de Carga ou de Passageiros (proprietário ou empresário de) cada veículo 33ª.

21 - Companhia:
a) diretor - presidente 12ª.
b) diretor de 15ª.
c) gerente de 20ª.

22 - Construtor ou Empreiteiro de Obras:
a) até 50 mil cruzeiros 30ª.

b) de mais de 50 até 100 mil cruzeiros 20%.
c) de mais de 100 até 200 mil cruzeiros 10%.
d) de mais de 200 até 300 mil cruzeiros 4%.
e) de mais de 300 até 500 mil cruzeiros 1%.

Sobre o que exceder de 500 mil cruzeiros cobrar-se-ão Cr$ 300,00 por Cr$ 50.000,00, ou fração desta quantia.

Nota: Para efeito do lançamento deste imposto, de conformidade com seu valor, lançamento que será revisto semestralmente, os contribuintes deverão apresentar á exatoria competente, dentro de 30 dias os contratos das obras de empreitadas ou de administração.

Tratando-se de obra a ser executada em mais de um exercício, tomar-se-á para lançamento de cada um desses exercícios o valor total da obra, dividido pelo número dêles.

23 – Corretor de fundos ou mercadorias 28%.
24 – Decorador 30%.
25 – Dentista (gabinete sem instalação elétrica):
a) de grande movimento 30%.
b) de menor movimento 33%.
26 – Dentista (gabinete com instalação elétrica):
a) de grande movimento 28%.
b) de menor movimento 31%.
27 – Desenhista 30%.
28 – Despachante ou empresário de transportes 28%.
29 – Dormentes ou Madeira ou Lenha – mercador ou fornecedor de:
a) em grande escala 23%.
b) em pequena escala 30%.

c) em escala mínima 32%.

30 - Embutidor 33%.

31 - Empalhador 33%.

32 - Empreiteiro ou Construtor de Obras, prestando apenas serviços profissionais 24%.

33 - Empresa de Qualquer Natureza:

a) diretor 15%.

b) gerente 20%.

c) diretor presidente 12%.

34 - Engenheiro - Segundo o vulto de serviço de projetos, cálculos, fiscalizações e medições:

a) escritório de grande movimento 25%.

b) de menos movimento 30%.

35 - Escola de dança 26%.

36 - Estábulo para fornecimento de leite 30%.

37 - Fábrica de Tecidos - não sendo sociedade anônima:

a) diretor 15%.

b) diretor presidente 12%.

c) gerente 20%.

38 - Ferrador de animais 35%.

39 - Gado Vacum, Cavalar, Muar ou Qualquer outro inclusive Suinos (Comprador ou mercador de; por conta própria ou de outrem;

a) em grande escala 5%.

b) em pequena escala 14%.

c) em escala mínima 20%.

d) Comissário ou intermediário de Compra 20%.

e) invernista de 20%.

40 - Guarda Livros 33%.

41 - Hotel - Gerente de 33%.

42 - Leiloeiro 33%.

43 - Manicure ou Pedicure 33%.

44 - Massagista 33%
45 - Médico:
a) consultório de grande movimento 25%
b) idem, de menor movimento 30%
46 - Ovos ou Aves - mercador de: 33%
47 - Parteira diplomada 33%
48 - Pedreira - empresário, arrendatário ou proprietário:
a) em grande escala 25%
b) em pequena escala 30%
49 - Fotógrafo que trabalha mediante pagamento 35%
50 - Piano - alugador 33%
51 - Ponto a four 35%
52 - Procurador de Partes:
a) escritório de grande movimento 25%
b) idem, de menor movimento 29%
53 - Protético 26%
54 - Radiografista - Raio X - Gabinete de - seja ou não seja de médico 24%
55 - Retratistas - Retratos à Crayon 30%
56 - Seguros - Superintendente ou gerente geral ou representante de companhia de seguros de qualquer natureza:
a) com séde fóra do estado 10%
b) com séde dentro do estado 15%
57 - Serviços de Encommendas - Comissário ou agente de: 25%
58 - Sociedade Anonima:
a) diretor 15%
b) diretor presidente 12%
c) gerente 20%
d) outros membros da diretoria 20%
59 - Tropeiro - Fazenda, transporte de mercadorias:

a) tendo de 4 até 10 animais — 35ª.
b) tendo mais de 10 animais — 33ª.
28ª.

60 – Veterinária

Série "D"

Ambulantes

Especificações

1 – Agente Comercial ou Intermediário de Negócios: sem p especificações nestas séries: Cr$ 550,00

2 – Agente Comercial – que realiza negócio, obtendo encomenda por meio de catálogos, prospectos, fotografias, anuncios de propaganda de casas, emprêsas, usinas, estabelecidas fora do Estado Cr$ 200,00

3 – Agentes de Anuncios Cr$ 110,00

4 – Agente de Companhias de Seguros de qualquer Natureza Cr$ 100,00

5 – Agente de Companhia ou Empresa que adote o sistema de Sorteios, de Qualquer Espécie Cr$ 700,00

6 – Agente (Comprador de fruitas por conta própria) Cr$ 60,00

7 – Agente de Empréstimos Cr$ 250,00

8 – Agente Vendedor de produtos Químicos ou farmacêuticos ou Drogas (sem depósito) Cr$ 300,00

9 – Aguas Gasosas – mercador de: Cr$ 60,00

10 – Aguas Gaseificadas – mercador de:
a) em escala média Cr$ 250,00
b) em escala mínima Cr$ 100,00

11 – Aguardente – mercador de:
a) em maior escala Cr$ 1.100,00
b) em menor escala Cr$ 700,00

12 – Algodão – mercador de:
a) em grande escala Cr$ 1.100,00
b) em escala média Cr$ 550,00
c) em escala pequena Cr$ 300,00

13 – Alhos – (Vide Cebolas)

14 – Areia – mercador de: Cr$ 60,00

15 - Artigos de Armarinho - mercador de:
a) em maior escala — cr$ 650,00
b) em menor escala — cr$ 300,00
16 - Armas de Fogo e Munições - mercador de: — cr$ 2.000,00
17 - Armas de Fogo Somente - — cr$ 1.000,00
18 - Arreios e Seus Pertences:
a) em maior escala — cr$ 250,00
b) em menor escala — cr$ 120,00
19 - Artigos ou Ovos - mercador de:
a) em maior escala — cr$ 100,00
b) em menor escala — cr$ 60,00
20 - Balas, Doces e Confeitos:
a) em maior escala — cr$ 120,00
b) em menor escala — cr$ 60,00
21 - Barbeiro - (serviço a domicilio — cr$ 60,00
22 - Bebidas Alcoólicas - mercador de:
a) em grande escala — cr$ 1.500,00
b) em escala media — cr$ 1.200,00
c) em pequena escala — cr$ 800,00
23 - Bijouterias, Berloques, Quinquilharias:
a) em maior escala — cr$ 400,00
b) em menor escala — cr$ 300,00
24 - Botequim - Café, doces, biscoitos:
a) em maior escala — cr$ 100,00
b) em menor escala — cr$ 60,00
25 - Brinquedos:
a) em maior escala — cr$ 120,00
b) em menor escala — cr$ 60,00
26 - Carnaval - Mercador de Lança - Perfumes, Confeti e Serpentina:
a) em grande escala — cr$ 550,00
b) em escala média — cr$ 450,00
c) em pequena escala — cr$ 350,00

27 - Carnaval - Artigos Carnavalescos - Mercador de:

a) lança-perfume, em maior escala — Cr$ 300,00
b) idem, em menor escala — Cr$ 250,00
c) confeti, em maior escala — Cr$ 250,00
d) idem, em menor escala — Cr$ 200,00
e) serpentina, em maior — Cr$ 200,00
f) idem, em menor escala — Cr$ 150,00
g) dominós, mascaras, fossovios, pandeiros e artigos congêneres, em maior escala — Cr$ 300,00
h) idem, idem, em menor escala — Cr$ 250,00
i) idem, idem, em pequena escala — Cr$ 200,00

28) - Cebolas ou Alhos & Batatas e Artigos Semelhantes:

a) em maior escala — Cr$ 100,00
b) em menor escala — Cr$ 60,00

29) - Casemiras e Brins: mercador de:

a) em maior escala — Cr$ 600,00
b) em menor escala — Cr$ 300,00

30 - Carvão Vegetal -

a) em maior escala — Cr$ 100,00
b) em menor escala — Cr$ 60,00

31 - Cristal - mercador de:

a) em grande escala — Cr$ 1.800,00
b) em menor escala — Cr$ 1.000,00

32 - Cutelaria - Objetos de:

a) em maior escala — Cr$ 100,00
b) em menor escala — Cr$ 60,00

33 - Dentista - com gabinete portatil — Cr$ 160,00

34 - Diamantes - mercador de:

a) em maior escala — Cr$ 3.000,00
b) em menor escala — Cr$ 2.000,00

35 - Divertimentos Públicos - companhia equestres - (circos) - de teatro, cinematografo - e quaisquer outros empregos semelhantes..... — Cr$ 550,00

36 - Boas - mercador de:	
a) em maior escala	cr$ 100,00
b) em menor escala	cr$ 60,00
37 - Empalhador	cr$ 60,00
38 - Embutidor	cr$ 60,00
39 - Encerador, Envernizador, Lustrador	cr$ 60,00
40 - Espelhos, Quadros, Molduras, Estampas	cr$
a) em maior escala	cr$ 300,00
b) em menor escala	cr$ 200,00
c) em pequena escala	cr$ 100,00
41 - Estatuetas de Mármore	cr$ 200,00
42 - Idem de Gesso, Pedra, Barro, Massa ou Madeira	cr$ 120,00
43 - Idem, idem, idem, Em menor escala	cr$ 80,00
44 - Exposição Cosmorama, Figuras de Cera e outras ou Animais vivos e touradas	cr$ 100,00
45 - Fazendas, Roupas Feitas -	
a) em maior escala	cr$ 500,00
b) em menor escala	cr$ 300,00
46 - Ferro Velho - & objetos de:	
a) em maior escala	cr$ 120,00
b) em menor escala	cr$ 80,00
47 - Frutas - mercador de:	cr$ 60,00
48 Fumos - mercador de:	
a) em maior escala	cr$ 500,00
b) em menor escala	cr$ 300,00
49 - Funileiro - Latoeiro, Obras de Folha de Flandres...	cr$ 60,00
50 - Gado Vacum - mercador de:	
a) em grande escala	cr$ 2.500,00
b) em escala média	cr$ 1.800,00
c) em pequena escala	cr$ 1.400,00
d) em escala mínima	cr$ 700,00
51 - Gado Lanígero - Caprino - mercador de:	
a) em grande escala	cr$ 500,00

b) em escala média — cr$ 250,00
c) em pequena escala — cr$ 120,00

52 - Gado Suino - mercador de:
a) em grande escala — cr$ 500,00
b) em escala media — cr$ 300,00
c) em pequena escala — cr$ 150,00

53 - Generos Alimenticios: mercador de:
a) em grande escala — cr$ 500,00
b) em menor escala — cr$ 250,00
c) em escala minima — cr$ 100,00

54 - Gravatas - mercador de:
a) em grande escala — cr$ 500,00
b) em menor escala — cr$ 300,00

55 - Fogos - Objetos de: mercador: — cr$ 1.200,00

56 - Joias - objetos de ouro, prata e pedras preciosas
a) em maior escala — cr$ 2.000,00
b) em menor escala — cr$ 1.500,00

57 - Joias - imitação - mercador de:
a) em maior escala — cr$ 550,00
b) em menor escala — cr$ 300,00

58 - Malhas - tecidos de, mercador de:
a) em maio escala — cr$ 500,00
b) em escala média — cr$ 300,00
c) em pequena escala — cr$ 200,00

59 - Mica - mercador de:
a) em maior escala — cr$ 700,00
b) em menor escala — cr$ 500,00

60 - Navegação a Vapor - empresário ou arrendatário de - exercendo comércio de Qualquer natureza:
a) em maior escala — cr$ 3.000,00
b) em menor escala — cr$ 2.000,00

61 - Navegação - não sendo o vapor — cr$ 1.500,00

62 - Ouro - mercador de:

a) em grande escala Cr$ 2.500,00
b) em escala média Cr$ 2.000,00
c) em pequena escala Cr$ 1.200,00
d) em escala mínima Cr$ 800,00

63 - Ótica - artigos de: e material fotográfico Cr$ 300,00

64 - Peixes - mercador de Cr$ 100,00

65 - Peles, Peliças e Plumas - mercador de:
a) em maior escala Cr$ 1.500,00
b) em menor escala Cr$ 700,00

66 - Peles de Animais Silvestres - mercador:
a) em grande escala Cr$ 550,00
b) em pequena escala Cr$ 300,00

67 - Pensão - a domicílio fornecendo
a) até 5 pessoas Cr$ 100,00
b) de 5 até 8 pessoas Cr$ 150,00
c) de 8 até 12 pessoas Cr$ 300,00
d) mais de 12 pessoas Cr$ 400,00

68 - Perfumaria - mercador de:
a) em maior escala Cr$ 1.000,00
b) em menor escala Cr$ 600,00

69 - Fotógrafo Cr$ 1.000,00

70 - Queijo - mercador de:
a) em maior escala Cr$ 300,00
b) em menor escala Cr$ 100,00

71 - Restaurante (em estrada de ferro) - arrendatário ou empresário:
a) em maior escala Cr$ 2.200,00
b) em menor escala Cr$ 1.100,00

72 - Revistas - livros e Jornais Cr$ 60,00

73 - Rompas Feitas - mercador
a) em maior escala Cr$ 500,00
b) em menor escala Cr$ 300,00

74 - Sabão, Sabonetes, mercador de: Cr$ 100,00

75 – Salsichas - Conservas e Similares - mercador de:
a) em maior escala — cr$ 300,00
b) em menor escala — cr$ 100,00

76 – Sedas, Sás, Linhos - tecidos de: mercador:
a) em grande escala — cr$ 2.000,00
b) em escala média — cr$ 1.000,00
c) em pequena escala — cr$ 500,00

77 – Sorvetes - mercador de: — cr$ 60,00

78 – Toucinho - mercador de:
a) em maior escala — cr$ 200,00
b) em menor escala — cr$ 100,00

79 – Vassouras - Escovas, Espanadores, obras de vime .... — cr$ 60,00

Imposto de Licença
Tabela A
Estabelecimentos ou atividades Comerciais

	Escala Máxima	Escala Média	Escala Mínima
1 – Acessórios Para Automoveis	(12)	(14)	(16)
2 – Açougues - de carnes verdes, inclusive toucinho, com venda diária ou não:			
a) de mais de 200 quilos	(31)	-	-
b) de mais de 100 até 200 quilos	(33)	-	-
c) até 100 quilos	(35)	-	-
3 – Adubos Químicos	(36)	(37)	(38)
4 – Agência de Leilões	(29)	(31)	(33)
5 – Agência de Informações	(29)	(31)	(33)
6 – Agência de Qualquer Natureza	(29)	(31)	(33)
7 – Aguardente - mercador	(12)	(14)	(15)
8 – Aguas Minerais Naturais - por atacado	(14)	(16)	(19)
9 – Aguas Minerais Naturais	(14)	(19)	(29)
10 – Alcool Não Desnaturado:			
a) por atacado	(24)	(26)	(27)

	b) a varejo	(24) (26) (27)	
11 –	Alfafa, feno, Farelo e outras Forrageiras	(33) (35) (37)	
12 –	Algodão Beneficiado	(22) (25) (29)	
13 –	Algodão não Beneficiado	(31) (33) (35)	
14 –	Alugadores de Animais	(31) (35) (39)	
15 –	Aniagem (ou Sacos de)	(33) (36) (39)	
16 –	Anúncios (empresario ou agentes de)	(33) (36) (39)	
17 –	Aparelhos Eletricos ou Objetos de Iluminação congêneres	(12) (19) (27)	
18 –	Arames para Capinnes ou para Cimento	(30) (33) (35)	
19 –	Araruta ou Farináceas, Farinhas	(33) (36) (39)	
20 –	Areia, Cascalho, Saibro	(34) (37) (40)	
21 –	Armarinhos:		
	a) por atacado	(14) (16) (18)	
	b) a varejo	(16) (20) (29)	
22 –	Armas de Fogo – casa especial de armas e munições ou sómente armas de fogo.	(12) (13) (14)	
23 –	Armas de Fogo e Munições, a varejo, ou sómente armas de fogo a varejo	(12) (16) (19)	
24	Armazem ou Deposito fechado de mercadorias, não efetuando vendas	(20) 23) (25)	
25 –	Idem, para comércio de armazenagem ou trânsito	(17) (19) (21)	
26 –	Arreios, Artefatos de couro, Artigos de viagem, nacionais ou estrangeiros	(12) (19) (29)	
27 –	Arroz		
	a) atacadista	(29) (30) (31)	
	b) varejista	(33) (34) (35)	
28 –	Artefatos de Madeira	(29) (31) (34)	
29 –	Açucar Bruto ou Refinado:		
	a) por atacado	(17) (18) (19)	
	b) a varejo	(19) (21) (23)	
30 –	Açucar – mercador	(19) (21) (23)	

31 – Automóveis, com ou sem deposito de máquinas (12) (13) (14)

32 – Automóveis Usados, com ou sem deposito de maquinas (14) (16) (19)

33 – Aviários ou venda de Galináceos, Leitões Mortos ou Vivos, em estabelecimentos especiais (31) (33) (35)

34 – Aviário, não sendo Casa especial (37) (39) (41)

35 – Azulejos, Ladrilhos, Mosáicos e Artigos Semelhantes (14) (16) (19)

36 – Balas ou Confeitos (23) (27) (31)

37 – Bancos – Casa bancária ou de desconto ou emprestimo (matriz):

a) com Capital até Cr$ 500.000,00 (12) – –

b) de mais de Cr$ 500.000,00 até Cr$ 1.000,000,00 (7) – –

c) de mais de Cr$ 1.000,000,00 até Cr$ 2.000.000,00 (5) – –

d) de mais de Cr$ 2.000,000,00 até 3.000.000,00 (3) – –

e) de mais de Cr$ 3.000.000,00 (1) – –

38 – Bancos – Agencia de – (12) (13) (14)

39 – Banhas:

a) atacadista (19) (20) (21)

b) varejista (34) (36) (39)

40 – Banhos ou Duchas (casa de) (33) (35) (37)

41 – Bar – Restaurante (23) (25) (27)

42 – Bar (25) (27) (29)

43 – Barralhos ou Artigos de Jogos, exceto de cultura fisica (23) (27) (31)

44 – Barbeiro:

a) tendo mais de 4 cadeiras (33) – –

b) tendo mais de 2 até 4 cadeiras (35) – –

c) tendo até 2 cadeiras (36)

45 - Barris vasios (36) (38) (40)

46 - Baztar (14) (16) (19)

47 - Bebidas Alcoolicas ou Artificiais por atacado (8) (9) (10)

48 - Bebidas Alcoolicas ou Artificiais (casa especial) (8) (9) (10)

49 - Bebidas Alcoolicas ou Artificiais:
Todos os estabelecimentos que ntem de outros artigos, venderem bebidas alcoolicas, ficam sujeitos aos seguintes lançamentos como anexos á tributação que lhes couber, tendo-se em vista o sortimento da casa:

a) de 1ª classe (8) - -
b) de 2ª classe (10) - -
c) de 3ª. classe (12) - -
d) de 4ª classe (14) - -
e) de 5ª. classe (sédes de distrito, somente) (19) - -
f) de 6ª classe (zona rural) sómente (25) - -

50 - Belchior ou Mercador de Objetos usados (32) (35) (37)

51 - Bicicleta - mercador de (27) (31) (33)

52 - Bicicleta - alugador, tendo ou não oficinas de consertos (31) (33) (35)

53 - Bijouteria (29) (31) (33)

54 - Bilhar - casa com um bilhar (34) - -
tendo mais de um bilhar (34) - -
tendo mais de um bilhar, pagará por mesa que exceder) (35) - -

55 - Biscoutos - mercador (27) (31) (37)

56 - Bombeiro, com Oficina, vendendo artigos do mesmo gênero (33) (36) (37)

57 - Idem, Idem, trabalhando por encommenda (35) (37) (39)

58 - Bonés - mercador de (35) (37) (39)

59 - Bordados, à máquina ou a mão mercador (35) (37) (39)

60 - Botequins, ou Casa de Comestiveis, Café etc. (23) - -

61 – Idem, Idem, casa de segunda ordem	(27)	–	–
62 – Idem, Idem, casa de terceira ordem	(31)	–	–
63 – Brinquedos	(14)	(19)	(29)
64 – Cabeleireiro, não especial para Senhoras	(31)	(33)	(35)
65 – Café em Chicaras – ou casa de Comestiveis:			
a) casa de 1ª. ordem	(23)	–	–
b) casa de 2ª. ordem	(27)	–	–
c) casa de 3ª. ordem	(31)	–	–
66 – Café – mercador	(19)	(21)	(23)
67 – Café – comprador com escritório, por conta propria ou de outro	(10)	(12)	(14)
68 – Caixas, Caixinhas ou Caixotes, Etc.; mercador	(34)	(36)	(39)
69 – Cal – mercador	(23)	(27)	(31)
70 – Calçados – atacadista	(14)	(16)	(19)
71 – Calçados varejistas	(17)	(23)	(29)
72 – Calcados, Armarinhos, Chapeos de sol e de Cabeça, Bengalas, a varejo	(17)	(22)	(27)
73 – Caldo de Cana	(38)	(40)	(42)
74 – Cambista, fazendo transações sôbre moeda ou semelhantes	(16)	(18)	(20)
75 – Cantinas	(11)	(17)	(25)
76 – Carnaval (artigos Carnavalescos)			
I – Mercador:			
a) lança perfume	(35)	(36)	(38)
b) serpentina	(36)	(38)	(39)
c) confeti	(38)	(40)	(42)
II – Outros artigos do mesmo genero, como sejam: mascaras, assobios, etc., por artigo	(25)	(26)	(27)
III – Comerciantes já estabelecidos	(20)	(22)	(24)
IV – Os que se estabelecerem sómente durante os dias de Carnaval ficam sujeitos			

	ao pagamento da licença, na classe	(12)	(11)	(15)
77	Carvão	(33)	(35)	(37)
78 –	Casa de Pasto	(29)	(31)	(33)
79 –	Casa de Saúde ou Hotel para Convalescentes (Vide Hotel)	–	–	–
80 –	Casa de Hospedagem (fornecendo apenas aposentos mobiliados ou não (Vide Hotel)	–	–	–
81 –	Cascas Vegetais	(36)	(37)	(38)
82 –	Cera ou Mel, Selos e Graxas, ou Lubrificantes	(35)	(37)	(38)
83 –	Cerâmica – produtos de mercador	(17)	(22)	(29)
84 –	Cereais – mercador ou comissário	(14)	(16)	(18)
85 –	Cereais a varejo	(17)	(23)	(29)
86 –	Comissões ou Consignações – de qualquer espécie – Casa especial	(14)	(16)	(18)
87 –	Comissões ou Consignações – ou suprimentos sobre ordens de Conhecimentos ou Mercadorias	(14)	(16)	(18)
88 –	Charutaria, Cigarros, Cigarrilhas, Rapé, Fumos e Artigos para Fumantes	(12)	(19)	(31)
89 –	Cimento – mercador	(14)	(17)	(19)
90 –	Cimento armado – mercador de artefatos	(19)	(21)	(23)
91 –	Cinematógrafo ou Semelhantes, funcionando diariamente:			
	a) Com uma frequência presumível de 100 assistentes ou mais	(12)	–	–
	b) idem, idem, de menos de 100 assistentes	(19)	–	–
92 –	Cinematógrafo ou Semelhante, não funcionando diariamente:			
	a) com uma frequência presumível de 100 assistentes ou mais	(27)	–	–
	b) idem, idem, de menos de 100 assistentes	(29)	–	–

93 - Cirurgia - material dentário ou instrumentos cirurgicos (14) (17) (19)

94 - Cocheiras de alugar animais ou de recebê-los a trato 37 39 40

95 - Cofres, Arquivos, Maquinas de escrever ou Pianos (12) (16) (19)

96 - Colchões - mercador (32) (35) (38)

97 - Confeitaria, café Etc. (19) (23) (26)

98 - Conservas em Geral (31) (32) (33)

99 - Construções material de mercador (12) (16) (19)

os construtores e empreiteiros que tenham depósito de materiais afim de serem empregados sómente em suas obras, então sujeitos ao pagamento deste imposto)

100 - Coroas Funebres e Flores Artificiais (29) (30) (31)

101 - Couros Secos ou Salgados (31) (33) (35)

102 - Couros Preparados ou curtidos (23) (26) (29)

103 - Diamantes ou Pedras Preciosas - mercador (12) (16) (19)

104 - Discos de Radiola, Vitrola ou Congeneres (29) (31) (33)

105 - Divertimentos Publicos de qualquer natureza, não especificados, inclusive proprietário ou empresario de Casa de baile (27) (29) (31)

105ª - Drogaria, por atacado (12) (13) (14)

106 - Drogaria, á varejo (12) (16) (19)

107 - Drogaria e Farmacia, a varejo (12) (16) (19)

108 - Dinamites e outros Explosivos (19) (23) (29)

109 - Elásticos, Tempos e Artigos Semelhantes (23) (25) (27)

110 - Engraxates (Salão de):

a) Com mais de 10 cadeiras, vendendo cordões e graxa (33) - -

b) Com 6 até 10 cadeiras (35) - -

c) com 2 até 5 cadeiras (38) - -
d) com 1 cadeira (41) - -

111 - Escritório de venda por amostras (27) (29) (31)
112 - Escritório de qualquer natureza (27) (29) (31)
113 - Escritório de Comissões e consignações
(vide Comissões e consignações) - - -
Os escritórios acima enumerados que tiverem mercadorias em deposito, serão classificados na respectiva classe como mercadores)
114 - Estampas, Quadros, Molduras, Espelhos, Cartões postais, Etc. (29) (31) (33)
115 - Essências, oleos, vernizes e semelhantes (33) (35) (37)

116 - Exportador de mercadorias não especificadas (19) (21) (23)
117 - Farmácia e Drogaria (vide drogaria e farmácia) - - -
118 - Farmacia (19) (23) (29)
(As farmacias ou drogarias que venderem preparados próprios ou perfumarias, ficam sujeitas ao pagamento integral das respectivas contribuições fixas que lhes competir)
119 - Fotografias (29) (30) (31)
120 - Farinha de trigo - mercador (12) (14) (19)
121 - Fazendas:
a) por atacado (12) (14) (19)
122 - Farinhas e Armarinhos:
a) por atacado (12) (13) ( )
b) a varejo (12) (19) (31)
123 - Fazendas, Armarinho, Ferragens, bonças, calçados, Roupas feitas, chapeus, Arreios, Gê-

neros ou Molhados, etc:

a) por atacado (12) (13) (14)

b) a varejo (12) (19) (29)

124 - Fazendas, Modas e Confecções - Comerciante ou mercador em instalações transitoria seja em hospedarias, hoteis, ou residencias particulares, expondo ou oferecendo a venda mercadorias de seu Comercio e malas, armarios, caixas, pacotes ou envolucros por quaisquer outro modo. (12) (19)

125 - Fazendas, Modas e Confeções - idem, idem, idem, com vendas a dinheiro e a prestações (12) (14) (19)

126 - Ferragens:

a) por atacado (12) (13) (14)

b) a varejo (12) (19) (29)

127 - Ferro velho - mercador de (35) (39) (41)

128 - Ferragens, louças, outras Mercadorias Semelhantes, Armarinhos, tintas, a varejo (12) (19) (29)

129 - Filmes alugadores ou sublocadores (19) (23) (29)

130 - Flores Naturais (35) (38) (40)

131 - Fogões de Ferro - mercador de (31) (33) (35)

132 - Fogos de Artificios (21) (25) (31)

133 - Folhas Latas, Baus e Congêneres (35) (37) (39)

134 - Forragens - mercador de - - -

135 - Frutas Nacionais e Extrangeiras, sendo ou não casa especial (35) (37) (39)

136 - Frutas Nacionais e Extrangeiras, sendo ou não casa especial (32) (35) (37)

137 - Fumos ou Cigarros (12) (19) (29)

138 - Garagem de aluguel, para qualquer veiculo (29) (31) (33)

139 - Idem, idem, tendo oficina de consertos (23) (25) (27)

140 - Gêneros Alimentícios, por atacado (14) (15) (16)

141 - Gêneros Alimentícios, nacionais e estrangeiros, a varejo: 14 19 29
142 - Idem, Idem, Idem, menos molhados 35 37 39
143 - Gramofones, fonografos e Semelhantes (vide radios)
144 - Guarda - Chuvas, Sombrinhas, Bengalas e Semelhantes (23) (27) (31)
145 - Hospedaria ou Casa de Cômodos (vide Pensão) - - -
146 - Hotel:
a) tendo até 8 quartos (30) (31) (33)
b) tendo mais de 8 até 12 quartos (25) (28) (30)
c) tendo mais de 12 até 20 quartos (20) (22) (25)
d) tendo mais de 20 até 50 quartos (16) (18) (20)
e) tendo mais de 50 até 100 quartos (8) (12) (14)
f) tendo mais de 100 quartos (1) (5) (7)
147 - Iluminação - objetos de (12) (19) (27)
148 - Importador de mercadorias estrangeiras (12) (13) (14)
149 - Instrumentos e objetos de Musica (31) (33) (35)
150 - Jóias (12) (12) (14)
151 - Idem, vendendo ou não relógios (14) (16) (18)
152 - Jogos permitidos:
a) de 1ª classe (1) - -
b) de 2ª classe (8) - -
c) de 3ª classe (12) - -
d) de 4ª classe (15) - -
153 - Jornais, Revistas, etc. - mercador (31) (35) (36)
154 - Querozene - depositário ou mercador (25) (27) (29)
155 - Laticinios - Casa de (27) (30) (32)
156 - Leite - comprador, exportador ou revendedor tendo estabelecimentos com câmara frigorifica (27) (31) (33)
157 - Leiteria (35) (37) (39)

158 - Serharia:
a) com maquinismos (31) (33) (35)
b) sem maquinismos (35) (37) (39)
159 - Linhas ou fios (14) (19) (24)
160 - Livraria ou Papelaria e Objetos de Escritório (14) (23) (27)
161 - Louças, Vidros e Cristais (12) (19) (29)
162 - Máquinas - mercador de máquinas de qualquer espécie, motores, dinamos, etc (12) (16) (19)
163 - Máquinas - mercador de máquinas usadas, de qualquer espécie (29) (30) (31)
164 - Madeiras - preparadas ou não (23) (26) (29)
165 - Malas, Baús, Caixas ou Canastras (artigos de viagem) (19) (23) (29)
166 - Malhas - tecidos de meias ou camisas de meias (23) (26) (29)
167 - Mármore - em bruto ou em obras (19) (21) (23)
168 - Medicamentos, não sendo em farmacias ou drogarias (35) (37) (39)
169 - Mercadorias ou Móveis - Clubes ou casa de vendas a prestações (12) (16) (19)
170 - Modas, Enfeites, etc., artamentos etc., ou chapeus, bonés, boinas etc. (23) (26) (29)
171 - Molhados - Casa de (29) (30) (31)
172 - Móveis, Colchões, Almofadas, Tapetes, Cangoleuns e Artigos Semelhantes (12) (15) (17)
173 - Móveis e Colchões (14) (16) (19)
174 - Móveis (16) (19) (23)
175 - Móveis usados (33) (35) (36)
176 - Móveis Arripticos ou Instrumentos cirurgicos ou cientificos (12) (14) (19)
177 - Munições - Casa de (12) (14) (16)
178 - Idem, não sendo casa especial (14) (16) (19)
179 - Ótica - artigos de - ou material fotográ-

fico e Semelhantes (19) (19) (29)
180 - Ortopedia - objetos de (35) (36) (37)
181 - Pães - mercador com depósito, não sendo fabricante ou mesmo fabricante tendo depósito separado da padaria (37) (38) (39)
182 - Pássaros - mercador de (38) (38) (39)
183 - Peixes (vide açougues) - - -
184 - Peles ou Peliças, Plumas e Congêneres (12) (16) (19)
185 - Pensão:
a) tendo de 3 até 5 quartos (35) (36) (38)
b) tendo mais de 5 até 8 quartos (32) (33) (34)
c) tendo mais de 8 até 15 quartos (25) (27) (31)
(A pensão que tiver mais de 15 quartos será classificada como hotel).
186 - Perfumarias (12) (19) (29)
187 - Preparados Farmacêuticos - mercador com depósito (19) (21) (23)
188 - Rádios, Radiolas ou Artigos Semelhantes (12) (16) (19)
189 - Radiotelefonia, como diversão remunerada (35) (36) (37)
190 - Rapadura - mercador de - (31) (32) (33)
191 - Relógios - mercador de (29) (30) (31)
192 - Relógios Mercador, vendendo jóias (12) (14) (16)
193 - Restaurantes (23) (25) (27)
194 - Rinha - sendo ou não empresário (25) (27) (29)
195 - Roupas Feitas - mercador (19) (23) (29)
196 - Sacos Vazios - mercador (36) (38) (40)
197 - Salsichas, Salames e outras Carnes preparadas (33) (34) (35)
198 - Sal grosso (19) (21) (23)
199 - Sedas - Casa especial de tecidos de seda, por atacado e a varejo (12) (19) (29)
200 - Seguros - Companhia de (12) (13) (14)
201 - Sementes ou Venda de Plantas (36) (38) (40)

202- Solas, Couros e Semelhantes (23) (26) (29)
203- Tapeçarias ou objetos de Ornamentação (12) (16) (19)
204- Taverna - Casa de gêneros do país, ou quitandeiro de capital inferior a Cr$ 1.000,00 (37) (38) (39)
205- Telefones - empresa de (10) (12) (14)
206- Terrenos - vendedor por conta própria ou de terceiros (27) (29) (31)
207- Tiro ao Alvo - com prêmios em objetos (25) (27) (29)
208- Idem, Idem - vendendo pouleis (25) (27) (29)
209- Idem, Idem - vendendo pouleis (25) (27) (29)
209ª - Transportes de Mercadorias - Empresa de (27) (29) (31)
210 - Tintas - Mercador de tintas ou outros artigos de pintura (27) (29) (31)
211 - Vime - artefatos de mercador (19) (23) (27)

Estabelecimentos ou atividades Industriais

	Escala Máxima	Escala Média	Escala Mínima
1 - Adubos	(35)	(37)	(39)
2 - Água Potável - emprêsa de abastecimento d'água potavel:			
a) tendo 100 ligações ou mais	(14)	(17)	(23)
b) com menos de 100 ligações	(23)	(25)	(27)
3 - Aguardente - Fabricante	(12)	(13)	(14)
4 - Águas Artificiais (vide Bebidas).			
5 - Álcool não Desnaturado	(12)	(13)	(14)
6 - Alfaiataria - tendo ou não aviamentos	(25)	(29)	(35)
7 - Algodão - Máquina de beneficiar a vapor ou eletricidade - preparando produtos de terceiros	(19)	(20)	(21)
8 - Idem, Idem, de água, animal ou braço	(29)	(31)	(33)
9 - Amolador, com estabelecimento	(38)	(40)	(42)
10 - Arame, Telas ou Artigos Semelhantes	(20)	(31)	(33)
11 - Armador ou Empresa funerária, fornecendo artigos congêneres, com			

estabelecimento (12) (13) (14)

12 - Armador com Estabelecimento, fornecendo artigos congeneres. (14) (15) (16)

13 - Armador, simplesmente - com estabelecimento, não fornecendo artigo algum (19) (21) (23)

14 - Armeiro - Oficina de Conserto de armas (35) (37) (39)

15 - Arreios, Couros, Peles e Artigos de Viagens - Fabricante (14) (23) (29)

16 - Arroz - Maquina de beneficiar a vapor ou eletricidade (19) (20) (21)

17 - Idem, idem a água (29) (30) (31)

18 - Açucar - usina fabricando mais de 50.000 sacas annais (1) ( ) ( )

19 - Açucar - usina a vapor ou eletricidade, tendo ou não refinação (19) (20) (21)

20 - Açucar - refinação (29) (30) (31)

21 - Atelier de Costuras, fornecendo enfeites, aviamentos, etc., para Senhoras ou Meninas (31) (33) (35)

22 - Atelier de Costura, trabalhando por encomendas (36) (38) (40)

23 - Automoveis - Oficina de consertos e lavagem, tendo maquinismos (19) (23) (27)

24 - Automoveis - Oficina de consertos ou de lavagens (19) (23) (27)

25 - Automoveis - Oficina de consertos sem maquinismos (36) (38) (40)

26 - Azulejos Ladrilhos ou Mosaicos - Fábrica (14) (19) (27)

27 - Balas e Confeitos - fabricante (31) (33) (35)

28 - Banhas - Fábrica (14) (15) (16)

29 - Baralhos ou Artigos de jogos que não sejam de cultura fisica - Fabricante (27) (29) (29)

30 - Bebidas - Fabricante de bebidas artificiais ou alcoolicas (8) (12) (14)

31 - Bicicletas - Oficina de concertos (31) (33) (35)
32 - Bilhar - Fábrica (17) (19) (21)
33 - Biscoitos - Fábrica (29) (31) (32)
34 - Bonecos ou Fantoches - Fabrica (35) (37) (39)
35 - Bonés - Fábrica (35) (37) (39)
36 - Bordados - Fábrica (35) (37) (39)
37 - Borrachas - Fábrica de artefatos (29) (31) (33)
38 - Brinquedos - Fabricante (19) (23) (29)
39 - Café - maquina de beneficiar a Vapor ou eletricidade (19) (20) (21)
40 - Idem, Idem, a água (27) (29) (31)
41 - Café - torrefação ou moagem (27) (29) (31)
42 - Caixas ou Caixinhas de Papelão (33) (35) (37)
43 - Idem, Idem, ou Caixotes de madeira Fabricante (31) (33) (35)
44) - Cal - Fabricante (29) (31) (33)
45 - Caldeireiro (29) (31) (33)
46 - Calçados - Fabricante (12) (14) (27)
47 - Calista - com estabelecimento (35) (37) (39)
48 - Camisas e Roupas Brancas, etc. Fabricante (27) (29) (31)
49 - Cantaria - oficina de canteiro nas pedreiras ou fora delas (29) (31) (33)
50 - Carimbos - fábrica (36) (38) (40)
51 - Carpintaria ou Marcenaria, tendo oficinas de esquadria (19) (21) (23)
52 - Carpintaria ou Marcenaria, simplesmente (29) (31) (33)
53 - Carvão Vegetal - Fábrica (32) (33) (34)
54 - Cerâmica (12) (13) (14)
55 - Cerâmica, fabricando apenas pequenos utensílios (29) (31) (33)
56 - Cereais não Especificados - maquinas de beneficiar (29) (31) (33)
57 - Cerveja - fábrica ou frigorifico (8) (9) (10)
58 - Cerveja - fábrica, sem frigorifico (12) (13) (14)

59 - Chapéus para homens - Fábrica	(14)	(17)	(19)
60 - Chapéus, Gorros ou Boinas para Senhoras ou Crianças	(29)	(31)	(32)
61 - Chapéus - Consertados ou reformador	(35)	(36)	(37)
62 - Charutos ou Cigarros - fabricante	(12)	(19)	(29)
63 - Chinelos - Fabricante	(27)	(29)	(32)
64 - Cimento Armado ou Semelhantes - Fabrica de peças de -	(14)	(17)	(19)
65 - Cimento - Fabricante	(12)	(14)	(16)
66 - Cofres, Fogões ou Congêneres - Fabrica	(19)	(21)	(23)
67 - Colchões, Almofadas e Artigos Congêneres - Fábrica	(32)	(33)	(34)
68 - Conservas de Qualquer Natureza - Fabricantes	(32)	(33)	(34)
69 - Coroas, Fúnebres ou não, Flores - Fabricantes	(29)	(31)	(33)
70 - Cortume:			
a) Com máquinas	(19)	(21)	(23)
b) Sem máquinas	(29)	(31)	(32)
71 - Cutelaria - Facas, Fogões - Fabricante	(32)	(35)	(37)
72 - Distilaria de Alcool, aguardente, óleos, es essencias, de plantas ou de outras substâncias	(12)	(13)	(14)
73 - Doces - Fabricante	(32)	(34)	(35)
74 - Dourador, Prateador, Niquelador, Galvanizador	(36)	(38)	(40)
75 - Dinamites, Foguetes e Artigos Semelhantes Fabricante	(19)	(23)	(29)
76 - Eletricidade - empresa de	(1)	(3)	(5)
77 - Empalhador, com Oficina	(36)	(38)	(40)
78 - Empalhador, com oficina, fornecendo material	(35)	(37)	(39)
79 - Encadernador - Oficina	(35)	(37)	(39)
80 - Engenho de serra:			

a) a vapor ou eletricidade (23) (26) (29)
b) a água (29) (31) (33)

81 - Escultor - Oficina (29) (31) (33)
82 - Esmerilhadores - Oficina (35) (37) (39)
83 - Espelhos, Quadros, Molduras, Estampas, Etc. - Fábrica (29) (31) (33)
84 - Essências, óleos ou vernizes - Fábrica (32) (34) (36)
85 - Estatuetas de Mármores - Fábrica (27) (29) (31)
86 - Estatuetas de Barro, Gesso ou Massa - Fábrica (32) (34) (36)
87 - Farinha de Qualquer Espécie - Fabricante (36) (37) (38)
88 - Ferraduras - Fábrica (35) (37) (39)
89 - Ferraria ou Serralheria (25) (27) (29)
90 - Fiação - Fábrica com fiação somente (19) (20) (21)
91 - Filtros - fábrica (34) (36) (38)
92 - Floristas - Fábrica de Flores (35) (36) (37)
93 - Fogões de Ferro - Fabricante (19) (21) (23)
94 - Folhas - Fabricante de objetos de (32) (34) (36)
95 - Formicida ou qualquer substância para extinção de insetos - Fábrica (29) (31) (33)
96 - Fósforo - Fábrica (20) (25) (27)
97 - Fotografias - artigos de (31) (33) (35)
98 - Fundição - Usina Siderurgica:
a) Fabricando apenas barras de ferro ou de aço (6) (7) (8)
b) Fabricando Artigos de ferro ou de aço (1) (3) (5)
99 - Gelo - Fábrica (35) (37) (39)
100 - Gravados ou Niqueladores (29) (31) (33)
101 - Gravatas - Fabricante de (33) (35) (37)
102 - Graxas para Sapatos ou outros fins, etc. Fabricante (31) (33) (35)
103 - Guarda - chuvas, Sombrinhas, Bengalas, etc., Fabricante (19) (23) (29)

104 - Guarda - Chuvas - reformador ou conservador, somente (35) (37) (39)
105 - Iluminação Publica ou Particular, por eletricidade - empresario (1) (3) (5)
106 - Idem, idem, a gas ou outro combustivel (8) (9) (10)
107 - Iluminação - fábrica de objetos de (12) (15) (19)
108 Instrumento de Musica - Fábrica (29) (31) (33)
109 - Instrumento de Musica - oficinas de consertos (35) (37) (39)
110 - Joias - fabricante (12) (14) (16)
111 - Joias - imitação - Fabricante (27) (29) (31)
112 - Laboratorio, metalurgico, de produtos quimicos ou farmaceuticos ou de analises (29) (31) (33)
113 - Laticinios:
a) fabrica de uma só especie (23) (25) (27)
b) idem, de mais de uma especie (19) (21) (23)
114 - Lapidação - diamantes ou Pedras preciosas (19) (21) (23)
115 - Lavanderia ou oficina de lavar e engomar (29) (31) (35)
116 - Lavanderia, com tinturaria (27) (31) (35)
117 - Litografia - oficina (32) (34) (36)
118 - Loiças - Fábrica (35) (37) (39)
119 - Louças ou Porcelanas - Fábrica (12) (14) (16)
120 - Louças ou Porcelanas - imitação - Fábrica (29) (31) (33)
121 - Luvas - Fábrica (33) (35) (37)
122 - Malas, Baús, Caixas, Canastras - Fábrica (14) (23) (29)
123 - Marmoristas - Fábrica de Objetos de mármore (27) (29) (31)
124 - Marmoristas - tendo apenas serraria (32) (34) (36)
125 - Marteletes - Fábrica de (19) (21) (23)
126 - Massas Alimenticias Diversas:
a) Com maquinismos (14) (16) (18)

b) Fábrica, sem maquinismos (35) (37) (39)
c) Fábrica, com maquinismos (19) (21) (23)

127 - Mecânica - Oficina de consertos de máquinas, relogios, etc. (31) (33) (35)

128 - Medidas ou Pesos ou Balanças - Fabricante (31) (33) (35)

129 - Meias - fábrica de meias ou de tecidos de malha (29) (32) (35)

130 - Modas - Oficina fornecendo aviamentos (12) (19) (29)

131 - Modas - oficinas trabalhando por encommendas ou de consertos (35) (38) (40)

132 - Moveis - Fabricante (14) (23) (29)

133 - Móveis arrêticos - Fábrica de (14) (19) (23)

134 - Olaria - Fabricante de telhas e tijolos:

a) com maquinismos (12) (13) (14)
b) sem maquinismos (24) (26) (28)

135 - Olaria - fazendo só tijolos, sem maquinismos (29) (31) (33)

136 - Oleados e Artigos Semelhantes - Fábrica (27) (29) (31)

137 - Oleos Lubrificantes ou Qualquer outro - Fabricante (31) (33) (35)

138 - Ótica - Fabricante de artigos de (27) (29) (31)

139 - Ourives - Oficinas de consertos de objetos de ouro, prata e outros metais (31) (33) (35)

140 - Ourives - vendendo relógios (29) (31) (33)

141 - Ourives - não vendendo artigo algum (35) (37) (39)

142 - Padaria:

a) movida a electricidade (19) (23) (27)
b) movida por outro modo (31) (33) (35)

143 - Papel - Fábrica (29) (31) (33)

144 - Parafusos - Fábrica (19) (23) (29)

145 - Peneiras - Fábrica de. (38) (40) (42)

146 - Pedra Plástica ou Artificial - Fabricante de (35) (37) (39)

147 - Pedra para Moinhos - Fabricante (39) (39) (49)

148 - Pedreira - Para extrair pedra bruta ou

preparada (29) (30) (31)
149 - Perfumes ou Extratos - Fabrica (12) (16) (19)
150 - Pesca - empresário (29) (30) (31)
151 - Pilhas Elétricas - Fabricante (35) (37) (39)
152 - Pintura - atelier ou oficina de qualquer espécie (31) (35) (39)
153 - Placas - esmaltadas ou não - fabricante (35) (37) (39)
154 - Plissés - Fábrica (38) (40) (42)
155 - Pneumáticos ou Câmaras de ar - Fábrica (12) (16) (19)
156 - Pneumáticos ou Câmaras de ar - Oficinas de consertos (29) (31) (33)
157 - Pregos - Fábrica (27) (29) (31)
158 - Produtos Químicos ou Farmacêuticos (31) (33) (35)
159 - Rádio - Telefonia - Fabricante de artigos de (31) (33) (35)
160 - Rapadura - Fabricante (29) (33) (35)
161 - Sabão ou Sabonete - Fábrica (29) (31) (32)
162 - Sabão - (29) (31) (32)
163 - Sacos - Fábrica (35) (37) (39)
164 - Salsichas, Conservas ou Semelhantes, Fábrica (32) (33) (34)
165 - Sapataria - Oficina (35) (37) (39)
166 - Sapataria - Só de Consertos (38) (39) (40)
167 - Sebo:
a) preparador com maquinismos (33) (35) (37)
b) idem, sem maquinismos (35) (37) (39)
168 - Selaria, Correeiros, vendendo o que fabricam. (29) (30) (33)
169 - Selaria - só Consertos (35) (37) (39)
170 - Serraria - em largas escala:
a) movida a eletricidade (12) (13) (15)
b) movida por qualquer outro meio (19) (23) (29)
171 - Sorvetes - Fábrica a vapor ou eletricidade. (29) (32) (35)
172 - Tachos, Alambiques ou Semelhantes - Fábrica de (14) (23) (29)

173 - Talco - fábrica	(32)	(34)	(36)
174 - Tamancos - Idem	(35)	(37)	(39)
175 - Tanoeiro - com oficina	(32)	(34)	(36)
176 - Tecidos:			
a) fábrica com tecelagem, fiação, tinturaria ou estamparia	(12)	(14)	(16)
b) com tecelagem e fiação	(12)	(14)	(16)
c) com tecelagem, sómente	(13)	(15)	(17)
177 - Telas de Arame	(32)	(34)	(36)
178 - Telefones - emprêsa	(19)	(21)	(23)
179 - Tintas - fábrica de qualquer espécie	(29)	(31)	(33)
180 - Tinturaria ou Estamparia	(27)	(29)	(31)
181 - Tinturaria, sómente	(32)	(34)	(35)
182 - Torneiro, com oficina	(32)	(34)	(36)
183 - Tipografia - serviço avulso	(29)	(31)	(32)
184 - Vassouras, Escovas, Espanadores - Fabrica	(35)	(37)	(39)
185 - Veiculos - fábrica de qualquer espécie	(14)	(16)	(17)
186 - Veiculos - Oficina de consertos:			
a) tendo máquinas	(27)	(29)	(31)
b) não tendo maquinas	(31)	(33)	(35)
187 - Velas de Cera, Stearina ou Sebo	(29)	(33)	(35)
188 - Vidraças - Oficina de vidraceiro	(35)	(37)	(39)
189 - Vidros, Cristais, Espelhos ou Semelhantes	(29)	(31)	(33)
190 - Vidros ou Garrafas - fábrica	(29)	(31)	(32)
191 - Vime - fábrica de objetos de	(19)	(23)	(29)
192 - Vinagre - fábrica de	(35)	(37)	(39)
193 - Vinhos de uva - fábrica	(29)	(31)	(33)
194 - Vinhos de Frutas	(29)	(31)	(33)
195 - Violas, violões, violinos e Semelhantes e instrumentos de corda - fábrica	(33)	(35)	(37)
196 - Xarqueada	(12)	(13)	(14)

Atividades ágro-pecuárias

	Escala Máxima	Escala Média	Escala Mínima
1 - Fazenda de Criação de gado	(1)	(10)	(19)
2 - Fazenda de produção agrícola	(1)	(10)	(19)
3 - Fazenda de produção agro-pecuária	(1)	(12)	(25)
4 - Sítios, Chácaras ou granjas	(6)	(23)	(33)

Atividades diversas

	Escala Máxima	Escala Média	Escala Mínima
1 - Advogado - escritório de	(26)	(33)	(39)
2 - Agentes, Representantes ou Prepostos de Casas Comerciais ou fábricas estabelecidas fóra do Município, com escritório	(29)	(36)	(41)
3 - Agrimensor - escritório de	(33)	(39)	(42)
4 - Arquiteto - escritório de	(26)	(33)	(39)
5 - Construtor ou Empreiteiro de obras, com escritório	(8)	(20)	(35)
6 - Corretor de Fundos ou Mercadorias - - escritório de	(29)	(35)	(39)
7 - Decorador	(35)	(37)	(39)
8 - Dentista - gabinete de	(26)	(33)	(39)
9 - Desenhista - escritório de	(35)	(37)	(39)
10 - Despachante ou Empresário de Transporte - escritório de	(30)	(36)	(41)
11 - Empalhador	(38)	(40)	(42)
12 - Engenheiro - escritório de	(26)	(33)	(39)
13 - Guarda-Livros - escritório de	(35)	(37)	(39)
14 - Instituto de Beleza	(30)	(36)	(41)
15 - Leiloeiro	(35)	(37)	(39)
16 - Manicure ou Pedicure	(35)	(37)	(39)
17 - Médico - consultório	(26)	(33)	(39)
18 - Parteira Diplomada	(38)	(40)	(42)
19 - Fotógrafo	(37)	(40)	(42)
20 - Procuradores de Partes	(30)	(35)	(40)
21 - Protético	(30)	(36)	(41)

22 - Radiografia - gabinete de (30) (36) (41)
23 - Veterinário (36) (39) (41)

Tabela 03.
Ambulantes

	Escala Máxima	Escala Média	Escala Mínima
1 - Agente Comercial, Intermediário de Negócios, Cobrador ou Mercador Ambulante, não especificado nesta tabela	(29)	(31)	(33)
2 - Agente Ambulante de Companhia de Seguros de qualquer natureza	(34)	(36)	(38)
3 - Agente de Companhia ou Empresas que adotem o Sistema de Sorteios de Qualquer espécie	(19)	(21)	(23)
4 - Aguardente ou Qualquer Bebida Alcoólica ou Gazoza Artificial	(12)	(21)	(23)
5 - Amolador	(41)	(42)	(43)
6 - Armarinhos ou Miudezas	(29)	(32)	(34)
7 - Armas de Fogo* e Munições ou somente uma ou outra coisa	(13)	(19)	(23)
8 - Arreios Nacionais ou Estrangeiros, vendendo também acessórios	(34)	(35)	(36)
9 - Artes de Luxo	(36)	(38)	(40)
10 - Aves e ovos	(38)	(40)	(42)
11 - Balas e Confeitos	(37)	(38)	(39)
12 - Bijouterias ou joias não preciosas	(34)	(35)	(36)
13 - Boticário Ambulante	(38)	(40)	(42)
14 - Brinquedos	(38)	(40)	(42)
15 - Carqueiro	(38)	(40)	(42)
16 - Caixão	(38)	(40)	(42)
17 - Cristal - Comprador ou exportador	(17)	(19)	(21)
18 - Dentista - com gabinete portátil	(36)	(38)	(40)
19 - Diamantes	(17)	(19)	(23)
20 - Divertimentos Públicos Ambulantes -			

Circos, Cinematógrafos, companhias de teatro, ou quaisquer outras - empresas de (31) (33) (35)

21 - Estatuetas de Mármore (35) (37) (39)

22 - Estatuetas, de gesso, de barro ou de massa (37) (39) (41)

23 - Fazendas, Roupas Feitas ou Armarinhos - por artigo (29) (32) (34)

24 - Folhas de Ferro velho - Objetos de (37) (39) (41)

25 - Frutas, nacionais ou estrangeiras (38) (40) (41)

26 - Fumos ou Gêneros Alimentícios (29) (32) (34)

27 - Gado, de qualquer espécie (23) (27) (29)

28 - Joias e Pedras Preciosas ou simplesmente Jóias (14) (16) (17)

29 - Laticínios - queijo e semelhantes (34) (36) (38)

30 - Malhas ou Meias - Tecidos de (33) (34) (35)

31 - Mercador Ambulante em escala mínima, de gêneros alimentícios, verduras, frangos e outros artigos da mesma natureza - não especializados (34) (36) (38)

32 - Mica - Comprador ou exportador ambulante (17) (19) (21)

33 - Navegação a Vapor (empresário ou arrendatário de) exercendo comércio de qualquer natureza (8) (9) (10)

34 - Idem, idem, idem, não exercendo comércio algum (12) (14) (16)

35 - Idem, barco destinado a passeio, a braço (41) (42) (43)

36 - Óculos, Pince-nez, ou quaisquer artigos de ótica (34) (37) (39)

37 - Peixes (35) (37) (38)

38 - Peles, Pelicas, Plumas ou artigos congêneres (29) (31) (33)

39 - Pensão a Domicílio:

a) fornecendo mais de 12 pessoas, em marmitas (19) (21) (23)

b) fornecendo mais de 8 até 12 pessoas, idem (27) (29) (31)
c) fornecendo mais de 5 até 8 pessoas, idem (33) (35) (37)
d) fornecendo até 5 pessoas, idem (35) (37) (39)

40 - Perfumaria (33) (35) (37)
41 - Relógios (33) (35) (37)
42 - Restaurantes Ambulantes nas estradas de ferro - arrendatário ou empresário (29) (31) (33)
43 - Revistas, livros, etc. ambulantes com banca na via pública (38) (40) (42)
44 - Salão (41) (42) (43)
45 - Salsichas, Conservas, etc. (34) (36) (38)
46 - Sedas - fazendas ou roupas feitas (23) (26) (29)
47 - Toucinho (31) (33) (35)

Tabela C

Atos Diversos

I - Publicidade

Cr$

1 - Anuncios em placas, letreiros, tabuletas, vitrines, mostruários, toldos, bambinelas, mesas cadeiras, bancos, barracas e quaisquer outros meios de reclame (exibição de):

a) por metro quadrado ou fração, por ano 10,00
b) idem, idem, idem, sendo luminoso, por ano 5,00
c) em mesas, cadeiras ou bancos onde for permitida a colocação, por espécie, por ano 2,00
d) no interior de casas comerciais e de casas de diversões, quando estranhos ao negócio, por metro quadrado ou fração, por ano 5,00
e) em panos de bocas de teatros ou de casas

de diversões, por metro quadrado ou fração por ano 5,00

f) projetados na tela, quando estranhos ao negocio do estabelecimento, cada um, por mês ou fração 3,00

g) apresentados em cena, quando estranhos ao negocio do estabelecimento, cada um, por mês 10,00

h) saliencias luminosas (relogios, termometros, barômetros, lampadas-anuncios e outros aparelhos permitidos, por metro quadrado ou fração 8,00

i) letreiros em passeios, por metro quadrado ou fração, por ano 5,00

j) na parimentação dos logradouros publicos, quando permitidos, por metro quadrado ou fração, por dia 1,00

k) sendo sucessivos, por meio de inscrições luminosas, qualquer que seja o numero de anuncios, por ano 30,00

l) paineis, anuncios referentes a diversões exploradas no local, colocados na parte externa de teatros ou casa de diversões, pagarão, seja qual for o numero e dimensões de tais paineis, por mês ou fração 10,00

m) distribuição de programas e outros meios de reclames dentro e próximo das casas de diversões, contendo assuntos alheios as mesmas, por mês ou fração 5,00

n) de liquidação, abatimento de preços, etc., quando permitidos, por metro quadrado ou fração, por mês ou fração 10,00

o) em lingua estrangeira, além dos impostos devidos, mais a taxa fixa, por ano 200,00

p) cartazes em andaimes, muros na parte late-

ral dos meios-fios, quando permitidos, cada um, por mês ou fração 10,00

g) emblemas, escudos, etc. no exterior dos estabelecimentos, até dois metros quadrados, por ano 10,00

2 – Anúncios em Bondes e Auto-Ônibus:

a) em bondes, por ano, e por veículo 20,00

b) em auto-ônibus, por ano e por veículo 10,00

3 – Anúncios em Veículos Diversos: – letreiros e anúncios colocados nas partes externas dos automóveis, ou quaisquer veículos de carga:

a) até meio metro quadrado, cada um, por ano 5,00

b) de mais de meio metro até um metro quadrado, idem 8,00

c) de mais de um metro quadrado, idem 10,00

d) anúncios ou reclames, em veículos, no momentos destinado especialmente a propaganda, além do imposto de vido pelo veículos pagarão, por dia 5,00

4 – Anúncios Ambulantes:

a) reclames e anúncios alegóricos ou não, sendo conduzidos por uma pessoa (na roupa, chapeu, avental ou congêneres), em objetos ou de qualquer outro modo, por mês ou fração 10,00

b) reclames e anúncios em tabóletas, painéis e congeneres, conduzidos por ambulantes, por mês ou fração 15,00

c) folhetos, anúncios ou impressos distribuidos em mão na via publica:

por dia 2,00

por dez dias 10,00

por mês 20,00

II - Diversos

Estacionamentos

5 - Bancas de jornais, em lugares permitidos, por ano 60,00

6 - Fotografo, para estacionar em lugares permitidos (praças e jardins publicos), por ano 20,00

7 - Veiculos, para estacionar em lugares permitidos:

a) Automoveis Caminhões de aluguel, por ano 10,00

b) Auto-Ônibus, de aluguel, idem 10,00

c) Carroças de aluguel, idem 5,00

d) Bicicletas, motocicletas e carrocinhas de mão, idem 5,00

8 - Jogos, em lugares de festas, até 30 dias, quando permitidos pela policia 150,00

Localização

9 - Toldos e Bandeirinhas nas abas das marquizes, por metro linear, por ano 2,00

10 - Vitrines, Mostruários e Espelhos, na parte externa do prédio, de acôrdo com a legislação em vigor, por metro quadrado ou fração, por ano 2,00

11 - Placas, Tabuletas e Saliências luminosas (relógios, termômetros, lampões, anúncios e semelhantes), por metro quadrado ou fração, por ano 2,00

12 - Balanças Automáticas ou Quaisquer Aparelhos Mecânicos, tomando pesagens ou serviços prestados, instalados em lugares permitidos, por ano, cada um 20,00

13 - Mesas, Cadeiras e Bancos, na frente dos estabelecimentos comerciais, quando permitido, cada uma dessas espécies, por ano 5,00

14 - Postes na Via Pública, por ano, cada um 2,00

15 - Bombas de Gazolina:

a) na via publica, por ano, cada uma 100,00

b) em outros locais 80,00

16 - Botequim, para armar na via pública, por cinco dias, em lugares permitidos 50,00

17 - Coretos - assentamento na via pública, em lugares permitidos, por cinco dias 20,00

18 - Cocheiras e Estábulos, em lugares permitidos, por ano 40,00

19 - Posto de Lubrificação, com bomba de gazolina, por ano 200,00

20 - Depósito de Materiais, na via pública, por 6 meses 30,00

21 - Leilão em Casas Comerciais ou particulares, por dia 10,00

Licenças Especiais

22 - Artigos Carnavalescos (mascaras, confetis, serpentinas, Lança-perfumes e congêneres), para vendê-los nas épocas proprias, inclusive aos domingos e feriados, nos estabelecimentos comerciais 60,00

23 - Ambulantes de Fogos de Artifício, licença especial, paga de uma só vez, por ano 200,00

24 - Fogos de Artifício nos estabelecimentos Comerciais, licença especial, paga de uma só vez por ano 100,00

25 - Fogos de Artifício (fabricante de): licença especial, paga de uma só vez, por ano 120,00

26 - Queima de Fogos (Fogueiras, etc.) licença especial, com prévia autorização, por dia 10,00

27 - Botequins, Confeitarias, Sorveterias, Pastelarias, Café, Leiterias, Casa de Pasto, Bomboniére, Charutaria, para funcionar depois da hora regulamentar:

a) até duas horas, por ano 120,00

b) depois das duas horas 240,00

28 - Cabarés, Cassinos e Estabelecimentos Análogos, para funcionar depois da hora regula-

mentar, por ano 200,00

III - Veículos

1 - Jardineira ou Ônibus, por ano	120,00
2 - Automovel, particular, até 4 cilindros	80,00
3 - Automovel, idem, de mais de 4 cilindros	100,00
4 - Automovel, de aluguel, com lotação até 5 pessoas	60,00
5 - Automovel, idem, com lotação de mais de 5 pessoas	70,00
6 - Automovel, de carga, particular, de menos de uma tonelada	50,00
7 - Automovel, de carga, particular, de uma tonelada	80,00
8 - Automovel, de carga, particular, de mais de uma tonelada	120,00
9 - Automovel, de carga, a frete, por ano	150,00
10 - Bicicleta, particular, por ano	10,00
11 - Bicicleta, a frete, ou para condução de mercadoria	15,00
12 - Carrinho ou Carocinha de mão, idem	10,00
13 - Carrinho, idem, idem, a serviço de fábrica ou casa comercial, por ano	5,00
14 - Carrinho de duas rodas, a frete ou particular, idem	10,00
15 - Carrinho de quatros rodas, idem, idem	20,00
16 - Carro de bois, a frete ou particular, por ano	50,00
17 - Carroças communs, de duas rodas, a frete ou particulares, por ano	20,00
18 - Carroças, idem, de quatro rodas, idem, idem,	30,00
19 - Carretão ou Carroção, idem, idem, idem,	50,00
20 - Carrocas, para transporte de pedras, idem	30,00
21 - Charretes, por ano	25,00
22 - Motocicleta particular, idem	20,00
23 - Motocicleta com "side-car", idem	30,00
24 - Motocicleta a frete, para condução de volumes, idem	30,00
25 - Reboques para automoveis de carga, idem	50,00
26 - Bicicle, de qualquer especie	25,00

Nota: - Os automoveis de carga com rodas maciças pagarão o imposto de licença com 50% de acréscimo.

IV - Matança de Gado Fora do Matadouro

1 - Bovino, por cabeça, abatido na cidade	10,00
2 - Idem, idem, quando destinado ao preparo de carne seca ao vento	5,00
3 - Bovino, abatido nos distritos	5,00
4 - Caprino, Lanigero ou Suino, abatido na cidade	5,00
5 - Idem, idem, nos distritos	2,00

Imposto de Tabela -

Classes	A	B	C	D	E
	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$
1ª.	1.500,00	1.350,00	1.200,00	1.050,00	900,00
2ª.	1.350,00	1.215,00	1.080,00	945,00	810,00
3ª.	1.200,00	1.080,00	960,00	840,00	720,00
4ª.	1.050,00	945,00	840,00	735,00	630,00
5ª.	900,00	810,00	720,00	630,00	540,00
6ª.	750,00	675,00	600,00	525,00	450,00
7ª.	600,00	540,00	460,00	420,00	360,00
8ª.	450,00	405,00	360,00	315,00	270,00
9ª.	412,00	370,00	330,00	288,00	247,00
10ª.	375,00	337,00	300,00	262,00	225,00
11ª.	337,00	303,00	270,00	235,00	202,00
12ª.	300,00	270,00	240,00	210,00	180,00
13ª.	262,00	235,00	210,00	183,00	157,00
14ª.	225,00	202,00	180,00	157,00	135,00
15ª.	210,00	189,00	168,00	147,00	126,00
16ª.	195,00	175,00	156,00	143,00	117,00
17ª.	180,00	162,00	144,00	126,00	108,00
18ª.	165,00	148,00	132,00	115,00	99,00
19ª.	150,00	135,00	120,00	105,00	90,00

Licença
- Padrão

Pedraria

F	G	H	I	J
cr$	cr$	cr$	cr$	cr$
750,00	600,00	450,00	375,00	300,00
675,00	540,00	405,00	337,00	270,00
600,00	460,00	360,00	300,00	240,00
525,00	420,00	315,00	242,00	210,00
450,00	360,00	270,00	225,00	180,00
375,00	300,00	225,00	187,00	150,00
300,00	240,00	180,00	150,00	120,00
225,00	180,00	135,00	112,00	90,00
205,00	165,00	123,00	102,00	82,00
187,00	150,00	112,00	93,00	75,00
168,00	135,00	95,00	84,00	67,00
150,00	120,00	90,00	75,00	60,00
130,00	105,00	78,00	64,00	52,00
112,00	90,00	67,00	55,00	45,00
105,00	84,00	63,00	52,00	42,00
97,00	78,00	58,00	48,00	39,00
90,00	72,00	54,00	45,00	36,00
82,00	66,00	49,00	40,00	33,00
75,00	60,00	45,00	39,00	30,00

Pedraba

classes	A	B	C	D	E
	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$
20ª.	142,00	127,00	114,00	99,00	85,00
21ª.	135,00	121,00	108,00	94,00	81,00
22ª.	127,00	114,00	102,00	88,00	76,00
23ª.	120,00	108,00	96,00	84,00	72,00
24ª.	112,00	95,00	90,00	78,00	67,00
25ª.	105,00	94,00	84,00	73,00	63,00
26ª.	97,00	85,00	78,00	67,00	58,00
27ª.	90,00	81,00	72,00	63,00	54,00
28ª.	82,00	73,00	66,00	57,00	49,00
29ª.	75,00	67,00	60,00	52,00	45,00
30ª.	67,00	60,00	54,00	46,00	40,00
31ª.	60,00	54,00	48,00	42,00	36,00
32ª.	52,00	46,00	42,00	36,00	30,00
33ª.	45,00	40,00	36,00	31,00	27,00
34ª.	39,00	33,00	30,00	26,20	22,00
35ª.	30,00	27,00	24,00	21,00	18,00
36ª.	22,00	19,00	18,00	15,00	13,50
37ª.	18,00	15,00	13,50	12,00	10,80
38ª.	15,00	13,50	12,00	10,50	9,00
39ª.	12,00	10,50	9,00	7,50	7,20
40ª.	9,00	7,50	7,20	6,00	5,40
41ª.	7,50	6,70	6,00	5,20	4,50
42ª.	6,00	5,40	4,80	4,20	3,60
43ª.	4,50	4,00	3,50	3,10	2,70
44ª.	3,00	2,70	2,40	2,10	1,80
45ª.	1,50	1,30	1,20	1,00	0,90

Prefeitura Municipal de Pedraba,
(a) José de Oliveira Lopes, Prefeito

F	G	H	I	J
Cr$	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$
70,00	57,00	42,00	34,00	28,00
67,00	54,00	40,00	33,00	27,00
63,00	51,00	39,00	31,00	25,00
60,00	48,00	36,00	30,00	24,00
55,00	45,00	33,00	27,00	22,00
52,00	42,00	31,00	25,00	21,00
48,00	39,00	28,00	24,00	19,00
45,00	36,00	27,00	22,00	18,00
40,00	33,00	24,00	19,00	16,00
39,00	30,00	22,00	18,00	15,00
33,00	27,00	19,00	16,00	13,50
30,00	24,00	18,00	15,00	12,00
25,00	21,00	15,00	12,00	10,150
22,00	18,00	13,50	11,20	9,00
18,00	15,00	11,20	9,00	7,50
15,00	12,00	9,00	7,50	6,00
11,20	9,00	6,00	5,70	4,50
9,00	7,50	5,40	4,50	3,60
7,50	6,00	4,50	3,70	3,00
6,00	4,80	3,60	3,00	2,40
4,50	3,60	2,70	2,20	1,80
3,70	3,00	2,20	1,90	1,50
3,00	2,40	1,80	1,50	1,20
2,20	1,80	1,50	1,20	0,90
1,50	1,20	0,90	0,70	0,60
0,70	0,60	0,50	0,40	0,30

30 de Novembro de 1949.

(a) B. Medeiros Silva, Secretário